

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



1290004210

TCC/UNICAMP
M523s
FE

LILIAN MENDONÇA

SOCIOLOGIA, EDUCAÇÃO E ESCOLA NA OBRA DE
ÉMILE DURKHEIM

CAMPINAS

2009

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

478926002

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LILIAN MENDONÇA

SOCIOLOGIA, EDUCAÇÃO E ESCOLA NA OBRA DE
ÉMILE DURKHEIM

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado como
exigência parcial para
conclusão do curso de
graduação em Pedagogia da
Faculdade de Educação /
Unicamp, sob orientação da
Professora Dr^a. Débora Mazza

CAMPINAS

2009

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA	TCC
	m523s
V:	EX:
Tombo:	4210
PROC.:	148109
C:	D: X
PREÇO:	11,00
DATA:	14/10/09
CÓD TÍTULO:	467110

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

M523s Mendonça, Lilian
Sociologia, educação e escola na obra de Émile Durkheim / Lilian
Mendonça. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Débora Mazza.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Durkheim, Emile, 1858-1917. 2. Sociologia. 3. Educação. 4. Escolas. I.
Mazza, Débora. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

09-213-BFE

Dedico este trabalho à minha família
pelo apoio incondicional.

Resumo

A pesquisa atenta para a produção sociológica de Émile Durkheim e suas contribuições ao campo da Educação. O referencial teórico acessado contou com obras do autor e de outros autores que auxiliam na compreensão de sua trajetória pessoal, profissional e acadêmica. O trabalho contempla inicialmente a vida e o momento histórico de Durkheim, depois uma pesquisa teórica ancorada em algumas obras do autor e outros que interpretam suas obras e por fim, sua visão de suas contribuições na área da Educação. Não analisamos toda a obra de Durkheim, mas apenas aquelas que o aproximam do campo da Educação. Émile Durkheim é considerado um dos pensadores mais expressivos e que mais contribuiu para a consolidação da Sociologia como ciência empírica e disciplina acadêmica. Pesquisador metódico foi o primeiro professor universitário de Sociologia e deixou um número considerável de seguidores. Durkheim viveu numa Europa conturbada por guerras e em processo de modernização, sua produção intelectual reflete a tensão entre valores e instituições que estavam desmoronando e formas emergentes, que ainda estavam se delineando. O olhar sociológico que determinou o método pelo qual Durkheim investigou a sociedade da sua época predominou também na maneira como ele encarou a Educação. É por seu aspecto social que Durkheim abordou a Educação, e a sua doutrina de Educação é elemento essencial de sua Sociologia. Para Durkheim, cada sociedade constrói, para seu uso, certo ideal de homem, tanto do ponto de vista intelectual, quanto o físico e moral. Esse ideal é que constitui o eixo educativo durkheimiano.

PALAVRAS-CHAVE: Durkheim, sociologia e educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1- A VIDA DE ÉMILE DURKHEIM	9
1.1- Contexto Histórico	9
1.2- A Vida	16
1.3- Influências	28
2- PRINCIPAIS OBRAS	36
2.1- A Divisão do Trabalho Social	38
2.2- As Regras do Método Sociológico	50
2.3- O Suicídio	58
2.4- As Formas Elementares da Vida Religiosa	63
Conclusão	69
3- DURKHEIM E A EDUCAÇÃO	74
3.1- Redefinição do Papel da Escola	75
3.2- O Papel do Estado na Educação	81
3.3- Função Social da Educação	84
3.4- Função Social da Escola e o Papel do Professor	93
Conclusão	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110

BIBLIOGRAFIA	115
--------------------	-----

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem por intuito resgatar as contribuições do sociólogo francês Émile Durkheim para a educação. Desde o primeiro ano da faculdade quando entrei em contato com o autor nas aulas de Introdução à Sociologia tinha muito interesse em desenvolver uma pesquisa sobre esse sociólogo, cuja obra é referenciada no tratamento de diversas questões atuais.

Para compreender Durkheim é preciso levar em conta o ambiente intelectual do século XIX, quando surgiu, principalmente na Inglaterra mergulhada no capitalismo, uma reação contra a concepção mecânica da sociedade, fruto desse mesmo industrialismo e na qual a divisão do trabalho se apresentava como uma grande conquista do espírito inventivo do homem. Essa reação visava antes de tudo uma valorização do homem, para superar a excessiva valorização da máquina.

Durkheim iniciou sua carreira intelectual com a tentativa de fundar uma “ciência da moral”. A citada diligência conduziu-o à Sociologia, que proporcionaria o método para uma ciência dessa natureza. Segundo ele, a primeira premissa de qualquer discussão ampla da vida moral é que devemos estudar diversos tipos de conduta moral, no contexto das diversas formas de sociedade.

No momento do estabelecimento da Sociologia como ciência, Durkheim confrontava-se com a desconfiança da sociedade científica quanto a este novo estatuto da Sociologia, devido ao fato de ser uma ciência jovem que não apresentava, ainda, dados suficientemente comprováveis, nem mesmo uma teoria densa e madura. Para tanto, Durkheim demonstrou-se, em muitos momentos, rígido às críticas e às mudanças em suas reflexões, afinal tratava-se do reconhecimento da Sociologia como ciência específica dos fatos sociais.

Os primeiros cursos de Sociologia, impossibilitados de existir autonomamente, vieram mesclados com preocupações de natureza pedagógica. O projeto durkheimiano encontrava-se, assim, num impasse. Os estudos sobre moral remetiam esta Sociologia nascente de encontro às necessidades pedagógicas. A atitude de Durkheim é extremamente ambígua. Ao mesmo tempo em que buscava legitimá-la cientificamente, tentava em vão institucionalizá-la com base na argumentação ideológica.

Esta estratégia durkheimiana sofre um semifracasso. Por um lado ela visava ao reconhecimento científico da nova ciência; por outro, buscava sua institucionalização dentro do sistema universitário francês. Somente o primeiro objetivo foi conseguido. Mal recebida pelos filósofos espiritualistas que dominavam a Sorbonne, algumas vezes confundida com a idéia de socialismo, desbancada pela Pedagogia na sua eficácia em preparar novos ideólogos, ela teve de se contentar com o estatuto acadêmico. Mas foi talvez esta derrota que permitiu que suas fronteiras epistemológicas fossem estabelecidas melhor, assegurando-lhe uma continuidade posterior.

Durkheim como um pensador histórico insistiu sempre na importância da dimensão histórica em Sociologia.

As posições conceituais de Durkheim obedecem a uma constante metodológica: discute primeiramente as concepções correntes (vulgares ou não) a respeito de um fenômeno, para, em seguida, apresentar a sua própria, solidamente construída em termos coerentes com uma interpretação estritamente sociológica.

A Divisão do Trabalho destinava-se a realizar uma análise do desenvolvimento das sociedades européias. Exemplos tirados dessa obra afloram em todo o correr de *As Regras do Método*, e é evidente o quanto o pensamento de Durkheim em cada estudo influenciou os argumentos desenvolvidos no outro. O mesmo se pode dizer da terceira das suas grandes obras a aparecer, *Suicídio*.

Após a análise e interpretação dos dados empíricos, a discussão teórica do problema é retomada, com vistas a chegar a conclusões que não só caracterizam em definitivo o fenômeno estudado, mas constituam também um acréscimo das teorias anteriormente elaboradas. Nesse sentido, *O Suicídio* e *As Formas Elementares* constituem modelos de trabalho científico no campo das ciências sociais e a demonstração de como fazer um estudo, seja de um fenômeno isolado, seja de um fenômeno de delimitação mais difícil. Este é o caso da vida religiosa, em que o ponto de partida da análise foi localizado no estudo das manifestações religiosas mais antigas e, por conseguinte, mais simples para se atingir em seguida os aspectos mais complexos do fenômeno.

Um dos principais argumentos de Durkheim para distinguir a Sociologia de outros tipos de teoria social ou de filosofia social (como, por exemplo, o socialismo) era o caráter lento e fragmentário do progresso da ciência. A Sociologia, sugeriu Durkheim, deve ser mais modesta e cautelosa em suas recomendações de reforma prática, como convém à ciência. Essa foi também a origem de algumas críticas que fez à obra dos que reconhecia como seus predecessores no desenvolvimento da Sociologia, e entre os quais figuravam Comte e Spencer.

Durkheim tinha muito viva a idéia que palmilhava um terreno ainda pouco explorado. A Sociologia dava seus primeiros passos e isso exigia do cientista cautela. Frequentemente lembrava que “no estado atual de nossos conhecimentos” (DURKHEIM, 1999b, p. 19) não se tinha ainda formulado com mais propriedade noções básicas para esse campo de conhecimento como a noção de Estado, soberania, liberdade, política, democracia, socialismo, comunismo, etc. Isso era também uma limitação para a condução do método sociológico, que esbarrava em análises que se faziam em torno de conceitos ainda confusos ou vagos, segundo afirmava, e fortemente marcados por seu caráter ideológico. Tendo em vista o conhecimento

desses limites, isso não devia desencorajar o sociólogo, mas, ao contrário, entender que se encontrava diante de uma enorme tarefa a ser realizada.

Entre os 30 e os 40 anos, Durkheim inventou, portanto, uma ciência ao ensiná-la, abriu novas perspectivas, realizou uma parte da sua primitiva vocação: fundar um conhecimento positivo da sociedade. Sua concepção das ciências sociais impregna-se, assim, desde seus estudos na *École Normale Supérieure*, de uma perspectiva política.

Durkheim, na medida em que desenvolve sua teoria mediante a adoção de conceitos básicos de coerção, solidariedade, autoridade, representações coletivas etc., está na realidade fundamentalmente preocupado com a manutenção da ordem social.

O fundador da Sociologia quase não abandonou o seu gabinete de trabalho. Não empreendeu investigações diretas junto de populações não européias. Se Durkheim não empreendeu o que hoje se chama investigação direta sobre o terreno, a experiência à qual estava submetido como observador esclarecido das sociedades históricas européias no fim do século passado o punha em relação direta com a própria vida concreta. Se melhor observarmos, é fácil constatar que Durkheim participou realmente numa experiência social de considerável amplitude: a das mudanças que afetam a maior parte dos países europeus no momento da grande industrialização. O campo de investigação de Durkheim é a trama da vida coletiva onde estava inserida a sua existência de intelectual.

O Segundo Império e os começos da III República são marcados pela fronteira entre o capitalismo financeiro e a fábrica, por um lado, e, por outro, o “novo ambiente técnico” resultante do crescimento industrial. A agitação das classes trabalhadoras, tornadas, cada vez mais, “classes perigosas”, a Comuna de Paris, os confrontos do nacionalismo, as revoluções provocadas pelos progressos técnicos na vida quotidiana, o apagamento de tradições seculares, tudo isso constitui uma experiência que, pela sua amplitude e diversidade, deveria ser tão fecunda como a que fornecem as sociedades ditas primitivas.

Estas mudanças sociais são acompanhadas de crises que parecem desmentir o otimismo dos saint-simonianos e dos positivistas que achavam, como Auguste Comte, que o progresso da ciência e da técnica, o crescimento da produção, da “indústria”, trariam a paz e a prosperidade. Mas as revoluções, as guerras, o desemprego, as greves, o desenvolvimento dos exércitos põem em causa o caráter positivo do organismo social. Para um espírito formado nos valores otimistas do positivismo, estas perturbações provocavam uma revisão das idéias admitidas. (DUVIGNAUD, 1982)

A experiência autêntica na qual Durkheim participa é a mudança de estrutura ao nível da sociedade européia. E tudo se passa como se Durkheim se apoiasse sobre dados experimentais para definir o trajeto de uma reflexão que, a partir da filosofia moral e social dos seus começos, iria conduzi-lo a constituir uma Sociologia cuja noção Auguste Comte teria inventado, mas da qual não tinha dado nenhuma verdadeira ilustração científica.

São precisamente aqueles que se preocupam com definir politicamente a nova concepção de uma moral cívica que escolhem o jovem Durkheim para iniciador da nova ciência. É a este concurso de circunstâncias que a Sociologia francesa deve sua existência.

Grande parte das obras de Durkheim, consistente sobretudo em preleções escritas para os seus vários cursos, foi publicada postumamente.

Esta monografia foi dividida em três capítulos: o primeiro capítulo apresenta a vida de Durkheim, desde sua infância até sua morte passando por sua vida acadêmica e sua contribuição para o fundamento da Sociologia como ciência; o segundo capítulo apresenta resumidamente as principais obras do autor em ordem cronológica, *A Divisão do Trabalho Social*, *As Regras do Método Sociológico*, *O Suicídio* e *As Formas Elementares da Vida Religiosa*; e o terceiro capítulo apresenta a visão durkheimiana de educação, sua concepção de escola e o papel do professor. A conclusão apresenta algumas críticas e deficiências da obra

de Durkheim, sem deixar de reconhecer, apesar das lacunas, os méritos deste autor que ainda é referência para diversos estudos atuais.

CAPÍTULO 1

A VIDA DE DURKHEIM

1.1. Contexto Histórico

As revoluções de 1848 eclodiram simultaneamente e atingiram todo o centro do continente europeu, como a França, a Confederação Alemã, o Império Austríaco e a Itália. Em poucas semanas todos os governos constituídos naquela região foram derrubados ou perderam suas bases de sustentação e a instabilidade política povoou uma grande extensão territorial. Ou seja, a ordem social e política fora abalada em sua essência. Estava-se presenciando revoluções sociais em que a classe média, trabalhadores pobres, camponeses e intelectuais de esquerda ocupavam a cena política. Fato até então inédito. Os Estados nacionais tiveram a partir daí que fazer concessões, pois esses novos sujeitos políticos passaram a contar na montagem das estratégias políticas.

A França foi palco de muita instabilidade política entre 1848 e 1851 com grande movimentação e distúrbios ocorrendo no centro de Paris e envolvendo os diferentes grupos de poder ligados tanto à burguesia quanto ao proletariado e que levaram, sucessivamente, à queda de Luís Felipe, à instalação da Assembléia Nacional Constituinte e da Assembléia Legislativa Nacional, à queda do Parlamento e restauração do império. O que Durkheim irá conhecer depois destes acontecimentos é o período da III República, marcada pelos problemas de unidade e coesão nacional.

Durkheim viveu durante um período conturbado, quando, paralelamente à ascensão da burguesia ao poder, apareciam os conflitos trabalhistas. Em 1870 a França foi derrotada na guerra contra a Alemanha, e em 1871 o episódio da Comuna de Paris revelou a luta de classes. A crise de consciência nacional afetada pela derrota de 1870, o sentimento confuso de uma traição das classes dirigentes tradicionais e de uma decadência dos valores estabelecidos

combinam-se, nesta época, com a perturbação das consciências afetadas pela repressão impiedosa exercida sobre a classe operária após a Comuna de Paris. As “classes perigosas” não foram integradas na sociedade industrial; foram dizimadas e lançadas na miséria. Durkheim tinha, então, 13 anos

A República surge como um governo de reconstrução nacional que busca rearticular o consenso na sociedade francesa. A geração de Durkheim é, portanto, educada num contexto no qual a política se colocava na ordem do dia. Nesta época, ninguém, com dezoito anos de idade, poderia ser dotado de uma nova constituição sem uma certa inquietude pela coisa pública. Como seus contemporâneos, Durkheim tem a impressão de que algo não anda bem.

Na adolescência, o jovem David Émile presenciou uma série de acontecimentos que marcaram decisivamente todos os franceses em geral e a ele próprio em particular: a 1º de setembro de 1870, a derrota de Sedan; a 28 de janeiro de 1871, a DERROTA diante das tropas alemãs; de 18 de março a 28 de maio, a insurreição da Comuna de Paris; a 4 de setembro, a proclamação da que ficou conhecida como a III República, com a formação do governo provisório de Thiers até a votação da Constituição de 1875 e a eleição do seu primeiro presidente (Mac-Mahon). Thiers fora encarregado tanto de assinar o tratado de Francfort como de reprimir os *communards*, até à liquidação dos últimos remanescentes no “muro dos federados”.

Esse contexto permitiu que os Estados reivindicassem uma nova ordem social. O intuito era vencer a diferenciação que o desenvolvimento do capitalismo e das inovações tecnológicas acarretava, conduzindo a sociedade a uma dispersão dos costumes, crenças e hábitos. Os ideais do individualismo liberal, proclamados pela Revolução, pareciam estar a considerável distância das realidades da sociedade francesa do século XIX. A busca da coesão social era necessária para os Estados recuperarem a estabilidade política. A moral, segundo

Durkheim, possibilitaria essa coesão tornando comuns, novamente, hábitos, costumes e crenças.

O ambiente é por vezes assinalado como sendo o “vazio moral da III República”, marcado seja pelas conseqüências diretas da derrota francesa e das dívidas humilhantes da guerra, seja por uma série de medidas de ordem política, dentre as quais duas merecem destaque especial, pelo rompimento com as tradições que elas representam. A primeira é a chamada lei Naquet, que instituiu o divórcio na França após acirrados debates parlamentares, que se prolongaram de 1882 a 1884.

A segunda é representada pela instrução laica, questão levantada na Assembléia em 1879, por Jules Ferry, encarregado de implantar o novo sistema, como Ministro da Instrução Pública, em 1882. Durante a Terceira República é implementada toda uma reestruturação do ensino primário e secundário. Jules Ferry pensava que o espírito científico iria descer da esfera superior para os níveis inferiores (primário e secundário), penetrando desta forma toda a sociedade. A escola se tornou gratuita para todos, obrigatória dos 6 aos 13 anos, além de ficar proibido formalmente o ensino de religião. Reforçou-se o papel da escola como substituta da família e da Igreja, principalmente em relação aos acontecimentos fundamentais para a convivência social, como: posturas, regras, direitos e deveres, obediência a autoridades, crenças, nacionalismo. O vazio correspondente à ausência do ensino de religião na escola pública tenta-se preencher com uma pregação patriótica que ficou conhecida como “instrução moral e cívica”. Havia nessas reformas o objetivo de reduzir as injustiças sociais associada à idéia do ensino de uma moral autônoma que não fosse baseada na religião.

Outra finalidade da reforma do ensino era integrar as diversas partes do país. Até 1870, a maioria das pessoas habitava a zona rural e encontrava-se afastada dos destinos nacionais; em 1863, um quarto da população não falava sequer o francês, vivendo em comunidades que possuíam idiomas próprios. Era comum, pois, falar na existência de “duas França”. Uma

civilizada, culta, herdeira da Revolução e do espírito iluminista; outra selvagem, rude, contrária às transformações, conservadora de um modo de ser característico do Antigo Regime. Neste contexto, o ensino adquire o papel de conectar a diversidade das partes e até mesmo eliminar os conflitos sociais.

Ao mesmo tempo em que essas questões políticas e sociais dominavam o seu tempo, no campo econômico, este período distinguiu-se pela expansão mundial do capitalismo, acompanhada do processo de colonização e do imperialismo, da difusão da crença no liberalismo econômico e no valor da ciência e da tecnologia para o progresso material e moral da sociedade.

Outra questão de natureza econômica e social não deixava de apresentar continuadas repercussões políticas: é o que se denominava “questão social”, ou seja, as disputas e conflitos da oposição entre o capital e o trabalho, ou seja, entre patrão e empregado, entre burguesia e proletariado. A bipolarização social preocupava profundamente tanto a políticos como a intelectuais da época.

Com efeito, apesar dos traumas políticos e sociais que assinalam o início da III República, o final do século XIX e começo do século XX correspondem a uma certa sensação de euforia, de progresso e de esperança no futuro. Ainda que os êxitos econômicos não fossem de tal ordem que pudessem fazer esquecer a sucessão de crises e os problemas surgidos pela concentração, registrava-se uma série de inovações tecnológicas que provocavam repercussões imediatas no campo econômico. É a era do aço e da eletricidade que se inaugura, junto com o início do aproveitamento do petróleo como fonte de energia ao lado da eletricidade que se notabilizava por ser uma energia “limpa”, em contraste com a negritude do carvão, cuja era declinava, e que, ao lado da telegrafia, marcam o início do que se convencionou chamar de “segunda revolução industrial”, a do motor de combustão interna e do dínamo.

Não é pois de se admirar que essa época viesse também a assistir a uma nova era do colonialismo, não mais o colonialismo da caravela ou do barco a vapor, mas agora o colonialismo do navio a *diesel*, da locomotiva, do aeroplano, do automóvel e de toda a tecnologia implícita e eficiente, além das novas manifestações morais e culturais.

Além dessas invenções, outras se sucediam. Embora menos importantes, eram sem dúvida espetaculares, como o avião, o submarino, o cinema, o automóvel, além das rotativas e do linotipo que tornaram as indústrias do jornal e do livro capazes de produções baratas e de atingir um público cada vez maior. Tudo isso refletia um avanço da ciência, marcada pelo advento da teoria dos *quanta*, da relatividade, da radioatividade, da teoria atômica, além do progresso em outros setores mais diretamente voltados à aplicação, como a das ondas hertzianas, das vitaminas, do bacilo de Koch, das vacinas de Pasteur.

As transformações do espaço urbano, que marcam as grandes cidades européias na segunda metade do século XIX, indicam um espírito de modernidade que se materializa nas ruas, praças, edifícios. Os trabalhos de Haussman em Paris, ou os projetos arquitetônicos da Ringstrasse de Viena, traduzem a consolidação e a legitimidade de um gosto e de um imaginário das classes dirigentes. No caso francês, essas mudanças não se restringem simplesmente à remodelação das grandes avenidas: elas atingem estabelecimentos específicos, como as universidades. A velha Sorbonne, fundada em 1303 por Robert de Sorbon, remodelada em 1627, é completamente reconstruída. Essa realocação do espaço traduz uma política mais ampla e insere-se no interior de uma perspectiva que percebe a educação como elemento ideológico de coesão social.

O sistema universitário republicano inaugura uma ruptura com o passado. São várias as transformações realizadas: implantação de uma rede de ensino nacional, descentralizando o monopólio que Paris exercia em relação à província (o monopólio passa a ser hegemonia); expansão do número de postos de professores; construção de uma infra-estrutura material

(edifícios, laboratórios, bibliotecas); criação de uma carreira universitária (*chargé de cours* - mestre de conferências - professor adjunto - professor titular); incentivo à pesquisa; introdução de um sistema de bolsas de estudo para os estudantes. Essas mudanças, que expandem quantitativamente o ensino superior e o consolidam qualitativamente, reforçam o processo de especialização das disciplinas. (ORTIZ, 1989)

A Universidade é vista como o local por excelência da formação de quadros para a vida social e política. Essa valorização da universidade é vital para o florescimento da Sociologia na França. Não é por acaso que Durkheim, ao fazer o balanço das diferentes correntes sociológicas no final do século, define-se como participante do "grupo universitário", espaço concreto no qual se insere e que lhe propicia as condições objetivas para a realização de um projeto pessoal.

Não se pode esquecer que um dos motivos da reforma universitária era barrar a expansão da ideologia católica, que havia conquistado inclusive algumas instituições de nível superior. A disputa entre o ensino leigo e o ensino religioso marcava a sociedade francesa, o movimento católico estava perdendo o controle sobre uma série de organismos que lhe garantiam certo monopólio da educação moral e política. Vale lembrar que, com a reforma do sistema universitário, pela primeira vez a legitimidade científica torna-se um fator de promoção institucional.

Na *École Normale Supérieure*, o jovem David Émile tivera oportunidade de assistir às aulas de Boutroux, que assinala os principais traços característicos dessa época: progresso da ciência (não mais contemplativa, mas agora transformadora da realidade), progresso da democracia (resultante do voto secreto e da crescente participação popular nos negócios públicos), além da generalização e extraordinário progresso da instrução e do bem-estar. Como corolário desses traços, o mestre neokantiano ressalta as correntes de idéias derivadas, cuja difusão viria encontrar eco na obra de Durkheim: aspira-se à constituição de uma moral

realmente científica (o progresso moral igualando-se ao progresso científico); a moral viria a ser considerada como um setor da ciência das condições das sociedades humana; a moral se confunde enfim com a civilização: o povo mais civilizado é o que tem mais direitos e o progresso moral consiste no domínio crescente dos povos cuja cultura seja a mais avançada. (RODRIGUES, 2006)

O final do século XIX fora marcado, também, pela renovação da literatura, do teatro e da música, pelo surgimento do impressionismo, que tirou a arte dos ambientes fechados, dos grandes acontecimentos e das grandes personalidades, para se voltar aos grandes espaços abertos, para as cenas e os homens comuns, para o cotidiano.

Este homem comum é que se vê diante dos grandes problemas representados pela pobreza, pelo desemprego, pelos grandes fluxos migratórios. Ele é o objeto de preocupação do movimento operário, que inaugura uma nova era do sindicalismo, que usa a greve como instrumento de reivindicação econômica e não mais exclusivamente política. É certo que algumas conquistas se sucedem, como os primeiros passos do seguro social e da legislação trabalhista. Mas se objetivam também medidas tendentes a aumentar a produtividade do trabalho, como o “taylorismo” (1912). Pretende-se, por várias maneiras, contornar a questão social e eliminar a luta de classes.

Enfim, Durkheim foi um homem que assistiu ao advento e à expansão do neocapitalismo, ou do capitalismo monopolista. Ele não resistiu aos novos e marcantes acontecimentos políticos representados pela Primeira Guerra Mundial, com o aparecimento simultâneo tanto do socialismo na Rússia como da nova roupagem do neocapitalismo, representada pelo *Welfare State*. (RODRIGUES, 2006)

Apesar da expansão do sistema capitalista e do progresso tecnológico, Durkheim estava, nesse momento, especialmente preocupado com duas questões: o crescente individualismo que a nova ordem social propiciava e a necessidade de fortalecer a educação moral da

juventude, como estratégia de contenção dos individualismos e do favorecimento dos processos de humanização realizados nas instâncias da interação social. Era necessário pôr muita coisa em ordem e este valor estava fortemente arraigado em sua Sociologia. Este conjunto de problemas, este nó de inquietações, constitui o cenário da reflexão de Durkheim.

1.2. A Vida

Durkheim nasceu em Épinal, Departamento de Vosges, que fica exatamente entre a Alsácia e a Lorena, a 15 de abril de 1858. Cresceu, portanto, entre as conseqüências da derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871 e dos sangrentos sucessos da Comuna de Paris. Esses anos são anos de crise. As crises políticas ou morais afetaram o sociólogo até o fim de seus dias.

De extração judaica, Durkheim foi criado no seio de uma família ortodoxa; seu pai era um rabino-chefe e houve um tempo em que se esperou que Durkheim lhe seguisse as pegadas, freqüentando para isso uma escola rabínica durante certo período. Embora decidisse romper com essa tradição de família, declarando-se agnóstico após a ida para Paris, sua personalidade continuou vigorosamente modelada pela educação que recebera na infância e pela vida simples e disciplinada que levavam os moradores da casa.

Foi um brilhante aluno no colégio da sua cidade. Contudo, a doença de seu pai o fez, muito novo, um chefe de família preocupado com a sua responsabilidade e com o seu papel, enquanto as exigências financeiras o obrigavam a preparar o concurso para entrada na Escola Normal.

Em sua casa reinava mais a austeridade do que a opulência. A observância da lei era preceito e exemplo. Tudo isso marcou o jovem loreno com alguns traços que o acompanharam pelo resto de sua vida: desprezo pelo esforço que se mascara de atrativo, desdém pelo sucesso que ignora o esforço, horror por tudo o que não é seriamente garantido: a

vida do indivíduo pelo enquadramento do grupo, os fatos nos seus encadeamentos racionais, o comportamento pela sua regra moral. Era particularmente hostil ao que via como o brilho intelectual superficial que atraía parte dos seus contemporâneos, alguns dos quais, por seu turno, o achavam sério e austero.

Foi durante o período de depressão do sistema capitalista do século XIX, que demandou arranjos na economia e a expansão capitalista tomou a feição imperialista, que Durkheim saiu de sua terra natal para empreender um longo percurso de formação intelectual.

Aos dezoito anos de idade, Durkheim foi estudar em Paris a fim de ingressar na *École Normale Supérieure*. No *Lycée Louis-le-Grand* (em pleno coração do *Quartier Latin*, entre a *Sorbonne*, o *Collège de France* e a *Faculté de Droit*), preparou-se para o *baccalauréat*, que lhe permitiu entrar para a *École Normale Supérieure*. Fracassou nas duas primeiras tentativas de passar nos exames vestibulares, mas teve êxito na terceira. Bastou-lhe, pois, atravessar a praça do *Panthéon* para atingir a famosa *rue d'Ulm*, sem sair portanto do mesmo *quartier*, para completar sua formação. (RODRIGUES, 2006)

Na *École*, fez parte de um grupo brilhante de intelectuais, vários dos quais provocariam grande impacto na vida cultural e política da França. Geração brilhante que seria o esqueleto ideológico e político da III República. Adquiriu opiniões políticas e uma atitude geral em relação à política, que conservou pelo resto da vida. Suas simpatias políticas tendiam vigorosamente para o republicanismo e para a reforma social progressiva.

Durkheim ultrapassava largamente, pela maturidade do espírito, todos os colegas. O estilo tinha já aquela força concentrada e aquele ar sombrio que seria encontrado em todos os seus escritos. Nessa época de juventude, já apresentava as características que o acompanhariam por toda vida: a inquietação científica e a vocação moralizadora.

Criticou a educação que recebeu na *École*, admitindo o estímulo da sua intensa atmosfera intelectual, mas queixando-se de que aprendera pouco dos desenvolvimentos científicos ocorridos em psicologia e nas outras disciplinas humanas.

Os estudos na *École* o colocaram diante da questão da educação ou, mais especificamente, da escolarização, de grande importância na época pela necessidade de expansão do ensino público e organização administrativa do sistema escolar Francês, que acompanhava um movimento que se propagou desde o século XVII e que fez com que a escola viesse a substituir a família e a igreja no ensino dos saberes elementares.

Dos seus mestres na *École*, Durkheim foi bastante marcado por Fustel de Coulanges, com quem fez estágios junto a laboratórios de psicologia experimental e participou de trabalhos de investigação histórica, e, sobretudo, de Boutroux, a cuja influência permaneceu fiel por toda a vida. Boutroux o levou a uma aturada leitura das obras de Comte. Interessou-se também pela filosofia de Kant, sobretudo em decorrência do estudo que fez dos escritos do filósofo social neokantiano, Renouvier.

Em 1882, fez um concurso de docência em filosofia e foi nomeado professor em Sens e Saint-Quentin. Foi neste mesmo ano que ocorreu a formação da Tríplice Aliança com a incorporação da Itália à Aliança Austro-Alemã. A França vivia sua relativa paz, depois do Armistício Franco-Prussiano, mas uma tensão político-militar rondava suas fronteiras e neste contexto de arranjos políticos e diplomáticos, Durkheim deu continuidade à sua formação acadêmica e, certamente, a apreensão diante dessa situação o deixou cada vez mais ligado a seus interesses pela organização social moderna, pelas relações indivíduo e sociedade e as condições de coesão e integração que dão unidade a um grupo. Nessas condições aproximou-se dos trabalhos nas ciências sociais, do pensamento de Comte e Spencer, onde encontrou mais propriamente estudos em filosofia social.

Durante os anos em que ensinou Filosofia em vários liceus da província, volta seu interesse para a Sociologia. A França, apesar de ser, num certo sentido, a pátria da Sociologia, não oferecia ainda um ensino regular dessa disciplina, que sofreu tanto a reação antipositivista do fim do século como uma certa confusão com o socialismo (havia uma certa concepção de que a Sociologia constituía uma forma científica de socialismo).

Neste ponto, é interessante acompanhar, em sua trajetória de formação acadêmica e tomada de decisões profissionais, a busca de conciliar suas crenças iluministas no valor da ciência para a solução dos problemas da humanidade e nas possibilidades que se abriam para a ação racionalizada e, também, a preocupação com os problemas sociais que se acumulavam e as tensões políticas provocadas pelas disputas entre os diferentes países europeus. Não parecia tranqüilo com relação ao momento que vivia e, apelando em seus artigos para uma fé nas ciências e na razão, vislumbrava a possibilidade de surgimento de um tempo novo.

No correr desse período, passou o ano acadêmico de 1885-1886 na Alemanha, com o intuito de compensar a deficiência específica de sua formação, estudando os progressos da filosofia social e a “psicologia coletiva” nesse país. Ficou muito impressionado com o laboratório psicológico de Wundt. Incluiu longa análise dos escritos mais filosóficos deste último em seus artigos sobre o pensamento social alemão. Um dos artigos de Durkheim sobre o pensamento social na Alemanha contém importante discussão da teoria da religião de Wundt. A estada na Alemanha serviu-lhe para consolidar e focalizar de modo mais definido a estrutura emergente das suas próprias idéias. Mas é surpreendente verificar-se que, apesar de certa familiaridade com a literatura filosófica e sociológica alemã, Durkheim não chegou a tomar conhecimento da obra de Max Weber.

Antes de partir para a Alemanha, já completara uma formulação inicial do que seria feito de *A Divisão do Trabalho*, e chegara à conclusão de que o método apropriado de estudos do que viria a descrever como “a relação entre a personalidade individual e a solidariedade

social”, tinha de ser sociológico. A palavra “Sociologia”, criada por Comte, caíra em descrédito com o declínio da reputação da obra de Comte nos últimos decênios do século XIX. Durkheim só a adotou depois de alguma relutância. Ao mesmo tempo em que preparava os materiais para a sua dissertação doutoral, trabalhava em questões metodológicas nas ciências sociais. A elaboração de um método para explicar os fatos sociais ocupa os anos de aprendizagem de Durkheim.

Regressado a França, em 1886, após a sua estada de estudo na Alemanha, o jovem professor publica, na *Revue philosophique*, dois artigos sobre o pensamento social alemão que chamam sobre ele as atenções: “Os estudos recentes de ciência social” e “A ciência positiva da moral na Alemanha”.

Desde seu retorno da visita à Alemanha, Durkheim possuía um “projeto”: a fundação de um novo campo científico. Não é fácil avaliar até que ponto a estadia no exterior o influenciou nesta direção. Alguns autores diziam que a Sociologia era uma ciência totalmente “importada” da Alemanha. Algumas vezes, é o próprio Durkheim que induz o leitor a desconsiderar a influência alemã. Em textos posteriores ele tende a apresentar a Sociologia como uma “ciência essencialmente francesa”. Foi duramente atacado pelo católico Simon Déploige, o qual, a partir de uma visão xenofóbica, percebia a Sociologia como uma importação germânica.

Achava-se plenamente habilitado para iniciar sua carreira brilhante de professor universitário, ao ser indicado por Victor Espinas, apoiado por um antigo membro desta Universidade que se tornara diretor do ensino superior, Louis Liard, para ministrar as aulas de Pedagogia e Ciência Social na Faculdade de Letras de Bordeaux, de 1887 a 1902. Neste mesmo ano casou-se com Louise Dreyfus, filha de um industrial de caldeiras.

O cargo, de prelecionador de ciência social e educação, foi criado especificamente para ele, graças, em parte, à influencia de Louis Liard, que aprovava o seu republicanismo e era,

pessoalmente seguidor de Renouvier. Certamente a nova disciplina conquista um espaço aberto a inovações, mas ele é subalterno dentro do sistema hierárquico intelectual. As ciências sociais sofrem uma crítica pesada do corpo filosófico, que se recusa a aceitá-las como uma área propriamente científica. As contestações incidem, sobretudo, em relação à sua pretensão de se constituir em um domínio *sui generis* do conhecimento.

Durkheim exibiu prudência na lição de abertura em *Bordeaux*:

"Encarregado de ensinar uma ciência nova e que só conta com um pequeno número de princípios definitivamente estabelecidos, seria uma temeridade da minha parte não sentir receio pelas dificuldades da minha tarefa. Aliás, faço esta confissão sem dificuldade e timidez. Creio, com efeito, que nossas universidades, ao lado destas cátedras, do alto das quais se ensina a ciência feita e as verdades adquiridas, há lugar para outros cursos em que o professor vai fazendo a ciência à medida que a ensina; onde encontra ouvintes que são não só alunos como também colaboradores, com os quais investiga, tateia e por vezes também se engana. Não venho, portanto, revelar uma doutrina da qual uma pequena escola de sociologistas teria o segredo e o privilégio, nem sobretudo propor panacéias para curar nossas sociedades modernas dos males de que podem sofrer. A ciência vai mais devagar; precisa de tempo, muito tempo, sobretudo para se tornar praticamente utilizável" (Durkheim, 1975, apud. ORTIZ, 1989, p. 02)

De 1887 a 1902, com efeito, Durkheim vai cumprir a promessa feita na lição inaugural:

“O único meio de demonstrar que a Sociologia é possível é fazer ver que ela existe, que vive.”

Na preleção inaugural, esboçou um relato das perspectivas da Sociologia: a Sociologia é uma ciência que acaba de nascer. Em lugar de debater-lhe abstratamente as possibilidades, devemos prosseguir no processo de inaugurar estudos sociológicos concretos. Tais estudos podem ser aplicados à elucidação de problemas filosóficos tradicionais, pela remodelação destes últimos a uma luz mais empírica. Os fenômenos morais, primeiro que tudo, precisam ser estudados cientificamente, como “sistemas de fenômenos naturais”, antes de podermos esperar resolver problemas de como agir moralmente. (GIDDENS, 1978)

Permaneceu em Bordeaux pelo espaço de quinze anos, que foram o período mais produtivo de sua vida. Foram quinze anos de intensa atividade intelectual.

No momento da sua nomeação, em carta ao decano da Faculdade, em 1887, Durkheim anuncia que consagrará o seu primeiro curso à “solidariedade social”, refletindo uma preocupação muito em voga na época. É durante este período que descobrirá as idéias

diretrizes do seu método. A solidariedade constitui o ponto de partida não apenas de sua teoria sociológica, mas também da primeira obra estritamente sociológica que publicou. (RODRIGUES, 2006)

Em 1891, Durkheim faz parte do júri do concurso para a agregação em filosofia e inicia um curso especial para os candidatos a fim de, com eles, estudar os grandes percussores, Montesquieu, Rousseau, Aristóteles, Condorcet, Saint-Simon, Comte.

Aí o jovem mestre encontrou condições adequadas para produzir o grosso de sua obra, a começar por suas teses de doutoramento. *A Divisão do Trabalho* foi apresentada em 1893. Na defesa pública que fez da sua dissertação, teve que lidar com as críticas dos examinadores: Boutroux, que era um deles e a quem Durkheim dedicou seu trabalho, fazia graves restrições às afirmações da tese primária. Uma das objeções levantadas pelos examinadores de Durkheim contra a sua dissertação de doutoramento foi que ela tratava a evolução da moral como inexoravelmente determinada por causas sociais. Acentuou muitas vezes que não o movia o desejo de negar o caráter distintivo da sociedade, em contraste com o mundo material, na medida em que o primeiro opera claramente através da consciência ou das idéias humanas. Não obstante, a sociedade é uma parte da natureza, e uma ciência da sociedade tem de basear-se nos mesmos princípios lógicos que vigem na ciência natural.

Durkheim combateu as críticas de seus examinadores com vigor. Seu êxito no exame representou a muitos um triunfo da Sociologia sobre as posições mais reacionárias no campo da filosofia. Os diálogos acalorados em sua defesa doutoral foram os primeiros de inúmeros embates com críticos que rejeitavam muita coisa ou tudo da concepção durkheimiana da Sociologia. Foi reeditada no ano em que deixou Bordeaux (1902). A tese complementar, escrita em latim, foi publicada em 1892, mas editada em francês só em 1953, sob o título de: *Montesquieu et Rousseau, précurseurs de la Sociologique*.

A publicação de *As Regras do Método Sociológico* (que apareceram como uma série de artigos em 1894 e em forma de livro no ano seguinte) continuou a estimular controvérsias, de acordo com a própria intenção de Durkheim. Assim, num período de somente seis anos, foram editados praticamente três quartos da obra sociológica de Durkheim, o que demonstra uma extraordinária fecundidade teórica.

Sua intensa atividade intelectual pode ser comprovada também pela iniciativa, tomada em 1896 (mesmo ano que publicou *O Suicídio*), de fundar uma grande revista, qual seja, *L'Année Sociologique*. A revista lhe ocupou grande parte do tempo dali por diante, até que sua publicação foi suspensa com a deflagração da guerra. Ajudou-o a reunir uma massa considerável de documentos e de informações e atrair vocações. Apareceram os primeiros discípulos: Bouglé, Fauconnet, Hubert, Milhau, Simiand e Mauss, seu sobrinho. Com o advento da Primeira Guerra Mundial, ele viu partir para o *front* numerosos discípulos seus, alguns dos quais não regressaram.

Embora a política da *Année* fosse bem eclética desde o começo, o aparecimento da revista, com o seu grupo central de colaboradores, fez mais do que qualquer outra coisa para concretizar a Sociologia de Durkheim como “escola” reconhecida de pensamento. Os objetivos da *Année* eram ambiciosos: fornecer ampla crítica anual da literatura sociológica e de obras correlatas aparecidas nos campos das “ciências sociais especializadas” da economia, da demografia, da geografia, da ética e do direito. A *Année* deu um destaque especial a obras que tratavam da Sociologia da religião, para a qual se voltaram cada vez mais os interesses de Durkheim na última parte da sua carreira.

Durkheim lecionou em Bordeaux sobre uma variedade de cursos: educação, família, religião e história do socialismo. No curso de religião, em 1895, encontrou pela primeira vez as obras de alguns dos principais antropólogos ingleses e americanos. Esse encontro assinalou

tamanha transição na evolução do seu pensamento que todas as suas pesquisas anteriores tiveram de ser refeitas para que fosse possível pô-las de acordo com as novas intuições.

Uma razão por que achava que a obra dos antropólogos ingleses e americanos constituía matéria de reflexão era simplesmente por haver encontrado nos escritos deles, pela primeira vez, estudos minuciosos de sociedades tradicionais. Ali encontrou uma riqueza de material muito mais substancial do que o encontrado nas obras dos etnólogos germânicos, nos quais se apoiara pesadamente ao escrever *A Divisão do Trabalho e Suicídio*.

Os cursos em Bordeaux antecipam os escritos que virão e funcionam como ensaios para as idéias que desenvolverá. Há uma lógica seqüencial nas primeiras publicações: *A Divisão do Trabalho Social* (1893) estabelece o objeto da Sociologia; *As Regras do Método Sociológico* (1895) lança as bases de uma metodologia específica da nova ciência; *O Suicídio* (1895) aplica o método a um terreno considerado até então como pertencente à psicologia. Quando *L'Année Sociologique* é criada, o pensamento durkheimiano encontra-se definido.

As aulas que Durkheim deu sobre o socialismo em 1895-1896 foram em parte uma resposta à conversão de alguns dos seus alunos ao marxismo. Se bem que se limite a analisar nessas lições a figura de Saint-Simon, cujos escritos estão a seu ver na origem tanto do socialismo como da Sociologia, propunha-se abordar seguidamente o pensamento de Proudhon e depois o de Lassalle e o de Marx. A fundação do *Année Sociologique* em 1896 obrigou-o, porém, a adiar esses trabalhos. Durkheim nunca chegou a realizar esses projetos. (GIDDENS, 1994)

Seu primeiro contato direto com as obras de Marx ocorrera durante a visita feita à Alemanha, mas, até então, não estudara Marx em seus pormenores. Quando veio a fazê-lo, a maioria das suas opiniões básicas já estava bem formada, e em seu curso de preleções tentou incorporar ao seu sistema uma interpretação das origens do marxismo e do pensamento socialista de um modo mais geral.

A divulgação crescente do marxismo junto dos vários sectores do movimento operário francês que se verificou na década de 1890, e a intensificação do interesse dos meios intelectuais pela obra de Marx obrigaram Durkheim a analisar de forma directa a relação entre Sociologia e socialismo. A difusão do socialismo marxista na França dos fins do século XIX tornou-se manifesta com a publicação de traduções das obras de Engels, Kautsky, Labriola e outros, que substituíram assim à versão grosseira do marxismo apresentada por Guesdes por outras versões mais exatas. A crítica de Durkheim à tradução francesa da exposição geral do pensamento de Marx feita por Labriola contém uma análise explícita das principais diferenças entre o pensamento de Marx e o de Durkheim. (GIDDENS, 1994, p. 273)

Ele não via com bons olhos o marxismo revolucionário, pois sustentava que as revoluções mudam muita pouca coisa: a mudança profunda resulta sempre de uma evolução social a longo prazo. Rejeitava a tese de que o Estado é um meio de dominação de classe: no seu entender, o Estado, pelo contrário, pode e deve servir como o veículo da realização da reforma social, através do favorecimento da igualdade de oportunidades. (GIDDENS, 1978)

Após várias tentativas de ir para Paris, o que dependia de apoio político, foi encarregado do Curso de Ciência da Educação na Sorbonne, em 1902, substituindo Ferdinand Buisson. Quatro anos após, com a morte do titular, assume esse cargo. Mantém a orientação laica imprimida por seu antecessor. Durkheim nunca fez mistério do seu apego à idéia laica (da qual estavam próximas as suas preocupações morais): via nela uma garantia de solidariedade social e uma forma do respeito mútuo. Membro da Federação das Juventudes Laicas, o sociólogo expõe frequentemente as suas idéias perante esse público.

A Sociologia não foi directamente aceita pela Sorbonne, mas que ela entrou pela estreita porta da pedagogia. Em 1913 sua cátedra passou a ser de “Educação e Sociologia” que, pelas suas mãos, penetra assim no recinto tradicional da maior instituição universitária francesa, consolidando assim o *status* académico dessa disciplina. Entre os 30 e os 40 anos, Durkheim

inventou, portanto, uma ciência ao ensiná-la, abriu novas perspectivas, realizou uma parte da sua primitiva vocação: fundar um conhecimento positivo da sociedade. (DUVIGNAUD, 1982)

Nesse período publicou numerosos artigos, entre eles: “Pedagogia e Sociologia”, “A determinação do fato moral”, “Representações individuais e representações coletivas”. Foi neste período também que aderiu à Liga dos Direitos do Homem.

Como uma de suas principais responsabilidades na Sorbonne, coube a Durkheim dar um curso de história e teoria da educação na França. Esse curso, compulsório para todos os estudantes que viessem à ingressar nas artes e nas ciências, permitiu a Durkheim tentar difundir ainda mais a influência das suas idéias.

Suas aulas na Sorbonne transformaram-se em verdadeiros acontecimentos, exigindo um grande anfiteatro para comportar o elevado número de ouvintes, que chegavam por vezes com uma hora de antecedência para obter um lugar de onde se pudesse ver e ouvir o mestre, já então definitivamente consagrado.

Excetuando-se dois folhetos em que analisava as origens do militarismo germânico, escritos durante a Primeira Guerra Mundial, o único estudo que Durkheim publicou sobre política contemporânea foi uma intervenção nos debates públicos travados em torno do caso Dreyfus. Foi escrito em resposta aos ataques de Brunetière, anti-*dreyfusard* conservador, que condenara o papel dos intelectuais empenhados em apoiar o caso Dreyfus, tachando-os de desprezadores das instituições tradicionais e fomentadores do individualismo e da anarquia. Brunetière lança contra ele um ataque infame que provoca o protesto unânime e indignado dos seus alunos, inclusive eclesiásticos.

A ocorrência de um caso como o de Dreyfus mostra as principais diferenças que existiam entre a França e a Alemanha. Na Alemanha, um judeu não poderia ter alcançado a posição ocupada por Dreyfus. O individualismo dos *Dreyfusards*, argumenta Durkheim, é

muito diferente do egoísmo com que é identificado pelos partidários da Igreja e do exército. (GIDDENS, 1994)

Durkheim tentou dar uma interpretação de “individualismo” derivada de suas idéias sociológicas, que refutaria a sugestão de que ela implicava a anarquia. Cumpre estabelecer uma distinção, argumentava ele, entre a concepção do individualismo expressa no utilitarismo e na economia política clássica, de um lado, e os ideais de individualismo moral produzidos pelo processo de desenvolvimento social, do outro. A primeira, que depende da noção do indivíduo isolado que cria a sociedade ao entrar numa troca de relações com outros, está de fato ligada à tese de que a sociedade pode ser reduzida ao jogo recíproco de interesses egoístas. Mas essa tese, expressão de uma filosofia particular, difere muito do individualismo como conjunto de ideais morais, a que Durkheim às vezes se referia genericamente como o “culto do indivíduo”. O individualismo moral opõe-se ao interesse próprio anárquico; não glorifica o eu mas, ao contrário, orienta-se para os únicos valores morais – os da liberdade e da igualdade – capazes, nos tempos modernos, de proporcionar a base da solidariedade social. (GIDDENS, 1978)

As obrigações professorais, adicionadas aos cargos da *Année*, retardaram o progresso da obra de Durkheim sobre religião. As *Formas Elementares da Vida Religiosa* só apareceram em 1912.

Com o rompimento das hostilidades em 1914, ele mergulhou no esforço de guerra, continuando a ensinar enquanto participava de numerosos comitês, preocupado, entre outras coisas, com a produção de artigos e folhetos sobre a guerra. Sua saúde estava piorando; seu falecimento precoce aos cinquenta e quatro anos foi, sem dúvida, apressado pela perda do filho único, André, na retirada sérvia de 1915-1916. André já começara a mostrar um grande talento intelectual definido e se estava salientando entre os membros mais jovens do grupo da *Année*. O sofrimento de Durkheim foi tão profundo que, por algum tempo, não pôde trabalhar.

Retornou aos poucos a se concentrar em suas atividades, mas, no fim de 1916, teve um ataque. Embora se recuperasse parcialmente, ficou num estado deplorável.

Nos últimos momentos de Durkheim, da angústia que sucedeu ao desaparecimento do filho, a dor quando soube da sua morte, o cansaço invade este trabalhador incansável. E no último Verão, em Fontainebleau, a 15 de dezembro de 1917, Durkheim morre.

O que surpreende ainda em sua trajetória intelectual não é só a referida fecundidade, mas sobretudo a relativa mocidade com que produziu a maior parte de sua obra. Fora para Bordeaux aos 30 anos incompletos e, no decorrer de uma década, já havia feito o suficiente para se tornar o mais notável sociólogo francês, depois que Comte criara esta disciplina. É preciso não se perder de vista o fato de que o prestígio intelectual era, no seu tempo, exclusividade dos velhos, mas nenhum dos retratos ou fotos de Durkheim conhecidos fixa os momentos de sua vida em Bordeaux, os quais, como se viu, foram decisivos.

1.3. Influências

Para Durkheim, a história das origens da Sociologia é a história da sua progressiva libertação da filosofia social abstrata. Uma série de grandes pensadores, sobretudo Montesquieu e Comte, contribuiu para esse processo.

Durkheim pretendia seguir no rumo inaugurado por pensadores como Montesquieu, Saint-Simon e Comte que tentaram mostrar a interdependência dos fenômenos da vida social e a urgência de estudá-los a partir da positividade de um saber científico. A positividade deste saber seria determinada por suas bases empíricas e o esforço de observação desinteressada da sociedade. Ocorre que a sociedade é um objeto de estudo mais complexo e, por isso, mais flexível, como costumava dizer Durkheim, além disso, há que se levar em conta a sua maior aderência às circunstâncias que a cercam. (TURA, 2004)

As interpretações até certo ponto convergentes que Saint-Simon e Comte apresentaram do declínio do feudalismo e da constituição da sociedade moderna são as principais fontes da totalidade da sua obra. O principal tema da obra de Durkheim consistiu na tentativa de reconciliação da concepção de Comte do estágio “industrialismo” feita por Saint-Simon. Durkheim não gostava da expressão “sociedade industrial”, que Saint-Simon introduziu no pensamento social, e criticava algumas idéias deste último. Apesar disso, tirou muita coisa de Saint-Simon. (GIDDENS, 1971)

Uma tarefa que Durkheim se propôs foi completar um empreendimento que viu iniciado nos escritos de Condorcet, Montesquieu e Comte antes dele: o estabelecimento da Sociologia numa base empírica. Embora esses primeiros escritores tivessem estabelecido a idéia de um estudo naturalístico da sociedade como um projeto, não haviam, no entender de Durkheim, conseguido libertar-se suficientemente da filosofia da história para permitir ao projeto uma realização concreta.

Durkheim foi ainda influenciado por outros autores franceses de gerações anteriores, tais como Montesquieu e Rousseau. Acrescentam-se ainda todas as influências dos ensinamentos contemporâneos de Renouvier (a influência de Kant exerceu-se sobre Durkheim por intermédio deste), e de dois professores da École Normale, que Durkheim frequentou de 1879 a 1882, Boutroux e Fustel de Coulanges.

A influência inglesa manifesta-se no interesse que Durkheim começou desde logo a demonstrar pelas idéias de Herbert Spencer, e mais tarde também pelas obras dos antropólogos ingleses (Frazer, Tylor e Robertson-Smith).

O que Durkheim admira em Condorcet, Saint-Simon, Spencer, Comte, é justamente o fato de terem percebido a especificidade de explicar o social pelo social. "Para que uma verdadeira Sociologia possa existir, é necessário que se produzam, em cada sociedade, fenômenos dos quais esta sociedade seja a causa específica, e que não existiriam se ela não

existisse, que são o que são porque ela se constituiu enquanto tal. Uma ciência só pode ser fundada se possuir por matéria fatos *sui generis*, distintos daqueles que constituem o objeto de estudo das outras ciências" (Durkheim, 1975). Durkheim valoriza Saint-Simon e Comte como precursores da Sociologia, pela razão de terem explicitado o que há de particular na sociedade, ambos, abrindo o caminho para uma nova esfera do conhecimento.

Spencer exerce uma soberania espiritual incontestável. Renouvier o atrai pelo esforço para constituir uma ciência positiva da moral. Mas é em Comte, que Durkheim encontra os pressupostos essenciais que o conduzirão à Sociologia: delimitação rigorosa do lugar da Sociologia entre as outras ciências humanas, irredutibilidade do fato social, papel das regulamentações sociais, enfim, tentativa para constituir uma Sociologia do conhecimento.

Augusto Comte deu nome a nova ciência e coube a Durkheim estabelecer seus métodos ou “regras”. Durkheim preservou a ênfase dada por Comte à autonomia da Sociologia como campo distintivo de estudo, tentando dar mais precisão à concepção do método sociológico que acreditava implícito nela, e demonstrar-lhe a aplicação na investigação empírica. (GIDDENS, 1978)

Durkheim, de certa forma, deu continuidade a esse caráter, porém, diferenciou-se de Comte quando intentou criar uma ciência independente e com método próprio. A maior preocupação de Durkheim era imprimir uma marca específica para a Sociologia, apresentando-a como uma ciência distinta das outras. Para assentar a ciência da Sociologia numa base sólida temos de abandonar, de acordo com Durkheim, as “vagas generalidades” que abundam nos escritos de Comte, embora lhes preservemos o ponto de vista geral.

Segundo Durkheim, a contribuição de Auguste Comte foi a ter percebido que nenhum progresso adicional poderia obter-se enquanto não ficasse estabelecido que as leis das sociedades não diferem das que governam o resto da natureza e que o método pelo qual elas são descobertas é idêntico ao das outras ciências. Mas Comte, apesar disso, sustentava

Durkheim, continuou filósofo e tendia a tratar seu trabalho mais como finalização do saber sociológico do que como simples iniciação de uma nova ciência. (GIDDENS, 1978)

Comte fundamentou grande parte de sua teoria sob o enfoque das ciências naturais, ou seja, a Sociologia (Física Social) teve os seus princípios modelados conforme uma ciência natural, da qual se utilizou a observação empírica, com formulações de leis, reforçando o caráter positivista dessa ciência.

Os métodos de investigação das ciências naturais, já bastante desenvolvidos no século XIX, foram a base de onde partiu. Comte, em seu sistema de classificação, não hesita em catalogar a Sociologia como parte da biologia.

Certamente Durkheim encontra na biologia um modelo de ciência que lhe possibilita pensar a sociedade; mas, como ele mesmo ponderou: a analogia é uma forma legítima de comparação, e a comparação é o único meio de que dispomos para tornar as coisas inteligíveis. O erro dos sociólogos biologists não foi o de a terem usado, mas de a terem usado mal. Eles quiseram, não controlar as leis da Sociologia através da biologia, mas induzir as primeiras a partir das segundas. Essas inferências não têm valor, pois se as leis da vida se encontram na sociedade, é sob uma forma nova e com caracteres específicos que a analogia não permite conjecturar, e que podemos atingir somente pela observação direta. (ORTIZ, 1989)

Para Comte, a história da civilização nada mais é do que a continuação e o complemento indispensável da história natural do homem. Spencer reforça esta dependência das ciências sociais em relação ao mundo fisiológico e chega a prescrever a "necessidade de se estudar a ciência biológica como preparação para o estudo da ciência da sociedade".

Durkheim muitas vezes buscava um estilo metafórico para descrever os fenômenos sociais utilizando-se, sobretudo, das analogias orgânicas. Pode-se notá-las em termos recorrentes como, espécies de sociedade, sistemas, organismo social, funções e formas de regulação. Em *A Divisão do Trabalho Social*, são inúmeras as passagens que comparam a

sociedade a um organismo, a vida social à saúde do corpo humano, o desenvolvimento da sociedade à evolução das espécies. Durkheim valoriza em Spencer justamente este aspecto. Segundo ele, este autor não teria se "contentado em assinalar analogias aparentemente verdadeiras entre as sociedades e os seres vivos: ele declara categoricamente que a sociedade é uma espécie de organismo" (Durkheim, 1975, apud. ORTIZ, 1989, p. 14). Essa gênese marcou muito a linguagem de sua Sociologia e do que se produziu posteriormente.

Precisamos adotar a mesma reserva em face do tema da Sociologia adotada pelas ciências naturais em relação aos seus: a realidade social não pode ser percebida por ninguém que se recuse a mergulhar numa pormenorizada investigação da vida social.

Fundar uma ciência "positiva" implicava partir da realidade, "afastar as pré-noções", o que impunha uma abordagem indutiva que a diferenciava do discurso filosófico. Neste sentido, mesmo Comte e Spencer, por quem Durkheim nutre uma admiração profunda, não serão poupados. Refletindo sobre o momento pelo qual passavam as ciências sociais, Durkheim nos diz:

"Foi em vão que Comte e Spencer proclamaram que os fatos sociais são fatos da natureza, que as ciências sociais são ciências da natureza. Quando, saindo dessas generalidades, eles aplicaram seus princípios, retornaram à concepção e ao método antigo. Para Comte, a evolução social consiste na realização da idéia de humanidade; Para Spencer, a sociedade nada mais é do que a realização da idéia de cooperação" (Durkheim, 1975, apud ORTIZ, 1989, p. 07).

Em sua hierarquia das ciências, Comte ignorou a psicologia. Durkheim não poderia adotar uma atitude de rejeição como essa, visto que no seu tempo a psicologia se estava desenvolvendo rapidamente como ciência experimental.

Durkheim estudou os escritos de algumas das principais figuras envolvidas nesses desenvolvimentos na Alemanha, e ficou muito impressionado com o laboratório psicológico de Wundt (também incluiu longa análise dos escritos mais filosóficos deste último em seus artigos sobre o pensamento social alemão). Mas insistia tanto sobre a autonomia disciplinar da

Sociologia quanto Comte insistira antes dele. Segundo Durkheim, o caráter externo e coercitivo dos fatos sociais separa-os claramente da psicologia.

Durkheim, todavia, tinha uma atitude dividida em relação a autores como Wundt, que misturava uma predileção pela psicofísica experimental com a produção de tratados sobre a chamada “psicologia coletiva”, que era, efetivamente, uma antropologia da cultura. As duas espécies de empresas pareciam a Durkheim muito distintas. Ele concordava em que se a “psicologia coletiva” ou a “psicologia social” se referisse ao segundo desses tipos de diligência, não haveria dificuldade em substituir esses termos pelo termo “Sociologia”: pois o estudo da consciência social é uma tarefa essencial da Sociologia.

Ele também reconhecia a legitimidade e a importância da formação de uma “ciência positiva” de psicologia. Mas uma ciência assim estuda as características do indivíduo como ator isolado e, portanto, não explica as propriedades que derivam da associação de indivíduos em sociedade. (GIDDENS, 1978)

Durkheim foi ainda marginalmente influenciado por vários autores alemães contemporâneos. A obra de Schäffle, juntamente com a de outros autores alemães, constitui, segundo Durkheim, testemunho importante do progresso do pensamento social na Alemanha, progresso que contrastava com o atraso da Sociologia na França. (GIDDENS, 1994)

Como observa Durkheim, concordando, Schäffle insiste em que há uma discrepância radical e profundamente significativa entre a vida do organismo e a da sociedade. Enquanto a vida do organismo animal é governada por leis “mecânicas”, a sociedade deve a sua coesão não a uma relação material, mas antes aos laços das idéias.

O conceito de “sociedade como ideal”, acentua Durkheim, é um dos conceitos básicos do pensamento de Schäffle, coordenando-se perfeitamente com a insistência deste em que a sociedade se caracteriza por propriedades específicas separáveis das dos seus membros individuais. Para Schäffle, a sociedade não é apenas um agregado de indivíduos, mas antes

um ser cuja existência é anterior à daqueles que a compõem hoje, e que lhes sobreviverá; que os influencia mais do que eles a influenciam e que tem vida e consciência própria, os seus próprios interesses e destino. Schäffle rejeita pois a concepção da primazia do indivíduo sobre a sociedade defendida por Rousseau, segundo a qual o hipotético “indivíduo isolado” em estado de natureza seria mais livre e mais feliz do que quando vinculado à sociedade. Pelo contrário, tudo aquilo que leva a vida humana acima do nível da existência dos animais deriva da acumulação social de riquezas culturais e tecnológicas. Tirando isso ao homem, “tira-se-lhe simultaneamente tudo o que nos torna verdadeiramente humanos”. (GIDDENS, 1994)

Uma importante contribuição dos pensadores alemães para o progresso da Sociologia consiste em terem demonstrado que as regras e as ações morais podem ser cientificamente estudadas, na sua qualidade de propriedades da organização social. Durkheim define neste ponto um preceito que havia de vir a ser um dos princípios orientadores de toda a sua obra. Até a data, os filósofos têm partido do princípio de que a moral assenta num sistema dedutivo de princípios abstratos. A obra dos autores alemães demonstra-nos porém, que é profundamente errado proceder dessa maneira, como se a vida social humana pudesse ser reduzida a meia dúzia de normas formuladas intelectualmente. Temos antes de partir da realidade, do estudo das formas concretas das regras morais, tal como as encontramos nas sociedades concretas. (GIDDENS, 1994)

Quando foi criticado como tendo importado as suas idéias da Alemanha, Durkheim repudiou essa acusação, afirmando que a influência de Comte fora muito mais marcante e que se baseara no pensamento de Comte para proceder à crítica das contribuições dos autores alemães em sua causa. (GIDDENS, 1994)

Apesar de um passado promissor (Saint-Simon, Proudhon, Comte), as ciências sociais desenvolveram-se tardiamente na França.

Em artigo publicado em 1900 na *Revue Bleue*, defende a tese de que a Sociologia é “uma ciência essencialmente francesa”, dado seu nascimento com Augusto Comte. Mas, morto o mestre, a atividade intelectual sociológica de seus discípulos foi sobrepujada pelas preocupações políticas. As causas profundas que tinham dado origem à Sociologia – advento do pensamento de que só da razão, isto é, da ciência se esperava os meios de refazer a organização moral do país – e que só elas podiam manter viva, tinham acabado por perder sua força. E a Sociologia imobilizou-se durante toda uma geração na França. Mas prosseguira, enquanto isso, seu caminho na Inglaterra, com Spencer e o organicismo. Durkheim é severo no julgamento do período que o antecedeu de imediato: fala mesmo de uma “acalmia intelectual que desonrou o meado do século e que seria um desastre para a nação”.

Sem embargo disso, as influências que mais contribuíram para a formação do pensamento da maturidade de Durkheim derivam todas elas de tradições intelectuais nitidamente francesas. No final do século XIX, devido à “reação científica” que estava ocorrendo, a França voltava a desempenhar o papel predestinado no desenvolvimento da Sociologia. Dois fatores favoreciam isso: primeiro, o acentuado enfraquecimento do tradicionalismo e, segundo, o estado de espírito racionalista. A Sociologia se eclipsa para ressurgir após a guerra de 1870, momento que coincide com o fim do regime imperial e a ascensão da Terceira República.

CAPÍTULO 2

PRINCIPAIS OBRAS

Este capítulo tem em vista mostrar as principais obras de Durkheim. Optamos pelas obras: *A Divisão do Trabalho Social*, *As Regras do Método Sociológico*, *O Suicídio* e *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. A escolha destas obras não visa desmerecer as outras obras deste autor que tantos temas para reflexão nos deixou. Foi em função do impacto teórico e prático que estas obras causaram no tempo-espaço em que foram produzidas e também em função dos limites e possibilidades presentes na produção desta monografia.

Em *A Divisão do Trabalho Social*, opõe-se àqueles que tentam explicar a complexidade crescente do sistema de divisão do trabalho a partir dos efeitos sociais e individuais vantajosos que ela acarreta. Conforme Durkheim, a divisão do trabalho se desenvolve de maneira contínua no decorrer da história, não porque é útil, mas porque é um processo natural de desenvolvimento da sociedade. As formas da solidariedade evoluem de uma para outra: a solidariedade mecânica, que caracteriza as sociedades tradicionais, progressivamente cede lugar à solidariedade orgânica. O direito repressivo, característica da solidariedade mecânica, conseqüentemente diminui, enquanto aumenta progressivamente o direito restitutivo. Entretanto, o processo evolutivo causa, ao mesmo tempo, um desenvolvimento constante do individualismo: “conseqüência do desenvolvimento da solidariedade orgânica, o individualismo pode exercer um efeito dissolvente sobre a própria solidariedade” (BOUDON & BOURRICAUD, 2007)

As Regras do Método Sociológico (1895) constitui a primeira obra exclusivamente metodológica escrita por um sociólogo e direcionada para a investigação e explicação sociológica. *As Regras* constituem um esboço sistemático com o intuito de elaborar uma “teoria da investigação sociológica”, voltadas para a busca do bom funcionamento do que

Durkheim denominou “reino social” e que permitem explicar os fenômenos que ocorrem nesse meio sem precisar tomar explicações emprestadas de outros reinos. (RODRIGUES, 2006)

É importante ressaltar sua própria posição cronológica: publicada depois de *A Divisão do Trabalho Social* (tese de doutoramento em 1893), seus princípios metodológicos são deduzidos dessa investigação. Tais princípios por sua vez são postos à prova e aplicados numa monografia exemplar que é *O Suicídio* (1897), em que a manipulação de variáveis e dados empíricos é feita pela primeira vez num trabalho sociológico sistemático e devidamente delimitado.

A hipótese fundamental de *O Suicídio* é que o equilíbrio da personalidade ou a “felicidade” do indivíduo (como refere Durkheim) depende da intensidade dos “laços” entre o indivíduo e a sociedade: esses laços não devem ser muito apertados nem muito frouxos.

Simultaneamente com a elaboração de *As Regras do Método Sociológico* em que utiliza o método estatístico, Durkheim organiza uma outra pesquisa de menor porte em 1896 (“La prohibition de l’inceste et ses origines.”), onde o método de análises de dados etnográficos é aplicado numa perspectiva sociológica. Esta linha de investigação tem prosseguimento na sua não menos importante monografia publicada em 1901-02: “De quelques formes primitives de classification”, elaborada em parceria com Mauss. Estas duas monografias (cujos conteúdos não detalharemos nessa monografia) antecipam a última fase metodológica de Durkheim, que culmina com a publicação relativamente tardia de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912).

Em *As formas elementares da vida religiosa*, a religião é concebida por Durkheim como um fenômeno que, a despeito de suas manifestações particulares, é de essência universal. Durkheim definiu a religião a partir do totemismo australiano, que, segundo ele, representava a forma mais elementar de religião.

A religião, longe de poder ser interpretada à maneira dos artificialistas, como uma “fantasmagoria”, ou um ópio do povo, deve ser concebida como uma espécie de projeção das normas e valores nos quais se baseia a integração do indivíduo à sociedade. Para Durkheim, a sociedade é a única força que transcende os indivíduos e assume, para eles, a forma de uma força que os envolve em todas as direções; a sociedade corresponderia a seus membros o mesmo que um deus para seus fiéis. A aceitação das coerções supõe que estas sejam percebidas pelos membros da sociedade como fundamentadas numa autoridade que lhes inspira um sentimento de legitimidade e, portanto, de respeito. O que pressupõe que as religiões são destinadas a evoluir com as estruturas sociais. O indivíduo só pode aceder à “felicidade” desenvolvendo expectativas realistas, aceitando seu papel e sua situação no sistema de divisão do trabalho. É por isso que os conflitos sociais de sua época lhe parecem exprimir um estado transitório que anuncia o aparecimento de uma moral que levaria cada um a admitir que a “felicidade” só pode ser atingida pelo indivíduo se ele aceitar ocupar sua função e seu lugar na sociedade.

As Formas Elementares da Vida Religiosa permanecem um dos grandes livros da Sociologia francesa e, mais geralmente, das ciências humanas. Apesar das críticas que se podem formular contra uma ou outra das suas interpretações, ele resiste como uma das obras clássicas do pensamento sociológico.

2.1 A Divisão Do Trabalho Social

Em *A Divisão do Trabalho Social*, sua dissertação de doutorado é sua primeira obra importante publicada. Durkheim tentou mostrar a tarefa do surgimento do individualismo na sociedade moderna: os ideais do individualismo expressavam a emergência de um novo tipo de ordem social, que superaria cada vez mais as formas tradicionais da sociedade que os conservadores defendiam.

As obras de Durkheim manifestam permanente interesse pelas implicações práticas do conhecimento científico social. Para Durkheim, o papel prático do sociólogo assemelha-se ao do médico, que aplica conhecimentos científicos para distinguir entre doença e saúde, diagnosticar as causas da primeira e desenvolver um tratamento que venha a debelá-la. Uma das finalidades de *A Divisão do Trabalho* era precisamente a de mostrar que a difusão dos ideais do individualismo não é sintoma de um estado patológico da sociedade, mas, ao contrário, a expressão “normal” e saudável das transformações sociais que estão gerando uma nova forma de solidariedade social (GIDDENS, 1971).

A Revolução Francesa deu um impulso decisivo ao desenvolvimento do individualismo nos tempos modernos. Mas o progresso do individualismo, que se manifesta de modo irregular em diferentes períodos da história ocidental, não é o produto específico de uma época específica; o seu desenvolvimento processa-se incessantemente no decurso da história (DURKHEIM, 1999a).

A teoria utilitarista atribuiu o aumento da especialização da divisão do trabalho ao aumento da riqueza material a que a diversificação do trabalho e a troca deram origem. Segundo esta concepção, quanto maior for a produção maior será o número de necessidades humanas que serão satisfeitas, e maior será a felicidade dos homens. Durkheim contestou essa idéia, apresentando vários argumentos. O mais importante é que a tese é ilusória ao nível empírico. Se bem que o homem moderno conheça prazeres novos, anteriormente desconhecidos, esses prazeres são contrabalançados por novos sofrimentos, que não existiam nas sociedades anteriores. Os desejos se tornam imoderados. A obsessão de ganhar mais e mais dinheiro é ilimitada e, por conseguinte, irrealizável. O fato de se verificar o suicídio com tanta freqüência nas sociedades contemporâneas prova-nos que a diferenciação social não produz inevitavelmente uma elevação do nível geral de felicidade.

O consenso moral abrangente representa, de fato, uma condição necessária de solidariedade social, assentia Durkheim: mas só nas sociedades mais simples, onde o desenvolvimento da divisão do trabalho é ainda rudimentar. Trata-se apenas de um tipo de coesão social, a que Durkheim deu o nome de “solidariedade mecânica”. As sociedades nas quais os principais laços de coesão se baseiam numa “solidariedade mecânica” têm uma estrutura agregada ou segmentária: isto é, são compostas por grupos político-familiares agregados (grupos de clã), cuja organização interna é muito semelhante.

Nas sociedades primitivas a propriedade é comunitária. A propriedade não passa efetivamente de uma projeção da pessoa sobre as coisas. Quando a única personalidade que existe é a personalidade coletiva, a propriedade não pode ser senão coletiva também. A propriedade privada ainda não existe.

Cada vez mais esse tipo de solidariedade é substituída, à medida que nos aproximamos dos tempos modernos, por um segundo tipo, a “solidariedade orgânica”. A solidariedade aqui não deriva simplesmente da aceitação de um conjunto de crenças e sentimentos comuns, mas sim de uma interdependência das funções da divisão do trabalho.

Quando é a solidariedade mecânica que está na base da coesão social, a *consciência coletiva* envolve completamente a consciência individual, tornando os indivíduos idênticos. Durkheim denomina consciência coletiva como “o conjunto das crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade e forma um sistema determinado que tem a sua vida própria” (DUVIGNAUD, 1982, p. 22).

A solidariedade orgânica, pelo contrário, pressupõe não a identidade, mas antes a *diferença* entre os indivíduos nas suas crenças e ações. Sua base é a divisão diferenciada do trabalho. Mas será uma sociedade justa no sentido de que nela prevalecerá a igualdade de oportunidades.

O desenvolvimento da solidariedade orgânica e a expansão da divisão do trabalho correlacionam-se com a acentuação do individualismo. O desenvolvimento do individualismo é uma consequência inevitável da expansão da divisão do trabalho: e o individualismo só se pode acentuar na medida em que as crenças e os sentimentos coletivos percam parte da sua força. O progresso da solidariedade orgânica está assim necessariamente dependente do declínio da importância da *consciência coletiva*. (GIDDENS, 1994)

As crenças e os sentimentos comuns não desaparecem completamente nas sociedades mais complexas. Uma sociedade na qual cada indivíduo procurasse satisfazer unicamente os seus próprios interesses desintegrar-se-ia num curto espaço de tempo. Durkheim dizia que nada é menos constante do que o interesse. O interesse leva a unir-se hoje com uma pessoa que amanhã será inimiga. (DURKHEIM, 1999a)

Enquanto que a *consciência coletiva* consiste em crenças e sentimentos comuns, o “culto do indivíduo” se centra no valor e na dignidade do indivíduo, mais do que da coletividade. O progresso do “culto do indivíduo” só se tornou possível devido à secularização da maioria dos setores da vida social. O “culto do indivíduo” é o equivalente moral do progresso da divisão do trabalho; porém, difere consideravelmente, no conteúdo das formas tradicionais de comunidade moral, e não pode constituir a base única em que assenta a solidariedade das sociedades contemporâneas. (DURKHEIM, 1999a)

A fim de documentar a progressão da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, Durkheim examinou o desenvolvimento dos sistemas de leis. Os códigos legais possibilitam essa explicação porque são a expressão formal de prescrições morais. As principais mudanças nos sistemas legais permitem-nos arquitetar transformações básicas na ordem moral da sociedade. Sempre que haja uma forma estável de vida social, as regras morais serão eventualmente reunidas sob a forma de leis.

Com efeito, quando se quer conhecer a maneira como uma sociedade está politicamente dividida, como estas divisões se compõem, a fusão mais ou menos completa que entre elas existe, não é com a ajuda de uma inspeção material e por observações geográficas que podemos consegui-lo; pois essas divisões são morais mesmo que tenham alguma base na natureza física. Só através do direito público é possível estudar essa organização, pois é este o direito que a determina, tal como determina as nossas relações domésticas e cívicas. (DUVIGNAUD,1982)

Todas as leis envolvem sanções. As sanções expressam o caráter obrigatório dos códigos morais. Daí que uma classificação das formas de leis de acordo com os tipos de sanções aos quais estão ligadas constitui um modo proveitoso com que se pode identificar espécies diferentes de sistemas morais. Segundo Durkheim, são dois os tipos principais e contrastantes de sanções envolvidas em códigos legais. As “sanções repressivas”, que se associam com a lei penal, consistem na aplicação de alguma forma de sofrimento, como a perda da liberdade ou até a perda da vida, ao transgressor. As “sanções restitutivas”, características da maioria das áreas do direito civil e comercial, envolvem a restauração do estado de coisas que existia antes da transgressão da lei. O objetivo da lei restitutiva é o reajustamento, ou igualdade, muito mais do que a punição do crime. (DURKHEIM, 1999a)

A existência da lei repressiva manifesta o predomínio de crenças morais coletivas vigorosamente sustentadas. Disso também se segue, continuou a argumentar Durkheim, que quanto maior for a preponderância da lei repressiva sobre a restitutiva, tanto mais unificada e inclusiva será a *consciência coletiva*. A função primária do castigo é pois proteger e afirmar a *consciência coletiva* face a atos que põem em dúvida o caráter sagrado da mesma. (GIDDENS, 1971)

A partir disso, podemos concluir que a *consciência coletiva* é mais coerente e mais forte nas formas mais simples de sociedade: o predomínio relativo da lei repressiva indica a

predominância da solidariedade mecânica. Em tais sociedades, as crenças coletivas estão concentradas na religião. A religião “compreende tudo, abraça tudo”, contendo uma série de crenças e práticas reguladoras não só dos fenômenos estritamente religiosos como da ética, do direito, dos princípios da organização política, e até da ciência. O direito penal começa por estar integrado numa estrutura religiosa.

Durkheim tentou delinear a linha de ação cada vez menor da lei repressiva no sistema judicial, e a expansão correspondente da lei restitutiva. A lei restitutiva desenvolve-se a fim de regular as novas áreas de conduta social criadas pelo desenvolvimento do Estado, pelo sistema ocupacional e por outras formas de associação. A lei restitutiva consiste numa reintegração. Entretanto, um resíduo de lei repressiva precisa continuar a existir, regulando os códigos morais necessários ao cumprimento de contratos centralizados no respeito à autonomia, na dignidade e na liberdade do indivíduo, isto é, no individualismo moral. O funcionamento da lei restitutiva e, portanto, da solidariedade orgânica, não pode ser totalmente separado da influência da *consciência coletiva*. (GIDDENS, 1971)

O desenvolvimento da sociedade na direção da maior complexidade na divisão do trabalho está intimamente ligado, portanto, com a expansão do papel da lei restitutiva. A substituição progressiva da lei repressiva pela lei restitutiva é uma tendência que se correlaciona com o grau de desenvolvimento de uma sociedade: quanto mais elevado for o nível de desenvolvimento social, maior será a proporção de leis reparadoras na estrutura jurídica da sociedade em questão. A existência da lei restitutiva pressupõe o predomínio da divisão diferenciada do trabalho, na medida em que defende os direitos dos indivíduos, quer em relação à propriedade privada quer em relação a outros indivíduos que se encontrem numa posição social diferente.

De um tipo de solidariedade para outra, explodem as diferenças: enfraquecimento dos sentimentos comuns que fixam “o grau médio de determinação dos estados coletivos”,

enfraquecimento da religião que constitui um controle social coercitivo nos grupos que a similitude une, aparição do individualismo. Assim, nas sociedades complexas, “é a divisão do trabalho que, cada vez mais, desempenha o papel que desempenhava, outrora, a consciência comum, é ela principalmente que sustenta a união dos agregados sociais dos tipos superiores” (DUVIGNAUD, 1982, p. 23).

O desenvolvimento social corresponde, também, a uma transição progressiva da solidariedade mecânica para a orgânica. A solidariedade orgânica, isto é, a interdependência de indivíduos ou grupos em relações sistemáticas de troca uns com os outros, só começa a surgir num sentido importante com o desenvolvimento da especialização da produção. Pois a solidariedade orgânica não pressupõe a similaridade dos indivíduos, mas o crescimento de diferenças entre eles. Há disso duas precondições históricas: a separação das tarefas econômicas das obrigações familiares, e a concentração da autoridade legítima nas mãos de um organismo central (casa monárquica ou Estado). (GIDDENS, 1971)

No nível da economia como um todo, a regulamentação moral tem de ser regida através do Estado. O Estado, aos olhos de Durkheim, é um instrumento de tomada de decisões que focaliza e coordena os planos de ação relacionados com as necessidades dos indivíduos na sociedade civil. É um “órgão de consciência”, cujo papel consiste não só em reunir as idéias e opiniões conflituosas da população em geral, mas também em ir além delas. Tem de ser receptivo às concepções dos cidadãos, mas cabe-lhe a responsabilidade de articulá-las clara e racionalmente, discernindo-lhes as implicações e formulando planos de ação pertinentes. Na concepção de Durkheim, não só há de conservar o Estado importantes funções morais numa sociedade desenvolvida, mas também seu papel se estenderá. (GIDDENS, 1994)

Durkheim reconhece que a expansão da divisão do trabalho resultante da industrialização deu origem a um conflito entre o capital e o trabalho assalariado. Esse conflito não resulta, porém, diretamente da divisão do trabalho. Se a divisão de trabalho

produz conflito a razão é porque a sociedade se acha num estado transicional de desenvolvimento, ou porque existe uma condição patológica da ordem social. Com o apoio do Estado, tais desigualdades desaparecerão por si mesmas, à proporção que a solidariedade orgânica se estabelecer seguramente.

O desenvolvimento da divisão do trabalho, segundo Durkheim, é a condição da expansão das liberdades humanas. Pode presumir-se que a extensão do papel do Estado invade necessariamente a liberdade do indivíduo. No seu entender, todavia, isso não acontece. Acontece precisamente o contrário: o Estado se encarrega da tarefa de ajudar concretamente a converter em realidade os ideais do individualismo moral. Longe de opor-se ao Estado, nossa individualidade moral tem sido, ao contrário, produto dele. Isso não quer dizer que o autor não tenha reconhecido que, em certas circunstâncias, o Estado ameaça as liberdades individuais.

O Estado poderá tornar-se tirânico se não for contrabalançado pela existência de agrupamentos sociais (“associações ocupacionais” ou corporações) que intervenham entre ele e o indivíduo. Esses grupos secundários, como Durkheim os encarava, representam um duplo papel: fornecem uma conexão mútua entre o Estado e o indivíduo, protegendo o segundo dos possíveis excessos do primeiro; e ajudam a manter a distância entre a sociedade civil e o Estado “necessária a impedir que a ordem social resvale para o conservantismo da rotina não-reflexiva”. (GIDDENS, 1971, p. 44)

Segundo Durkheim, uma nação só poderia manter-se quando se intercalar entre o Estado e os indivíduos uma série de grupos secundários suficientemente próximos dos indivíduos para os atrair fortemente para a sua esfera de ação e os integrar na vida social. Os grupos profissionais poderiam desempenhar esse papel, e é isso que lhes estaria reservado.

De acordo com a análise de Durkheim, pode esperar-se que a criação desses grupos corporativos aconteça como parte do processo “normal” de desenvolvimento da divisão do

trabalho. O desenvolvimento dos grupos profissionais é uma consequência necessária da divisão complexa do trabalho. Sua própria existência, todavia, mostra que uma característica da divisão do trabalho é moralizar a vida ocupacional. De acordo com a concepção de Durkheim do que viria a acontecer, os grupos ocupacionais desempenhariam um papel importante na vida política da sociedade moderna e, ao mesmo tempo, teriam outras responsabilidades para com seus membros. (GIDDENS, 1971)

O conceito de anomia caracteriza as consequências de uma “ruptura de equilíbrio” no seio do organismo social, ruptura consecutiva a “graves reajustamentos”, a “um súbito movimento de crescimento” ou a “um cataclismo inesperado” (DUVIGNAUD, 1982, p. 19). O progresso pode, portanto, ao agir no interior de uma sociedade, provocar momentaneamente crises que correspondem a esforços de reajustamento, de readaptação, ou testemunham simplesmente um desequilíbrio geral.

As paixões humanas não param senão perante uma potência moral que respeitam. As tréguas impostas pela violência nunca são mais que provisórias. A ordem social abalada pelas mudanças econômicas, não pode desempenhar esse papel regulador. É assim que Durkheim define o conceito de anomia.

Mas o que faz, em particular hoje, a excepcional gravidade deste estado é o desenvolvimento, até então desconhecido, que, desde há cerca de dois séculos, tiveram as funções econômicas. Enquanto antigamente não desempenhavam senão um papel secundário, estão, agora, na ordem do dia. Perante tais mudanças, vemos recuar, cada vez mais, as funções militares, administrativas, religiosas. Devido ao fato de as funções econômicas absorverem hoje o maior número de cidadãos, há uma multidão de indivíduos cuja vida se passa quase inteiramente no meio industrial e comercial; daí segue-se que, por este meio ser muito pobre em moralidade, a maior parte da sua existência acontece fora de toda a ação moral. A ausência de toda a disciplina econômica não pode deixar de estender os seus efeitos para além

do próprio mundo econômico e arrastar consigo um abaixamento da moral pública.
(DURKHEIM, 1999a)

Se, na ordem social “normal”, a infinidade dos desejos é limitada e regulamentada pela sociedade, a crise liberta brutalmente essa energia. A anomia corresponde, portanto, à fase “catastrófica” das sociedades, arrastadas por uma série de conseqüências que elas próprias criaram pelo determinismo do progresso e da produção industrial. “O estado de desregramento ou de anomia é portanto reforçado pelo fato de as paixões serem menos disciplinadas no momento em que necessitariam de uma disciplina mais forte”.
(DUVIGNAUD, 1982, p. 19)

Pôde Durkheim, durante sua vida, constatar tais fatos anômicos: a guerra franco-alemã e a Comuna de Paris, os abalos provocados pela agitação sindical, ela própria ligada ao desemprego e à desordem da sociedade liberal dominada pela economia de mercado, e, enfim, a guerra de 1914.

Os que, hoje, se preocupam com problemas da Sociologia do desenvolvimento nas novas nações independentes e com as mudanças sociais que vêm ocorrendo no Terceiro Mundo, não podem deixar de encontrar este conceito de anomia. Ele ajuda a compreender as difíceis adaptações que ocorrem durante a mudança das sociedades tradicionais a sociedades relativamente mais modernas. Seria a prova da atualidade da reflexão durkheimiana.
(DUVIGNAUD, 1982)

Se a anomia é um mal, é antes porque a sociedade dele padece, não podendo passar, para viver, sem coesão e regularidade. Para que a anomia tenha fim, é preciso que exista ou se forme um grupo onde se possa constituir o sistema de regras que, atualmente, faz falta.

Nem a sociedade política no seu conjunto, nem o Estado podem, evidentemente, desempenhar esta função: a vida econômica, porque é muito especial e se especializa cada dia mais, escapa à sua competência e ação. A atividade de uma profissão não pode ser

eficazmente regulamentada senão por um grupo suficientemente próximo dessa mesma profissão para lhe conhecer bem o funcionamento, para lhe sentir todas as necessidades e poder seguir todas as suas variações. O único que corresponde a estas condições é o que formariam os agentes de uma mesma indústria reunidos e organizados num mesmo corpo. É o que Durkheim chamou de corporações ou grupos profissionais. (DURKHEIM, 1999a)

A atividade coletiva é sempre demasiada complexa para poder ser expressa única e somente pelo órgão do Estado. E, também, o Estado que está longe dos indivíduos, tem com eles relações demasiado exteriores e intermitentes para que lhe seja possível causar uma ação profunda nas consciências individuais e socializá-las interiormente. É por isso que, onde ele for o único meio em que os indivíduos podem se formar para a vida comum, se torna inevitável que os indivíduos dele se libertem, que se soltem uns dos outros. Uma nação não pode manter-se senão houver, entre o Estado e os particulares, grupos secundários que estejam suficientemente próximos dos indivíduos para os atrair fortemente na sua esfera de ação e os arrastar assim para a corrente geral da vida social. (DURKHEIM, 1999a)

Estudar a divisão social do trabalho é esclarecer as relações que unem a personalidade individual e a sociedade global e medir a intensidade dessas relações, segundo a sua intensificação ou enfraquecimento. Se a divisão do trabalho dominou sempre a vida das coletividades humanas, não basta, contudo, explicar o conceito para explicar o sentido: “é preciso tratá-lo como um fato objetivo, observar, comparar, em suma, determinar-lhe as várias funções a todos os níveis da experiência, na história, na etnologia e na observação contemporânea direta”. (DUVIGNAUD, 1982, p. 21)

Convém distinguir a divisão do trabalho social da divisão técnica do trabalho.

A primeira consiste na especialização do trabalho por grupos e conduz ao estabelecimento de funções produtivas diferentes, formação de profissões conformes às aptidões pessoais. A divisão social do trabalho supõe que o trabalhador, longe de ficar

curvado sobre sua tarefa, não perde de vista seus colaboradores, mas age sobre eles e sofre sua ação. Não é pois uma máquina que repete movimentos dos quais ele não percebe a direção, mas ele sabe que elas tendem para algum lugar, para um objetivo que ele concebe mais ou menos distintamente. Ele sente que serve para alguma coisa. Para isto não é necessário que ele abranja vastas regiões do horizonte social, basta que ele perceba o suficiente para compreender que suas ações têm fim fora delas mesmas. Daí, por especial e uniforme que possa ser sua atividade, é a de um ser inteligente, porque ela tem um sentido e ele o sabe.

A segunda consiste na decomposição do trabalho numa série de movimentos tão simplificados quanto possível e confiados a tantos agentes quantos os necessários para que cada um apenas tenha que efetuar um só movimento, sempre o mesmo. Contrariamente ao que se diz, a divisão do trabalho não produz essas conseqüências em virtude de uma imposição de sua natureza, mas somente em circunstâncias anormais e excepcionais. Para que ela se desenvolva sem provocar tal desastrosa influência sobre a consciência humana, não é preciso temperá-la pelo seu contrário; basta que seja ela mesma, que nada venha desnaturá-la de fora. Porque normalmente, o desempenho de cada função especial exige que o indivíduo não se feche estreitamente, mas que se mantenha em relações constantes com as funções vizinhas, tome consciência de suas necessidades, de mudanças que ocorram, etc.

Durkheim reconhece decerto o caráter alienante do processo de trabalho moderno, no qual o trabalhador repete os mesmos movimentos com regularidade, sem os compreender, e concorda em que se trata de uma degradação da natureza humana. Durkheim propõe porém, como meio de reduzir ou eliminar essa desumanização do trabalhador, uma consolidação moral da especialização na divisão do trabalho. Para Durkheim, a desumanização do processo de trabalho deu-se porque o trabalhador individual não tem uma noção clara da unidade de propósitos que existe entre a sua atividade de trabalho e o esforço produtivo coletivo da

sociedade. Essa situação poderá ser remediada esclarecendo-se o indivíduo no que se refere à importância do papel que desempenha na divisão do trabalho. Então, o trabalhador deixará de ser um autômato alienado, para se tornar parte útil de um todo. Só através da aceitação moral das funções específicas que lhe compete no interior da divisão do trabalho é que o indivíduo poderá alcançar um elevado grau de autonomia como ser autoconsciente e poderá escapar, por um lado, à tirania da conformidade moral rígida que as sociedades indiferenciadas impõem e, por outro, à tirania dos desejos irrealizáveis. (GIDDENS, 1994)

Durkheim conclui que, a miséria operária, o desemprego, as crises, a guerra não resultam da própria divisão do trabalho, mas da sua insuficiente aplicação.

A Divisão do Trabalho contém uma versão do característico tratamento durkheimiano das relações entre a história, a autoridade moral e a liberdade humana. A liberdade não consiste em escapar das forças nem dos elos sociais, mas na autonomia de ação possibilitada pelo fato de pertencer à sociedade. Nas sociedades simples, a dominação da *consciência coletiva* limita a esfera da ação individual; esta situação é transformada pelo processo de desenvolvimento social, não pela destruição da autoridade moral, mas sim pela alteração da sua forma. Os utilitaristas e economistas políticos viam corretamente que o velho tipo de solidariedade moral é sobrepujado no transcurso do desenvolvimento social, mas não perceberam o fato de que o novo tipo, a solidariedade orgânica, também pressupõe a autoridade moral da sociedade para a sua operação. Eles trataram a liberdade como “um atributo constitutivo do homem”, e não como produto da história. (GIDDENS, 1971)

2.2 As Regras Do Método Sociológico

Um dos temas principais de *As Regras* é a necessidade de definir a natureza do objeto temático da Sociologia e delimitar o seu campo de investigação. Em *As Regras*, Durkheim

sustentou que a primeira tarefa de qualquer investigação sociológica consiste em apresentar uma definição clara do fenômeno que vai ser estudado.

Em primeiro lugar, Durkheim se preocupou em definir o que era fato social. Cada indivíduo bebe, dorme, come, raciocina, e a sociedade tem todo o interesse em que estas funções se exerçam, regularmente. Se todos estes fatos fossem sociais, a Sociologia não teria um objeto que lhe fosse próprio e o seu domínio confundir-se-ia com os da biologia e da psicologia.

Quando desempenhamos a nossa obrigação de irmão, esposo ou cidadão, quando realizamos os compromissos que contraímos, cumprimos os deveres que estão definidos, para além de nós e dos nossos próprios sentimentos e os sentimos interiormente a realidade, estes não foram estabelecidos por nós, mas sim recebidos através da educação. Do mesmo modo, os fiéis, quando nascem, encontram já feitas as crenças e práticas da sua vida religiosa; se elas existiam antes deles é porque existiam fora deles. O sistema de sinais que utilizamos para exprimir o pensamento, o sistema monetário que empregamos para pagar nossas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizamos nas nossas relações comerciais, as práticas seguidas nas diversas profissões; funcionam independentemente do uso que fizemos deles.

Estes tipos de conduta ou de pensamento, não só são exteriores ao indivíduo, como são dotados de um poder imperativo e coercitivo que se lhe impõem, quer ele queira ou não. Durkheim então define que: “ *‘é fato social toda a maneira de fazer, fixada ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior’*; ou ainda, *‘que é geral em toda uma sociedade dada ainda que tendo uma existência própria, independente das suas manifestações individuais’* ”. (DURKHEIM, 1999b, p. 92)

Os fatos sociais, afirmou Durkheim, precisam ser tratados como “coisas”. Proposição célebre e que provocou inúmeras controvérsias. Essa proposição não tem como objetivo rebaixar as formas superiores do ser às formas inferiores, mas, pelo contrário, reivindicar para

as primeiras um grau de realidade pelo menos igual ao que todo o mundo reconhece às segundas. Encarar os fatos sociais como coisas é realizar o ato de desapego necessário ao reconhecimento de que a sociedade tem existência objetiva, independente de qualquer existência particular nossa. Durkheim nunca disse que os fatos sociais eram coisas, mas sim que deveriam ser tratados como coisas, para explicá-los como qualquer outra realidade.

Segundo Durkheim, é coisa todo o objeto do conhecimento que não é naturalmente persuadido pela inteligência, tudo aquilo que não podemos formar uma noção adequada por um simples procedimento de análise mental, tudo o que o indivíduo não pode chegar a compreender senão com a condição de sair de si mesmo, pela via das observações e das experimentações, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis aos menos visíveis e aos mais profundos. Tratar os fatos como coisas é proceder ao seu estudo tomando como princípio que ignoramos absolutamente o que eles são e quais as suas propriedades características. Durkheim assimila assim os fatos sociais ao mundo da realidade natural, na medida em que as suas propriedades, tais como as dos objetos da natureza, não podem ser imediatamente conhecidas por intuição direta, nem ser modificadas pela vontade humana. Não é que a coisa seja impermeável a todas as modificações, mas o simples ato da vontade não basta para produzir nela uma modificação. (DURKHEIM, 1999b)

O respeito pelo princípio de tratar os fatos sociais como coisas, o princípio da objetividade, exige da parte do investigador uma atitude de distanciamento em relação à realidade social. O que não quer dizer que este não possa abordar um determinado campo de investigação de um certo ponto de vista, mas apenas que tem de adotar uma atitude emocionalmente neutra em relação ao que se propõe investigar. É, portanto, preciso que o sociólogo, no momento em que determina o objeto da sua investigação, no decurso das suas demonstrações, se proíba resolutamente o emprego daqueles conceitos que se formaram fora

da ciência e em vista de necessidades que não têm nada de científico. Este tipo de atitude só se torna por sua vez possível mediante a formulação de conceitos bem precisos que permitam evitar a terminologia confusa e imprecisa do pensamento popular.

O que torna esta libertação particularmente difícil em Sociologia é que o sentimento se faz presente frequentemente. Apaixonamo-nos pelas nossas crenças políticas e religiosas, pelas nossas práticas morais muito mais do que pelas coisas do mundo físico, por conseguinte, este caráter passional interfere na maneira como concebemos e nos explicamos as primeiras. (DUVIGNAUD, 1982)

A proposta de que os fatos sociais devem ser tratados como “coisas” é formulada com o objetivo de contrariar algumas tendências da ciência social de se considerar os fenômenos sociais quer como isentos de realidade substancial (como criações da vontade individual) quer, pelo contrário, como fenômenos já conhecidos: palavras como “democracia”, “comunismo”, são utilizadas sem mais explicações, como se designassem fatos conhecidos com precisão, quando a verdade é que despertam em nós idéias confusas, um aglomerado de impressões, preconceitos e emoções vagos. (DURKHEIM, 1999b)

O que importa saber não é a maneira como tal pensador individualmente representa tal instituição, mas a concepção que o grupo tem dela; com efeito, só esta concepção é socialmente eficaz. E ela não pode ser conhecida por simples observação interior, pois não está toda inteira em nenhum de nós; é, portanto, mesmo necessário encontrar alguns sinais exteriores que a tornam sensível. Além disso, ela não nasceu do nada; ela própria é um efeito de causas externas que é preciso conhecer para poder julgar o seu papel no futuro. (DURKHEIM, 1999b)

A primeira iniciativa do sociólogo deve ser a de definir as coisas de que trata, para que se saiba, e ele saiba bem, o que está em questão. É a primeira e mais indispensável condição

de toda a prova e de toda a verificação; com efeito, uma teoria não pode ser controlada se não se reconhecem os fatos de que ela tem de dar conta. (DUVIGNAUD, 1982)

No momento em que a investigação apenas está a começar, quando os fatos ainda não foram submetidos a nenhuma elaboração, os únicos caracteres que podem ser atingidos são os que se encontram suficientemente exteriores para serem imediatamente visíveis. É claro que esta definição deverá compreender, sem exceção nem distinção, todos os fenômenos que igualmente apresentam tais caracteres. Daí a regra seguinte: *“Tomar sempre como objeto de investigação um grupo de fenômenos previamente definidos por certas características exteriores que lhes sejam comuns, e incluir na mesma investigação todos os que correspondam a esta definição”*. (DURKHEIM, 1999b, p. 104)

A maneira como os fatos são assim classificados não depende do investigador, da forma particular como os concebe, mas da natureza das coisas. O critério que o faz arrumá-las nesta ou naquela categoria pode ser mostrado a toda a gente, reconhecido por toda a gente e as afirmações de um observador podem ser controladas pelos outros.

A tentativa de Durkheim no sentido da definição da especificidade do social baseia-se nos famosos critérios de “exterioridade” e “constrangimento”. Os fatos são “exteriores” ao indivíduo em dois sentidos diferentes, mas correlacionados. Em primeiro lugar, todos os homens nascem numa sociedade já constituída, dotada de uma organização ou estrutura bem definida, que condiciona a personalidade individual. Em segundo lugar, os fatos sociais são “exteriores” ao indivíduo no sentido em que o indivíduo não passa de um elemento da totalidade de relações que constituem uma sociedade. Essas relações não foram criadas por um único indivíduo, sendo antes o fruto das interações múltiplas entre todos os indivíduos. (GIDDENS, 1994)

Os indivíduos encontram a maior parte das instituições sociais já prontas, deixadas pelas gerações anteriores inteiramente feitas. Não participam, de modo algum, na sua formação.

Uma sociedade pode ter uma organização estável no decorrer de vários séculos, enquanto gerações de indivíduos vivem suas vidas e morrem. Um indivíduo, portanto, é apenas um elemento de uma totalidade, uma unidade de um sistema muito maior. Por conseguinte, não é interrogando os indivíduos que poderemos descobrir as causas que as fizeram nascer.

O segundo critério que Durkheim aplica quando se propõe definir a natureza específica dos fatos sociais que é a existência do “constrangimento” moral. Passamos a apresentar o exemplo que o próprio Durkheim dá: o caso da “paternidade”. A paternidade é por um lado uma relação biológica: um homem torna-se “pai” de um filho através do ato da procriação. Mas a paternidade é também um fenômeno social: o pai é obrigado, por convenção e por lei, a agir de determinada maneira para com o filho (e os membros da família). Essas modalidades de ação não são criadas pelo indivíduo em questão, fazendo parte de um sistema de deveres morais que o obriga tanto a ele como a todos os outros homens. Ainda que o indivíduo possa desrespeitar essas obrigações, sentirá a força que têm, confirmando assim o seu caráter de constrangimento. Mesmo quando se liberte dessas regras e as viole com êxito, terá sempre que lutar com elas. Ainda que vencidas, a resistência que oferecem constitui prova suficiente do seu poder coercivo. (GIDDENS, 1994)

O caráter coercitivo dos fatos sociais deriva do seu caráter externo. As regras envolvidas na lei contratual, por exemplo, são definidas independentemente do indivíduo, e lhe impõem obrigações definidas, que ele ignora ou transgredir por sua conta e risco. Durkheim apresenta uma série de outros exemplos. Uma pessoa pode não querer falar a língua falada pelos outros na comunidade que o cerca, ou pode não querer usar o seu sistema monetário: mas suas atividades serão severamente tolhidas se não o fizer. Da mesma forma, um industrial estará cortejando a ruína se ignorar as inovações técnicas que seus competidores empregam para manufaturar seus produtos com maior eficiência e mais barato do que ele. (GIDDENS, 1971)

Um caso típico da coerção social é a obrigação moral. O ato em relação ao mundo físico conforma-se com o que Durkheim denominou “prescrições utilitárias”, em que a consequência do procedimento do indivíduo flui diretamente da natureza do próprio ato. As idéias justificam a atividade. Um homem mata outro. As sanções envolvidas em tais circunstâncias não são imediatamente deriváveis do próprio ato de matar; pois em algumas circunstâncias a destruição de outros é vista como homicídio e rigorosamente reprovada, ao passo que em circunstâncias diferentes é encarada como ato de heroísmo e, portanto, aclamada. Os fatos sociais, portanto, têm de ser explicados em relação a outros fatos sociais. (GIDDENS, 1971)

As causas que estão na origem de determinado fato social não podem ser identificadas com as funções sociais que tal fato possa desempenhar. O procedimento metodológico adequado consiste pois em determinar as causas antes de tentar especificar as funções. O caráter distinto da causa e da função não implica que não possa haver entre ambas uma relação recíproca. Durkheim nos dá um exemplo disso em *A Divisão do Trabalho* com a justificativa da existência do “castigo” que depende do fato de prevalecerem sentimentos coletivos fortes. A função do castigo consiste em manter esses sentimentos com o mesmo grau de intensidade: se as transgressões não fossem castigadas, a força do sentimento indispensável à coesão social não seria preservada. (GIDDENS, 1994)

O que a ciência pode fazer é discernir e estudar as condições do funcionamento normal do sistema orgânico e do social, identificando patologias e indicando medidas práticas apropriadas para restaurar a saúde. Podemos descobrir, de acordo com Durkheim, critérios objetivos, inerentes aos próprios fatos do que é normal e do que é patológico. Quer se trate de biologia, quer se trate de Sociologia, isto envolve, primeiro que tudo, uma classificação de espécies ou tipos. O que é normal para uma espécie é anormal para outra. Uma indicação aproximada para se saber se dado fenômeno social é normal num certo tipo de sociedade é

fornecida pelo fato de ser encontrada na maioria ou em todas as sociedades pertencentes a esse tipo. (GIDDENS, 1978)

Ao invés de tentarmos determinar prematuramente as relações entre o normal e o patológico, devemos procurar algumas manifestações exteriores, imediatamente perceptíveis mas objetivas, que nos permitam reconhecer qualquer uma destas duas categorias de fatos.

O normal no campo social pode ser identificado pela característica exterior e perceptível da universalidade. Sempre que encontremos em todas ou na maioria das sociedades do mesmo tipo social um determinado fenômeno social, podemos considerá-lo “normal” nesse tipo de sociedade, a não ser quando um estudo mais aprofundado nos revele que o critério de universalidade foi mal utilizado. Assim, um fato social que é “geral” para um dado tipo de sociedade, é “normal” quando se demonstra fundamentar essa generalidade nas condições de funcionamento desse tipo de sociedade. Em *A Divisão do Trabalho*, Durkheim demonstra que a existência de uma *consciência coletiva* bem definida é incompatível com o funcionamento do tipo de sociedade caracterizado por uma divisão do trabalho muito acentuada. A preponderância crescente da solidariedade orgânica conduz ao declínio das formas tradicionais de crença: mas precisamente porque a solidariedade social passa a depender cada vez mais da interdependência funcional na divisão do trabalho, o declínio das crenças coletivas constitui característica normal do tipo moderno de sociedade. (GIDDENS, 1994)

As sociedades modernas atravessam ainda um período de transição. As crenças tradicionais mantêm-se suficientemente arraigadas para que alguns autores possam afirmar que o seu declínio constitui um fenômeno patológico. A generalidade persistente dessas crenças não pode portanto servir de critério de determinação do que é normal e do que é patológico.

Durkheim, assim, define o dever do homem de Estado que deixa de consistir em conduzir as sociedades para um ideal que se lhe afigura sedutor, e passar a assemelhar-se ao

papel do médico: “prevenir o desencadeamento das doenças através de uma boa higiene e uma vez que elas se declaram procurar curá-las”. (DURKHEIM, 1999b, p. 123)

A Divisão do Trabalho destinava-se a realizar uma análise dessas para a fase atual de desenvolvimento das sociedades européias. Exemplos tirados dessa obra afloram em todo o correr de *As Regras*, e é evidente o quanto o pensamento de Durkheim em cada estudo influenciou os argumentos desenvolvidos no outro. O mesmo se pode dizer da terceira das suas grandes obras a aparecer, *O Suicídio*.

2.3 O Suicídio

Durkheim planejou *Suicídio* para ser uma concreta demonstração dos princípios da sua concepção de método sociológico. As qualidades de *O Suicídio* refletem o modo com que Durkheim aplicava sua concepção do método sociológico. Durkheim propõe-se em *O Suicídio* identificar, por meio de uma análise precisa de um fenômeno específico, a natureza desse fenômeno moral que se manifesta nas sociedades contemporâneas.

A maioria dos autores anteriores, ainda que reconhecessem que o suicídio é fortemente influenciado por fatores sociais, acreditava que influências causais, como a raça, ou a desordem mental herdada, também são importantes em sua etiologia. Na parte inaugural do livro, Durkheim procurou mostrar não ser o caso. Nem a raça, nem a hereditariedade, nem os fatores cósmicos, nem a imitação ou o contágio bastam para dar razão a este ato voluntário pelo qual a pessoa humana a si mesma se aniquila.

O exame das estatísticas permite definir o suicídio como um fato social e precisar-lhe as constantes. Trata-se aqui de uma das primeiras interpretações estatísticas que a Sociologia formulou e isso merece atenção, mesmo se as estatísticas sobre as quais a obra se baseia são discutíveis. Durkheim trata as séries estatísticas como símbolos, indicações significativas que não têm em si mesmas a sua própria finalidade explicativa.

Em *O Suicídio* Durkheim se baseia virtualmente nas estatísticas oficiais. Comparando a distribuição do suicídio com a de fatores “não-sociais”, concluiu que nenhum desses últimos explica as diferenças observadas nas taxas de suicídio: temos de procurar uma explicação exclusivamente sociológica. (GIDDENS, 1978)

Uma das idéias básicas que Durkheim adota, é que é indispensável estabelecer uma distinção bem precisa entre a explicação da distribuição das taxas de suicídio e a motivação dos casos individuais de suicídio. O suicídio, em outras palavras, é um fato social e precisa ser explicado por meio de outros fatos sociais. A taxa de suicídios permanece razoavelmente estável em qualquer sociedade de ano para ano. Essa estabilidade nos mostra, no entender de Durkheim, que estamos em presença de um fato social. Embora, de vez em quando, haja bruscas flutuações, podemos ter a certeza de que os indivíduos que fazem parte da taxa de suicídio num ano serão os mesmos no ano seguinte.

As taxas de suicídios são mais baixas nos países católicos do que nos protestantes. As sociedades em que existem populações mistas de católicos e protestantes tendem a apresentar taxas que oscilam entre esses extremos. O suicídio é condenado com a mesma severidade pelo dogma católico e pelo protestante. A diferença mais importante entre o catolicismo e o protestantismo é o espírito de livre indagação que o segundo permite aos membros da comunidade religiosa. O protestante está sozinho diante de Deus; já o católico, por outro lado, está constantemente vigiado pelo clero que intervém entre o crente e a divindade, de acordo com um sistema tradicionalmente ordenado de crenças e práticas. A Igreja Católica, em suma, é uma comunidade social “mais vigorosamente integrada” que a protestante, e dessa diferença derivam as divergências nas taxas de suicídio. (GIDDENS, 1978, p. 30)

Isso estabelece uma generalização que liga a solidariedade social e o suicídio. A taxa de suicídio de uma comunidade religiosa é inversamente proporcional ao nível de integração social da comunidade: quanto mais vigorosamente integrada for a sociedade religiosa, tanto

mais baixa será a taxa de suicídio. Isso nos leva a suspeitar de que se pode estender o conceito entre a integração social e o suicídio. As taxas de suicídio de pessoas solteiras são geralmente mais altas que as de pessoas casadas da mesma idade. O casamento, como comumente se presume, envolve responsabilidades de que o solteiro está isento, mas exerce também uma influência protetora contra o suicídio, na medida em que integra o indivíduo numa relação social estável. O suicídio é inversamente proporcional ao grau de integração social da sociedade doméstica, pois uma família grande tende a ser um grupo mais estreitamente conjugado, envolvendo elos sociais mais obrigatórios, do que uma família pequena ou um simples casal. (GIDDENS, 1978)

Durkheim chegou a conclusão, que há, portanto, entre o suicídio e a integração social uma relação que se mantém, independentemente do setor institucional da sociedade que analisarmos, o que o levou a formular a seguinte proposição de que o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais a que o indivíduo pertence. (DURKHEIM, 1996)

Quanto mais forte é a integração do homem no seu meio menor é a sua inclinação ao suicídio. A qualidade desta integração permite, então, definir as categorias do suicida: suicídio altruísta que resulta da integração excessivamente forte de um indivíduo num grupo, a sociedade mantém o homem sob a sua estreita dependência e incentiva atos heróicos ou formas de abnegação; suicídio egoísta que nasce do fato de a sociedade, desagregando-se em certo ponto e abandonando o indivíduo a si mesmo, o põe em confronto com uma liberdade sem sentido.

Mas o suicídio que mais interessava a Durkheim é o que ele chamou anômico. Resultado de uma desestruturação da sociedade mediante uma crise ou um abalo súbito produzido por um enriquecimento coletivo, onde os controles sociais tradicionais se

desmancham ou enfraquecem e o homem fica abandonado à infinidade confusa das necessidades e dos desejos. (DUVIGNAUD, 1982)

Em *O Suicídio* Durkheim mostrou a correlação entre as flutuações da economia e o suicídio: as taxas de suicídio se elevam em épocas de depressão econômica. Isso não deve-se, simplesmente, à pobreza material, diz Durkheim, porque os que sempre foram pobres costumam apresentar taxas baixas de suicídio. Além disso, as taxas de suicídio não aumentam somente durante as depressões: elevam-se a um grau equivalente num período assinalado de *boom* econômico. Daí não serem somente as circunstâncias materiais o fator principal, mas sim, a instabilidade que produzem na vida social. (GIDDENS, 1978)

A flutuação econômica não é a única causa do suicídio anômico. O Estado desregulado da divisão do trabalho, argumentou Durkheim, também fornece uma origem mais crônica do mesmo tipo de suicídio. O suicídio é muito mais freqüente entre os que trabalham no comércio e na indústria do que entre os que se dedicam a atividades agrícolas. O que aconteceu no período moderno foi que as necessidades e desejos se libertaram da coação moral, de modo que perderam qualquer ponto fixo de referência. Em circunstâncias de ruptura social, os códigos morais que costumeiramente regulam as atividades sociais dos indivíduos, colocados sob tensão, tendem a perder o seu domínio.

O suicídio anômico deriva, portanto, da ausência de regras morais. O suicídio anômico e o suicídio egoísta relacionam-se intimamente entre si, principalmente em se tratando do suicídio individual, pois, segundo Durkheim, “é quase inevitável que o egoísta tenha uma certa tendência para o desregramento; pois, uma vez que está afastado da sociedade, esta não tem sobre ele influência para lhe impor regras.” (GIDDENS, 1994, p. 133)

O suicídio nas sociedades mais simples difere do suicídio nas sociedades mais avançadas. Se na sociedade moderna as pessoas se matam porque a vida não tem sentido, na sociedade tradicional elas o fazem porque a morte é significativa: existem valores que tornam

a autodestruição, para certas categorias de indivíduos, um ato honroso e até obrigatório. Em algumas sociedades, por exemplo, é dever de uma esposa matar-se após o falecimento do marido. Em outras, as pessoas que adoecem devem suicidar-se para não se transformar num fardo para a comunidade. A expressão de Durkheim para esse tipo de suicídio é “suicídio altruísta”, e difere do suicídio egoísta pelo fato de o primeiro ser reflexo da integração do indivíduo na comunidade social e do respeito pelos seus valores, resultando no ato suicida, enquanto o segundo deriva precisamente da ausência dessa integração.

Nenhum ser vivo pode ser feliz, nem pode mesmo viver, se as suas necessidades não estão em relação suficiente com os seus meios. Não há sociedade onde sejam satisfeitos por igual nos diferentes graus da hierarquia social. Não há como fixar a quantidade de bem-estar, de conforto, de luxo, que um ser humano precisa. Os desejos sendo ilimitados são insaciáveis e é por isso que a insaciabilidade é vista como um sinal doentio. Porque nada os delimita. As satisfações recebidas não fazem mais do que estimular as necessidades em vez de as acalmar.

É, portanto, necessário que, ressalta Durkheim, os desejos sejam limitados. Mas como não há, no indivíduo, nada que possa fixar-lhes um limite, este deve vir de alguma força exterior ao indivíduo. É necessário que uma potência reguladora desempenhe para as necessidades morais o mesmo papel que o organismo desempenha para as necessidades físicas. Só a sociedade, diretamente e no seu conjunto, ou por meio de um dos seus órgãos, estaria em condições de desempenhar esse papel moderador; pois é o único poder moral superior ao indivíduo e cuja superioridade este aceita. (DURKHEIM, 1996)

Durkheim deixa bem claro que a necessidade de uma autoridade que se imponha aos indivíduos, não implica, de modo nenhum, que a violência seja o único meio de a estabelecer. Para se obter o controle das paixões individuais, é preciso que esta regulamentação emane de um poder que domine os indivíduos, mas é também preciso que esse poder seja obedecido por respeito e não por temor. (DURKHEIM, 1996)

O que o homem tem de característico é que o jugo a que está submetido não é físico, mas moral, isto é, social. Não recebe a sua lei de um meio material que se lhe impõe brutalmente, mas de uma consciência superior à sua e cuja superioridade ele sente. O homem escapa da opressão do corpo, mas sofre a da sociedade. (DUVIGNAUD, 1982)

Só que, quando a sociedade é perturbada, seja por uma crise seja por transformações de resultados positivos mas demasiado súbitas, fica temporariamente incapaz de exercer essa ação. Eis de onde vêm essas bruscas subidas da curva dos suicídios cuja existência Durkheim estabeleceu em *O Suicídio*.

O método de Durkheim em *O Suicídio* é mais esclarecedor para a Sociologia do que em *A Divisão do Trabalho Social*, pois, parte de um fato individual e define os componentes desse acontecimento. Ainda que haja uma disposição maior ou menor para o suicídio em certos tipos de sociedade, ou seja, se Durkheim crê poder afirmar que os católicos se suicidam menos frequentemente do que os protestantes, os casados menos do que os solteiros, as mulheres menos do que os homens, os camponeses menos do que os indivíduos que vivem nas cidades, é menos importante do que estabelecer uma correlação entre o fato de se matar e a relação geral que se estabelece entre o indivíduo que se mata e a trama da vida social, isto é, a frequência do ato individual e a participação, maior ou menor, daquele que o comete na existência coletiva. (DUVIGNAUD, 1982)

2.4 As Formas Elementares Da Vida Religiosa

Educado num meio judeu ortodoxo, dificilmente poderia deixar de sentir não só a influência da crença professada sobre o comportamento cotidiano, mas também a coerência da perspectiva produzida por uma concepção religiosa do mundo.

Em *As Formas Elementares*, Durkheim rejeita a idéia de que a religião pode ser definida como necessariamente relacionada com seres sobrenaturais ou com deuses. Sugere-se

que as crenças religiosas expressam o caráter da totalidade social. Existem, na sociedade, inicialmente as crenças, as práticas e as instituições. A religião é a fonte original de todas as formas de pensamento. A religião é, portanto, a base de todas as idéias morais, filosóficas, científicas e jurídicas surgidas posteriormente. Embora, o domínio da religião sobre a vida do dia-a-dia decline com o aumento da diferenciação social e as velhas divindades desapareçam, os novos ideais de individualismo moral ainda preservam um caráter intrinsecamente religioso. (GIDDENS, 1978)

A religião, segundo Durkheim, é uma coisa social, pois sempre foi coisa de um grupo, ou seja, de uma Igreja e até, na grande generalidade dos casos, Igreja e sociedade política se confundem.

A doutrina teórica exposta em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* refere-se à função da religião na sociedade. Essa nova maneira de compreender a religião que Durkheim expõe em *As Formas Elementares* permite compreender a natureza da continuidade entre as formas tradicionais e as formas modernas da sociedade. (GIDDENS, 1994)

Durkheim comentou que a religião se origina das exigências práticas da vida em sociedade. Os homens não inventaram primeiro os deuses para ligar essas idéias à sua atividade social. A formulação cognitiva de idéias religiosas é uma expressão de pensamentos sociais preexistentes. (GIDDENS, 1978)

Durkheim começou *As Formas Elementares*, como fez em todas as suas obras principais, procurando formular uma definição precisa do fenômeno que estava sendo estudado. Todas as crenças religiosas pressupõem uma divisão da realidade em duas classes opostas de objetos: os “sagrados”, de um lado, e os “profanos”, de outro. As coisas sagradas inspiram atitudes de temor respeitoso e veneração e, dessa maneira, se mantêm completamente separadas da vida do mundo profano. Durkheim adotou a definição das categorias do sagrado e do profano de Fustel de Coulanges (seu professor na *École*).

A sociedade impõe obrigações e respeito, que são as características do sagrado. Quer assuma a forma de uma força impessoal difusa quer seja personalizado, o objeto sagrado é concebido como uma entidade superior, que simboliza a realidade e superioridade da sociedade sobre o indivíduo. É da sociedade que nos vem todo o essencial da nossa vida mental.

Durkheim dizia que a sociedade tem tudo o que é necessário para despertar no espírito humano a sensação do divino, simplesmente pela influência que sobre ele exerce; pois é para os seus membros o que um deus é para os seus adoradores. Um deus é antes de mais nada um ser que os homens consideram superior a si mesmos em certos aspectos. Seja ele uma personagem consciente, como Zeus ou Jeová, ou meras forças abstratas tal como as que Durkheim encontrou no totemismo, o crente crê, em ambos os casos, que é obrigado a agir de certas formas que lhe são impostas pela natureza do princípio sagrado com o qual se sente em comunhão. A sociedade também impõe aos seus membros certas formas de conduta que considera importantes e que por esse fato são marcadas por um sinal que evoca o respeito. (DURKHEIM, 1995a)

Ao chegar à concepção da separação universal do sagrado e do profano, Durkheim acreditava ter validado sua teoria da autoridade moral. Além disso, como ponto central da definição durkheimiana de religião, a distinção do sagrado e do profano aplica-se no fortalecimento da concepção de que a religião nada tem relacionado intrinsecamente com a existência de deuses ou espíritos. Isto é vital para a tese de que a religião precisa sobreviver, de uma ou de outra forma, em todas as sociedades. Ele considerava que o individualismo moral era uma forma de religião. (GIDDENS, 1978)

A substância empírica em que se baseiam os argumentos apresentados em *As Formas Elementares* foi tirada de estudos do totemismo australiano, o qual, de acordo com Durkheim, era a forma mais primitiva de religião que se conhecia. Durkheim acredita que se

conseguíssemos identificar os fatores que estavam na origem do totemismo, descobriríamos simultaneamente as causas que estavam na origem do surgimento da religião na humanidade.

Durkheim utilizou o totemismo australiano, certo de que, sendo este o tipo mais simples de sistema religioso conhecido, esclareceria os principais elementos da religião em geral. A forma mais simples de religião deve ser buscada no tipo mais simples de sociedade. No tipo mais simples de sociedade observamos a religião em sua forma mais rudimentar. As idéias religiosas que encontramos nas sociedades australianas primitivas seriam aquelas que deram origem em todas as sociedades a todos os sistemas de idéias subsequentemente diferenciados. Durkheim rejeitava as teorias que afirmavam que o totemismo era derivado de uma outra forma anterior de religião.

O modo básico de organização das sociedades australianas em que aparece o totemismo é um sistema de grupos clânicos. Duas características marcam o clã. Os que o compõem consideram-se parentes uns com os outros, não por serem unidos entre si por um parentesco definido de sangue, mas por compartilharem do mesmo nome. Em segundo lugar, esse nome comum designa um tipo de objeto, o totem, que tem uma importância muito especial para todos os membros do grupo clânico. Todos os homens têm o nome do seu totem, o que significa que partilham do caráter sagrado do totem propriamente dito, e considera-se que há uma relação genealógica entre o indivíduo e o seu totem. Cada clã tem seu totem particular, que não partilha com nenhum outro. Muito mais do que um simples nome, acreditava-se que continha em si as características distintivas do clã, sendo objeto de inúmeras espécies de ritos. Assim, o totemismo considera sagrados três tipos de objetos: o totem, o emblema totêmico e os membros do clã. (GIDDENS, 1994)

A religião não consiste só em crenças, mas também em práticas, ou rituais e cerimoniais. Nas atividades cotidianas da vida social, em que as pessoas, preocupadas com tarefas diárias, buscam seus interesses egoístas, o domínio da coletividade sobre os indivíduos

se enfraquece. O cerimonial religioso revive e sustenta os ideais coletivos. Nas sociedades simples, em que tais ideais são a base principal da coesão social, o cerimonial coletivo é fundamental para a sustentação da continuidade do grupo. A verdadeira justificação das práticas religiosas não residiria nas finalidades aparentes que elas buscavam, mas sim, na ação invisível que exerceriam sobre as mentes. (GIDDENS, 1978).

O crente inclina-se a Deus porque é de Deus que crê ter recebido o ser, particularmente o seu ser mental, a alma. Temos as mesmas razões para experimentar este sentimento para com a coletividade. Segundo Durkheim, Os homens sentem-se mais confiantes quando estão reunidos em grupo, se sentem mais fortes; e são realmente mais fortes, pois “forças que tinham entrado em declínio são assim, uma vez mais renovadas na consciência.” (GIDDENS, 1994, p. 164)

O que o rito é em relação à conduta real tem relativamente pouca importância. Importa o que o rito faz. E todos os ritos têm uma função de destaque: realçar a solidariedade do grupo. Além disso, a função principal do cerimonial religioso não é só reafirmar crenças e símbolos já aceitos, mas também fonte de criar de novos. Portanto, para Durkheim, “se a sublimação do social se efetua durante atos coletivos, isso significa que a vida coletiva inventa as suas próprias classificações e conquista a sua própria substância através de um processo dinâmico.” (DUVIGNAUD, 1982, p. 41)

Com relação aos objetos sagrados, Durkheim dizia que deveriam ser investidos de atributos divinos até certo ponto arbitrários, já que esses próprios objetos não seriam a fonte do seu caráter sagrado. O fato de um determinado objeto ser ou não sagrado não dependeria das suas propriedades intrínsecas. O objeto mais vulgar poderia tornar-se sagrado, se nele fosse investida a força religiosa.

O emblema totêmico era objeto de várias prescrições e proibições rituais. O exame das qualidades que os membros de um clã atribuíam ao seu totem demonstra que ele era o eixo da

dicotomia entre o sagrado e o profano. Essas regras eram por vezes mais respeitadas do que as que diziam respeito ao objeto totêmico propriamente dito. É também por essa razão que um objeto sagrado poderia ser subdividido sem perder a sua santidade.

Segundo Durkheim, uma religião não é unicamente um conjunto de crenças: implica também práticas rituais e uma forma institucional bem definida. Não há nenhuma religião que não tenha uma igreja, ainda que a forma dessa igreja possa variar muito. Durkheim não empregou este último termo para referir-se a uma hierarquia especializada, ou clero. O conceito de “igreja”, no sentido que Durkheim lhe atribui, relaciona-se com a existência de uma organização cerimonial bem definida ligada a um grupo de crentes.

Durkheim desenvolveu a sua teoria do conhecimento no contexto da sua Sociologia da religião. Poucos aspectos dos seus escritos desempenharam um papel maior na formação posterior do pensamento social moderno. A tese de que modalidades de conhecimento se originam da classificação simbólica de objetos é pelo menos uma fonte importante de algumas das principais correntes do estruturalismo contemporâneo. (GIDDENS, 1978)

Pode-se relacionar esta análise com a que Durkheim nos traz em *A Divisão do Trabalho*. A unidade das pequenas sociedades tradicionais é assegurada pela existência de uma forte consciência coletiva. A unidade dessas sociedades é devida ao fato de os seus membros aderirem a crenças e a sentimentos comuns. Os ideais expressos nas crenças religiosas são, portanto, as idéias morais em que se baseia a unidade da sociedade. Sempre que os indivíduos se juntam num ritual religioso, estão a afirmar a sua fé na ordem moral de que depende a solidariedade mecânica dessa sociedade. (GIDDENS, 1994)

Os princípios morais em que se baseia o “culto do indivíduo” foram extraídos da ética cristã, mas o cristianismo, dizia Durkheim, encontra-se em vias de ser suplantado por símbolos e objetos sagrados de uma nova espécie. Os acontecimentos da Revolução Francesa constituem exemplo dessa afirmação, na medida em que a liberdade e a razão foram

enaltecidas e o entusiasmo coletivo, estimulado pelos “rituais” públicos, atingiu um nível elevado. Ainda que esses acontecimentos estejam na origem dos ideais que fazem parte hoje em dia da nossa vida, o ardor coletivo desses tempos foi efêmero.

O trabalho de Durkheim sobre religião ajusta-se a uma contínua preocupação com os contrastes e continuidades entre os tipos tradicionais de sociedade e a ordem industrial contemporânea. O fato de basear sua teoria da religião numa sociedade estruturalmente muito simples, em que o clã é a principal subdivisão e onde não existem líderes nem funcionários religiosos distintos, reforçou a tendência definida de Durkheim para falar de “sociedade” como de uma entidade homogênea. Em parte alguma dos seus escritos, enfrenta ela a possibilidade de serem as crenças religiosas ideologias, que ajudam a legitimar a dominação de alguns grupos sobre outros. (GIDDENS, 1978, p.76)

A importância de *As Formas Elementares* consiste, segundo Durkheim, no fato de essa obra demonstrar de forma concludente que não pode haver crenças morais coletivas que não sejam dotadas de um caráter “sagrado”. E embora o conteúdo e a forma da ordem moral que encontramos nas sociedades contemporâneas tenham mudado de maneira considerável, comparados com as das sociedades tradicionais, não há de fato uma descontinuidade entre as formas de solidariedade tradicionais e modernas.

Os críticos da hipótese totêmica de Durkheim, esquecem-se que, para o autor das *Formas Elementares*, se tratava de um princípio de formalização provisório. O totemismo foi o conceito tomado como operatório, não designaria realidades, mas serviria para decodificar uma experiência não diretamente acessível à observação. O mérito não está, portanto, em compreender a análise do modelo totêmico nas perspectivas da investigação de Durkheim, que procurou isolar o elemento fundamental de toda a religião.

Conclusão

Durkheim sempre se interessou pelo tema da educação. Não há uma área desse campo que ele não tenha explorado, não somente para cumprir com uma tarefa imposta, mas por ser uma parte e também uma das aplicações práticas fundamentais da ciência do homem, que lhe parecia merecer os esforços dispensados.

Em sua primeira obra importante publicada (*A Divisão do Trabalho Social*), Durkheim percebia a importância da educação para a sociedade como formadora de indivíduos conscientes. Uma sociedade na qual cada indivíduo procurasse satisfazer unicamente os seus próprios interesses desintegrar-se-ia num curto espaço de tempo. O consenso moral abrangente representa, de fato, uma condição necessária de solidariedade social, admitia Durkheim. E esse consenso moral só pode ser conseguido pelas vias da educação.

O progresso da sociedade em direção a solidariedade orgânica, relatou Durkheim, pressupõe não a identidade, mas antes a *diferença* entre os indivíduos nas suas crenças e ações. Sua base é a divisão diferenciada do trabalho. E dado que o ser humano não nasce portador dos saberes que utilizará na determinada atividade que será chamado a exercer, só poderá adquirir as aptidões específicas através da educação.

Durkheim reforça que a educação das crianças não deveria depender das circunstâncias ocasionais que os obriga a nascer aqui ou ali. Mas, ainda que a consciência moral do nosso tempo tivesse recebido a tal propósito a satisfação que ela aguarda, a educação nem por isso se tornaria mais uniforme. Ainda que a carreira de cada criança não mais fosse pré-determinada, pelo menos em grande parte, por uma hereditariedade, a diversidade das profissões não deixaria de trazer consigo uma grande diversidade. E uma vez que a criança deve estar preparada com vista à função que será chamada a cumprir, a educação, a partir de uma certa idade, deixaria de poder ser a mesma para todos os sujeitos aos quais é conferida. Isso explicaria, segundo Durkheim, a tendência cada vez mais de as atividades diversificar-se e especializar-se; e essa especialização torna-se a cada dia mais precoce.

Estas educações especiais não seriam de forma alguma organizadas com vista a fins individuais, diz Durkheim. É a sociedade que, para poder manter-se, necessita que o trabalho se divida entre os seus membros, e se reparta entre eles de determinada maneira. É por isso que ela prepara, com seus próprios meios e pela via da educação, os trabalhadores especializados de que necessita. É portanto para a sociedade, e também por ela, que a educação assim se diversificou.

Segundo Durkheim, quando desempenhamos a nossa obrigação de irmão, esposo ou cidadão, quando realizamos os compromissos que contraímos, cumprimos os deveres que estão definidos, para além de nós e dos nossos próprios sentimentos e os sentimos interiormente a realidade, estes não foram estabelecidos por nós, mas sim recebidos através da educação.

Para Durkheim, era importante conhecer o modo como a sociedade está politicamente dividida, como estas divisões se compõem, a fusão mais ou menos completa que entre elas existe, e isto só seria possível através do estudo da constituição do direito público de determinada sociedade, pois é este o direito que a determina, tal como determina as nossas relações domésticas, cívicas e, também, a vida escolar. Assim como a vida pública, a vida escolar é movida através de leis e sanções que devem ser seguidas pelos alunos.

Em *A Divisão do Trabalho Social*, Durkheim reflete sobre o papel do Estado na sociedade. O Estado, segundo Durkheim, é um instrumento que concentra em si e coordena as ações relacionadas com as necessidades dos indivíduos na sociedade civil. Na concepção de Durkheim, o papel do Estado numa sociedade desenvolvida tende cada vez mais a abarcar a vida da sociedade. Por ter esse papel de regulador social o Estado não pode deixar de lado a educação, fundamental na formação do indivíduo social.

Nas *Regras do Método*, Durkheim expôs o caráter de exterioridade dos fatos sociais. Todos os homens nascem numa sociedade já constituída, dotada de uma organização ou

estrutura bem definida, que condiciona a personalidade individual. As idéias, valores, costumes, regras, normas, conteúdos e sentimentos da educação são coisas distintas das pessoas que os internalizam. Possuem natureza própria, que impõe sobre os indivíduos e podem ser observadas no interior de instituições pedagógicas. Por isso, Durkheim afirmou que a educação é um fato social e, portanto, objeto dos estudos sociológicos. Esta declaração não é surpreendente para os dias de hoje. Contudo, no momento em que foi enunciada, teve um forte impacto sobre as concepções tradicionais e foi motivo de várias críticas e exigiu de Durkheim um esforço de investigação e conceituação.

Cada tipo de povo tem a sua educação própria, afirmou Durkheim, e essa educação pode servir para defini-lo, do mesmo modo que a sua organização moral, política e religiosa. Constitui um dos elementos da sua fisionomia. É este o motivo pelo qual a educação se modificou tão extraordinariamente, de acordo com determinados tempos e países.

O ideal pedagógico de determinada sociedade explica-se pela sua estrutura social. É por isso que a educação de uma determinada sociedade só pode ser estudada com relação a sociedade que está inserida. A educação só pode ser estudada em relação a fatos sociais por isso ela é, em si mesma, um fato social.

Em *As Formas Elementares*, Durkheim afirmou que a religião é a fonte original de todas as formas de pensamento. A religião é, portanto, a base de todas as idéias morais, filosóficas, científicas e jurídicas surgidas posteriormente. Não é de se admirar, portanto, que as primeiras escolas tenham surgido através da religião. O cristianismo medieval, afirmou Durkheim, desempenhou o papel fundamental na evolução do sistema escolar ocidental.

Durkheim iria afirmar ainda em seus futuros estudos sobre educação na semelhança do papel do sacerdote e do professor. O professor deve ter, assim como o sacerdote, a alta idéia de sua missão. Da mesma forma que o sacerdote é o intérprete do seu deus, o professor é o intérprete das grandes idéias morais de seu tempo e de seu país.

Durkheim em sua Sociologia deu lugar de destaque para a educação, que era tema de muito interesse no seu tempo. Deu um lugar de destaque para esta instituição social que lhe parecia ter funções sociais muito importantes na construção dos valores da cidadania e na formação de uma consciência coletiva relacionada com as necessidades sociais.

CAPÍTULO 3

DURKHEIM E A EDUCAÇÃO

O sistema educacional francês, na época de Durkheim, encontrava-se num estado de “desordem intelectual”, em que vestígios do currículo tradicional persistiam entre os novos desenvolvimentos; a introdução do ensino da ciência competia com a continuada preponderância dos clássicos. A educação estava em pauta na época de Durkheim. Empreendendo uma análise histórica da evolução de sistemas educacionais, Durkheim tentou mostrar as tendências na educação que deviam ser promovidas e os elementos que deviam ser postos de lado.

Concebendo as sociedades complexas com uma divisão do trabalho muito mais desenvolvida do que as sociedades simples, Durkheim entendeu que as diferentes instituições da sociedade exercem suas funções de forma a integrar os indivíduos. Enquanto havia, nas sociedades simples, estruturas pertencentes a um tipo de consciência coletiva, permitindo que ocorresse uma coesão maior entre os indivíduos, nas sociedades complexas, com a divisão do trabalho, não há tanta coesão por meio da consciência coletiva, e sim pela interligação necessária entre as partes. Dessa forma, a escola apresenta-se como uma instituição importantíssima para a socialização da moral primordial para o equilíbrio da sociedade. (ATISANO, 2006)

Segundo Durkheim, um sistema escolar define-se por suas escolas, pela maneira com a qual são organizadas, pela natureza das matérias ensinadas e pelo modo com o qual são ensinadas.

A educação só pode aprender-se pela prática, afirmou Durkheim. Mas uma técnica, qualquer que seja, cedo degenera num vulgar empirismo, se quem dela se serve nunca foi preparado para meditar na finalidade que essa técnica persegue e nos meios que utiliza. Um

ensino pedagógico deveria, segundo Durkheim, ter em vista, não transmitir ao futuro praticante um determinado número de processos e receitas, mas sim dotá-lo de uma plena consciência da sua função. (DURKHEIM, 2001)

Durkheim dizia ainda, que nenhuma nova crença surgia de modo a substituir completamente aquela que a precede. Daí resulta que o professor se interroga frequentemente, com inquietação, sobre qual a sua própria utilidade e qual a tendência dos seus esforços. Durkheim salienta que, para preparar-se o professor para o cumprimento desta missão, um curso de alguns meses não é suficiente. Cabe aos professores trabalhar a vida inteira para tal fim. Mas é preciso começar por despertar-lhes o desejo desse empreendimento, e de dotar-los dos meios necessários para o conseguirem. Tal é o objetivo do ensino segundo Durkheim.

Todavia, para poder compreender a educação, Durkheim não se prendeu em considerá-la como ela se apresentava na época, pois defendia que os sistemas de educação são um produto da história e que só esta pode explicá-los. Durkheim dizia, que poucas coisas existem, em que a história de um país se repercute tão integralmente quanto na Educação. (DURKHEIM, 2001)

3.1. REDEFINIÇÃO DO PAPEL DA ESCOLA

Os estudos que realizou na *École*, colocaram Durkheim diante da questão da educação ou, mais especificamente, da escolarização, devido a grande atenção que lhe era dispensada na época pela necessidade de expansão do ensino público e organização administrativa do sistema escolar francês, que acompanhava um movimento que aumentava desde o século XVII e que fez com que a escola viesse a substituir a família e a igreja no ensino dos saberes elementares. Essa realocação da importância da escola traduz uma política mais ampla e

insere-se no interior de uma perspectiva que percebe a educação como elemento ideológico de coesão social.

Por toda a parte, pedagogos e homens de Estado estão conscientes de que as mudanças ocorridas na estrutura das sociedades contemporâneas, em sua economia interna, bem como nas suas relações externas, necessitam transformações paralelas e não menos profundas no organismo escolar. Para Durkheim, era preciso estar atento às necessidades morais uma vez que a sociedade de seu tempo convivía com a tensão social e a eminência de eclosão de novos conflitos sociais.

Para se ter uma idéia dessa época vivida por Durkheim, é preciso ter em mente que, até 1870, a maioria da população francesa habitava a zona rural. Em 1863, um quarto da população não falava francês, vivendo em comunidades que possuíam dialetos próprios. Falava-se na existência de "duas França's": uma civilizada, culta, herdeira da Revolução e do espírito iluminista; outra selvagem, rude, indiferente às transformações, conservadora de um modo de ser característico do Antigo Regime. Durante a Terceira República foi implementada toda uma reestruturação do ensino primário e secundário, cuja finalidade era integrar as diversas partes do país.

A disputa entre o ensino leigo e o ensino religioso marcava a sociedade francesa na época de Durkheim. O movimento católico perdia o controle sobre uma série de organismos que lhe garantiam um certo monopólio da educação moral e política. Um dos motivos da reforma universitária era barrar a expansão da ideologia católica, que havia conquistado inclusive algumas instituições de nível superior.

Com o declínio das religiões e o impacto de um progresso acelerado surgiram novos conflitos sociais e conflitos entre nações. Era preciso criar novos mecanismos de regulação social e a educação moral passou a ter um papel fundamental a cumprir: possibilitar a

internalização dos valores da coletividade, acompanhados da importância da disciplina do atendimento à autoridade e do controle da violência.

Neste contexto, o ensino adquire o papel de unificar a diversidade das partes e até mesmo eliminar os conflitos sociais. A função do professor, principalmente o das escolas primárias e secundárias, reveste-se assim de um caráter marcadamente ideológico. Ele é o portador de uma cultura "civilizada e moderna" que deve ser estendida aos confins do país. A palavra missão adquire portanto um valor sagrado, e ressurge em vários momentos nos escritos de Durkheim sobre a pedagogia. Como, por exemplo, quando ele se refere ao poder de convicção do professor, o porta-voz dos valores que o Estado leigo encarna:

"... o que reveste a autoridade da palavra do sacerdote é a alta idéia que ele possui de sua missão; pois ele fala em nome de um deus no qual ele crê, em relação ao qual ele se sente mais próximo do que a multidão dos profanos. O mestre leigo pode e deve ter alguma coisa deste sentimento. Da mesma forma que o sacerdote é o intérprete do seu deus, ele é o intérprete das grandes idéias morais de seu tempo e de seu país" (DURKHEIM, 2001, p. 68).

Durkheim destacou que não adianta tentar formular valores educacionais abstratos; sistemas educacionais diferentes são dirigidos para ideais diferentes, segundo o tipo de sociedade em que se encontram. Não existe um tipo de ensino que seja imutável, que se enquadra num fluxo perpétuo. Essas contínuas mudanças, pelo menos quando normais, mantêm, em cada momento do tempo, relações com uma marca fixa que as determina, ou seja, o estado da sociedade no momento considerado.

Uma transformação pedagógica sempre é a resultante e o sinal de uma transformação social que a explica. Para que um povo sinta, num determinado momento, a necessidade de mudar seu sistema de ensino, é preciso que venham à tona idéias e necessidades que o antigo sistema não satisfazia mais. Mas essas idéias e necessidades, por sua vez, não nascem do nada; para que, após terem sido ignoradas durante séculos, elas surjam repentinamente na mente, é preciso, entretanto, haver algo que tenha mudado, e essa mudança é que elas expressam. (DURKHEIM, 1995)

Os costumes e as idéias que determinam este tipo, não fomos nós, individualmente, que as produzimos. Eles são fruto da vida em comum e exprimem as suas carências. Eles são inclusivamente, na sua maior parte, a obra das gerações anteriores. Todo o passado da humanidade contribuiu para gerar este conjunto de máximas que orientam a educação dos nossos dias; toda a nossa história deixou nela vestígios. Quando estudamos historicamente a forma pela qual se formaram e desenvolveram os sistemas educacionais, percebemos que os mesmos dependem da religião, da organização política, do grau de desenvolvimento das ciências, do estado da indústria. (DURKHEIM, 2001)

Durkheim defendia que a educação que as crianças recebem não deveria ser determinada pela posição da classe em que acertaram de nascer. Por outro lado, reconhecia que a especialização ocupacional é uma característica intrínseca da sociedade atual e, visto que ocupações diferentes exigem o desenvolvimento de conhecimentos especializados, o moderno sistema educacional, depois que a criança passa de certa idade, tem de ser vocacional. Essa heterogeneidade reflete-se na diversificação do sistema de educação.

A evidência advinda da própria diferença das funções/profissões, em termos de tipos e grau de instrução, valores e posições sociais, fez Durkheim indagar a respeito da possível injustiça gerada por essa heterogeneidade. Contudo, entendia que, por um lado, não seria mais possível voltar a se organizar uma sociedade homogênea. Por outro lado, a heterogeneidade atual, segundo ele, se diferencia das formas antigas de dominação e injustiça.

Entretanto, por mais especializadas que possam tornar-se as formas particulares de educação, subsistirá um núcleo comum de experiência educacional. Uma vez que a moral moderna se está secularizado, o conteúdo teísta da educação terá de desaparecer: o sistema educacional moderno precisa transmitir valores seculares e códigos de conduta que permitam a autonomia da ação exigida pela divisão diferenciada do trabalho. (GIDDENS, 1978)

Segundo Durkheim, nas sociedades modernas não seria mais possível deixar que a criança buscasse espontaneamente o que necessitaria aprender para se preparar para sua vida futura. Ao contrário, a criança precisaria ser submetida a alguma coerção para que adquirisse o espírito do trabalho e do esforço necessário à vida moderna.

Com efeito, a educação em uso numa sociedade determinada e considerada num dado momento da sua evolução, é um conjunto de práticas, de maneiras de proceder, de costumes que constituem fatos perfeitamente definidos e que possuem a mesma realidade que os restantes fatos sociais. (DURKHEIM, 2001, p. 31)

A educação, segundo Durkheim, deve ser também entendida como uma instituição social. Isso é melhor compreendido quando se observa que as características básicas de uma instituição social são encontradas nas instituições pedagógicas: a existência de regras socialmente partilhadas, as recompensas e os castigos, os deveres e os direitos daqueles que se beneficiam dela. As práticas pedagógicas não são, pois, fruto de decisões arbitrárias oriundas da vontade de um educador, mas, ao contrário, estão fortemente determinadas por uma estrutura social e, por isso, seu movimento evolutivo se dá de forma coerente com a constituição e as necessidades do organismo social. Neste sentido, todo e qualquer sistema educativo é um produto histórico e só através da análise histórica se pode entender e explicar por que, em cada momento, em cada sociedade há um tipo regulador de educação, que se expressa em tendências, fórmulas, padrões que se impõem sobre os indivíduos e que são solidários e coerentes com o conjunto de atividades e instituições da sociedade. Com efeito, a mudança no campo da educação não se dá sem resistências e, principalmente, ocorre em meio a outras transformações estruturais da sociedade.

Não há homem que possa fazer com que uma sociedade possua, num dado momento, outro sistema educacional do que aquele que está implicado na sua estrutura.

Durkheim diz que é inútil julgarmos que educamos os nossos filhos como pretendemos quando, na verdade, somos obrigados a seguir as regras que imperam no meio social em que vivemos. Podemos facilmente desobedecer; nesse caso, porém, as forças morais contra as quais nos insurgimos reagem em nosso desfavor, sendo difícil, devido à sua superioridade, que não sejamos vencidos.

As doutrinas mais recentes não nasceram ontem. Elas encontram-se na seqüência das precedentes, sem as quais, por conseguinte, elas não podem ser compreendidas. E assim, pouco a pouco, para descobrir as causas determinadas de uma corrente pedagógica de certa importância, torna-se geralmente necessário recuar bastante no tempo. Para poder oferecer todos os seus frutos, essa história da pedagogia não deve, aliás, ser separada da história do ensino. Ambas são, realmente, solidárias uma com a outra. Isto porque, em cada lapso de tempo, as doutrinas dependem do estado do ensino que elas refletem no exato momento em que contra ele reagem e, por outro lado, na medida em que exercem uma ação eficaz, elas contribuem para a determinação desse mesmo ensino. Durkheim afirmou que, sempre que o sistema dos métodos educativos sofre profundas transformações, é devido à influência de uma dessas grandes correntes sociais cuja ação se faz sentir em toda extensão da vida coletiva. (DURKHEIM, 2001)

Segundo Durkheim, é óbvio que o passado tinha as suas razões de ser; ele não teria conseguido subsistir, se não tivesse correspondido a carências legítimas que não poderiam extinguir-se totalmente de um dia para o outro.

Somente poderemos orientar convenientemente a evolução de um sistema escolar se começarmos por saber aquilo que esse sistema é, de que é feito, quais são as concepções que estão na sua base, as carências a que responde, as causas que o suscitaram. Só atuamos eficazmente nas coisas se conhecermos a sua natureza. Todavia, diz Durkheim, para que possamos servir-nos assim das instituições pedagógicas existentes, torna-se ainda necessário

não ignorarmos aquilo em que as mesmas consistem. Assim também, a melhor forma de realizar um novo ideal pedagógico consiste em se utilizar a organização estabelecida, bastando retocá-la seguidamente, se necessário, para adaptá-la aos novos fins para que deva servir. As nossas mais fecundas inovações consistem, o mais das vezes, em produzir idéias novas em moldes antigos, que apenas teremos de modificar parcialmente para os harmonizarmos com o seu novo conteúdo. Segundo Durkheim: “O futuro não se improvisa; só podemos construí-lo com materiais que do passado possuamos.” (DURKHEIM, 2001, p. 73)

Durkheim definiu como o objetivo final de qualquer reforma pedagógica fazer com que os alunos sejam cada vez mais os homens do seu tempo:

“Não só foi a sociedade que elevou o tipo humano à condição de modelo que o educador deve esforçar-se por reproduzir, como é também ela que o faz, e fá-lo consoante as suas necessidades. O homem que a educação deve realizar, não é o homem tal como a natureza o fez mas tal como a sociedade quer que seja. Qualquer modificação um pouco importante na organização de uma sociedade, tem por contrapartida uma modificação de idêntica importância na idéia que o homem faz de si mesmo.” (DURKHEIM, 2001, p. 54)

Foi a partir desse trabalho inaugural que a educação se tornou objeto do interesse dos estudos sociológicos que, criticando os estudos de Durkheim ou se pautando por eles, pretenderam dar continuidade a esse esforço de investigação dos fatos educacionais.

3.2. O PAPEL DO ESTADO NA EDUCAÇÃO

Pela importância que se deve dar à vida social, por tudo que Durkheim distinguiu como sendo sua função integradora e pelo que tem acrescentado ao indivíduo como transmissão de um patrimônio de idéias, técnicas, conhecimentos, formas de ver e pensar e sentir, a educação deve assegurar a continuidade societária e, assim, não é possível deixá-la ao arbítrio de particulares. Admitido que a educação seja função essencialmente social, não pode o Estado desinteressar-se dela. Ao contrário, tudo o que seja educação deve estar até certo ponto

submetido à sua influência. Para Durkheim, nas sociedades modernas, a instituição educativa se tornou mais completa e adquiriu também o caráter de serviço público, colocando-se sob a direção e fiscalização efetiva do Estado.

A criança, costuma dizer-se, primeiramente pertence aos seus pais; é portanto a estes que compete dirigir o seu desenvolvimento, intelectual e moral, da forma que entenderem. A educação é então concebida como uma coisa essencialmente privada e doméstica. Neste ponto de vista, Durkheim defendia que dever-se-ia reduzir ao mínimo possível a intervenção do Estado na matéria. Ele deveria limitar-se a servir de auxiliar e substituto aos agregados familiares. O Estado deveria intervir nesse ponto somente caso estes não encontrem-se em condições de dar cumprimento aos seus deveres. O Estado deveria facilitar ao máximo a missão dos familiares, colocando ao seu dispor escolas onde possam, se assim o entenderem, mandar os seus filhos. Mas o Estado deve circunscrever-se estritamente a esses limites, e isentar-se de qualquer ação positiva a imprimir uma orientação determinada no espírito da juventude.

A partir do momento em que a educação é uma função essencialmente social, que tem por objetivo adaptar a criança ao meio social em que ela está destinada a viver, o Estado não pode desinteressar-se dela. Pelo contrário, tudo quanto seja educação deve estar, de algum modo, submetido à sua ação. Isso não significaria, afirmava Durkheim, que o Estado deveria necessariamente monopolizar o ensino. É de crer que os progressos escolares são mais fáceis e mais prontos, quando é dada uma certa margem às iniciativas individuais, já que o indivíduo é mais naturalmente inovador do que o Estado. E a função de educador só poderia ser preenchida por alguém que apresentasse especiais competências que somente o Estado pode julgar.

Na França, no fim do século XIX, o papel do Estado na educação era ainda tema de controvérsias, e a luta para conseguir o controle secular da educação prolongou-se. Os que

entendiam que a responsabilidade da educação deveria constituir, primeiro que tudo, prerrogativa da família ou da Igreja, ou de uma combinação das duas, estavam totalmente alheios às exigências da ordem social moderna. O Estado era visto como um organismo moral decisivo da sociedade contemporânea, e, assim, não poderia desinteressar-se do sistema educacional. Deveria assumir a direção geral do programa de estudos das escolas, garantindo que este último refletisse as idéias a que a sociedade se dedicou, e assegurando que as crianças fossem educadas para os papéis que teriam de assumir na divisão especializada do trabalho. Durkheim admitiu que o Estado tolerasse a continuação das escolas não administradas diretamente por ele: mas deve ser-lhe concedido, apesar disso, o poder de supervisionar o currículo de tais escolas. (GIDDENS, 1978)

É, pois, a sociedade que cabe relembrar incessantemente ao professor quais são as idéias, os sentimentos que é necessário incutir na criança para harmonizar com o meio em que a mesma deve viver. A sociedade deve se encontrar permanentemente presente e vigilante, de forma a obrigar a ação pedagógica a exercer-se num sentido social. A educação deve assegurar uma suficiente comunhão de idéias e de sentimentos entre os cidadãos, sem a qual qualquer sociedade se tornaria impossível; e para que possa produzir esse resultado, mas se torna necessário que ela não seja totalmente voltada ao livre arbítrio dos particulares. (DURKHEIM, 2001)

Durkheim nos mostrou como a escola não pode ser o objeto de um partido, faltando o professor aos seus deveres quando usa da autoridade de que dispõe para arrastar os seus alunos na senda das suas opiniões pessoais, por muito justificadas que lhe possam parecer. No entanto, apesar de todas as dissidências, verifica-se presentemente, na base da nossa civilização, um determinado número de princípios que, implícita ou explicitamente, são comuns a todos. Compete, segundo Durkheim, ao Estado esclarecer esses princípios essenciais, fazê-los ensinar nas suas escolas, cuidar para que em parte alguma as crianças

fiquem privadas do conhecimento, para que sejam divulgados por toda a parte com o respeito que lhes é devido.

3.3. FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Na visão durkheimiana, o ser humano se constitui progressivamente no interior de organizações sociais. As idéias, valores, costumes, regras, normas, conteúdos e sentimentos da educação são coisas distintas das pessoas que os internalizam. Possuem natureza própria, que impõe sobre os indivíduos e podem ser observadas no interior de instituições pedagógicas. Isto possibilita que se estabeleçam tipos genéricos de educação e características diferenciais. Povos da mesma espécie possuem sistemas de educação comparáveis. Por isso, Durkheim afirmou que a educação é um fato social e, portanto, objeto dos estudos sociológicos. Esta declaração não é surpreendente para os dias de hoje. Contudo, no momento em que foi enunciada, teve um forte impacto sobre as concepções tradicionais e foi motivo de várias críticas e exigiu de Durkheim um esforço de investigação e conceituação.

A declaração de Durkheim de que não há uma educação única e universal, apropriada a todos os indivíduos colocou em discussão a tradição de analisar a educação como um ideal abstrato e único, dirigido a “uma natureza humana cujas formas e propriedades seriam determinadas uma vez por todas” (DURKHEIM, 2001, p. 75). O próprio Durkheim destacou logo em seguida a novidade de sua abordagem que se contrapunha à tendência de se entender a educação como fenômeno iminentemente individual, que visa realizar em cada indivíduo o mais alto grau de perfeição possível.

Em suas palestras sobre pedagogia, Durkheim não restringiu o termo “educação” ao sentido de instrução formal, usando-o num sentido mais próximo do que veio a ter em inglês a palavra “socialização”, pois desejava empreender um estudo do desenvolvimento moral e

intelectual em diferentes fases da evolução. A escola aqui é uma das instituições que, no processo de divisão do trabalho social, assume para si a tarefa específica de intermediar a coerção que a sociedade exerce sobre o indivíduo, buscando completar mais rapidamente o seu processo de socialização. Socializar é, para Durkheim, o mesmo que educar, ou seja, internalizar os traços que constituem os meios morais em que o indivíduo está inserido.

Essa socialização, segundo Durkheim, compõe o processo de aprendizagem social que permite a absorção das formas de viver da sociedade, seja pensamentos, atitudes, símbolos ou regras. Essa constituição do ser social, que se realiza através do processo de socialização, se contrapõe à idéia de um desenvolvimento espontâneo e de uma natureza humana universal e imutável. Por esse processo de aprendizagem social se dá a interiorização do conjunto de maneiras de ser, sentir, pensar e agir próprios do meio social em que se vive, o que é essencial para a integração social do indivíduo. No centro dessa socialização, está a moral da sociedade, a qual é constituída por alguns tipos de regras, direitos e deveres, sistema de recompensa e castigo.

A educação, conforme a visão de Durkheim, tem, pois, por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e certos estados físicos e mentais que o grupo social particular (classe, família, profissão) a que a criança, particularmente, se destine, considera igualmente dever encontrar-se em todos aqueles que o constituem, por meio da influência exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estão prontas para a vida social. Para que haja educação, têm que estar em presença uma geração de adultos e uma geração de jovens, bem como uma ação exercida pelos primeiros sobre os segundos. Ensinar nada mais é que transmitir de geração para a geração um conjunto de idéias e conhecimentos, considerados então como a parte essencial da civilização.

Durkheim analisou a constituição desses processos de socialização em estudos como o que realizou sobre a história do ensino secundário que constitui a exemplar monografia *Evolução Pedagógica*, que tem o mérito de não se ater à história das idéias pedagógicas, como era corrente, mas em articular a história do ensino secundário com a história social e cultural em cada uma das etapas de seu desenvolvimento – a escolástica, a humanista e a realista, de acordo com sua classificação. Desta forma, ele pôde concluir que o processo de elaborar e transmitir categorias de pensamento no bojo dos processos de socialização foi acompanhado de lutas e conflitos.

Durkheim diz ainda, que muito longe da educação ter por objetivo único ou principal o indivíduo e os seus interesses, a educação é, antes do mais, o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições da sua própria existência. Afirmar que a sociedade só pode viver, se entre os seus membros existir uma suficiente homogeneidade. E é a educação que mantém e reforça tal homogeneidade, fixando antecipadamente na criança as semelhanças essenciais que a vida coletiva exige. Mas, por outro lado, Durkheim atenta que qualquer cooperação seria impossível sem uma certa diversidade. A educação assegura a persistência dessa diversidade necessária, ao diversificar-se a si mesma e ao especializar-se.

Poder-se dizer que, em cada um de nós, existem dois seres inseparáveis, porém que não deixam de ser distintos. Um, é constituído por todos os estados mentais que apenas se referem a nós próprios e aos acontecimentos relacionados com a nossa vida pessoal: é aquilo a que poderíamos chamar o ser individual. O outro, é um sistema de idéias, de sentimentos e de hábitos que expressam em nós, não a nossa personalidade, mas o grupo, ou diferentes grupos de que fazemos parte; é o caso das crenças religiosas, credos e práticas morais, tradições nacionais ou profissionais, opiniões coletivas de qualquer espécie. O seu conjunto constitui o ser social. Constituir esse ser em cada um de nós, eis a finalidade da educação que Durkheim defendia.

No homem, toda a espécie de aptidões que a vida social comporta, é demasiadamente complexa para poder de algum modo materializar-se sob a forma de predisposições orgânicas. Daí se conclui que as mesmas não podem ser transmitidas de geração para geração, pela via da hereditariedade. É pela educação que essa transmissão se processa. (DURKHEIM, 2001)

Durkheim ressalta que não se nasce criminoso, e tampouco se tem vocação, ao nascer, para este ou para aquele gênero de crime. O que é herdado é uma certa ausência de equilíbrio mental, que torna o indivíduo mais suscetível a uma conduta acompanhada e disciplinada. (DURKHEIM, 2001)

Com efeito, não só este ser social se não encontra totalmente formado na primitiva constituição do homem, como também não resultou de um desenvolvimento espontâneo. Espontaneamente, o homem não era propenso a submeter-se a uma autoridade política, a respeitar uma disciplina moral, a dedicar-se e a sacrificar-se. Nada existia na nossa natureza congênita que nos predispusse necessariamente a tornarmo-nos os servidores de divindades, emblemas simbólicos da sociedade, a prestar-lhe um culto, a privarmo-nos para as venerarmos. Foi a própria sociedade que, à medida que se foi formando e consolidando, extraiu do próprio seio essas poderosas forças morais, perante as quais o homem sentiu a sua inferioridade. Se pusermos de parte as vagas e incertas tendências que podem ser devidas à hereditariedade, a criança, ao entrar na vida, apenas é portadora da sua natureza de indivíduo, afirmava Durkheim.

A sociedade encontrar-se-ia assim, na visão durkheimiana, a cada nova geração, em presença de uma quase tábua rasa em que terá de investir novos encargos. Caberia à sociedade, pelos meios mais rápidos possíveis, agregar ao ser individual, egoísta e associal que acaba de nascer, um outro, capaz de levar uma vida moral e social. Eis a obra da educação. Ela não se limita a desenvolver o organismo individual no sentido traçado pela sua natureza, a tornar evidentes as potencialidades ocultas, que apenas pretendiam revelar-se. A

tarefa por excelência da educação é, pois, criar no homem um ser novo, que irá, com o seu grupo, partilhar de crenças religiosas, práticas morais, tradições nacionais e profissionais e opiniões coletivas de toda espécie. (DURKHEIM, 2001)

Entre as virtualidades indefinidas que constituem o homem, quando acaba de nascer, e o personagem muito definido em que deve transformar-se para desempenhar um papel útil na sociedade, a distância é pois considerável. É essa distância que, segundo Durkheim, a educação deve obrigar a criança a percorrer. (DURKHEIM, 2001)

É certo que, o mais das vezes, raciocinamos como se tudo isso fosse evidente, como se esta finalidade comum nada tivesse de obscuro, como se toda a gente soubesse o que significa formar um espírito. Durkheim chamava a atenção para o fato de que tudo quanto ela anuncia, é que se não devem especializar os espíritos; mas não nos ensina, mesmo assim, sobre qual o modelo que é necessário formá-los. “A maneira segundo a qual se formava um espírito, no século XVII, não poderia convir-nos, hoje em dia; também na escola primária se forma espíritos, mas de forma diferente da do liceu. Assim, enquanto os mestres apenas tiverem como centro de reunião adágios tão imprecisos, é inevitável que os seus esforços se dispersem, e fiquem paralisados na seqüência desta dispersão.” (DURKHEIM, 2001, p. 68)

Durkheim afirmou que os pais não podem educar seus filhos de acordo com sua vontade. Existem certos hábitos com os quais somos obrigados a conformar-nos; se os infringirmos gravemente, eles vingam-se em nossos filhos. Assim como os professores, os clérigos e os partidos políticos, a despeito de suas dissidências, não podem agir em desacordo com certos princípios que são comuns a todos. Existe pois, em cada época, um tipo regulador de educação do qual não podemos nos afastar sem enfrentarmos sérias resistências. (DURKHEIM, 2001)

Durkheim afirmou que a pedagogia não era uma ciência. Segundo ele, não que uma ciência da educação não seja possível, mas que a pedagogia não seria essa ciência. Compete à

ciência investigar com a máxima prudência. Entretanto, esta não pode fazê-lo com prazo estipulado. À pedagogia não assiste o direito de ser paciente a esse ponto, já que ela responderia a necessidades vitais que não podem esperar. Sempre que uma mudança no meio exige de nós uma ação apropriada, essa ação não pode ser adiada. Tudo o que o pedagogo pode e deve fazer é reunir, o mais conscienciosamente que lhe for possível, todos os dados que a ciência coloca ao seu dispor, a cada momento, para orientar a ação. Nada mais se lhe poderia exigir. (DURKHEIM, 2001, p. 79)

A educação é um conjunto de práticas educativas, que se constituem em fatos perfeitamente observáveis de ações exteriores ao indivíduo e que se construíram e se constroem através da história das sociedades. A pedagogia é um conjunto de teorias práticas elaboradas de forma abstrata e sem um processo mais cuidadoso de observação da realidade.

A pedagogia consiste, não em ações, mas em teorias. A pedagogia é uma teoria prática. Tais teorias são formas de conceber a educação, mas não de a praticar. Por vezes, elas distinguem-se das práticas em uso, a ponto de se lhes oporem. A educação nada mais é do que a matéria de pedagogia. Ela não estuda cientificamente os sistemas de educação, mas medita neles com vista a fornecer à atividade do educador idéias que o orientem. A pedagogia seria, na visão de Durkheim, “a mais metódica e mais bem documentada reflexão, posta ao serviço da prática do ensino.” (DURKHEIM, 2001, p. 80)

A função da pedagogia não consiste em substituir-se à prática, mas sim em orientá-la, em esclarecê-la, em auxiliá-la, se necessário, a suprir as lacunas que nela se venham a produzir, em remediar as insuficiências que nela se verifiquem. Na idéia de Durkheim, o pedagogo não tem pois de construir, com todos os retalhos um sistema de ensino, como se nenhum existisse anteriormente. Pelo contrário, ele tem que se empenhar, antes do mais, em compreender o sistema do seu tempo; só assim ele estará em condições de se servir dele com discernimento, e de julgar o que de imperfeito nele pode encontrar-se.

Mas, se a pedagogia não é uma ciência, tampouco é uma arte. A arte, com efeito, é feita de hábitos, de práticas, de habilidade organizada. A arte da educação não é a pedagogia, mas sim a perícia do educador, a experiência prática do mestre. (DURKHEIM, 2001)

A pedagogia é pois algo que medeia entre a arte e a ciência. Não é arte, uma vez que não constitui um sistema de práticas organizadas, mas sim de idéias relativas a essas práticas. É um conjunto de teorias. Por isso, ela se aproxima da ciência. Só que, enquanto que as teorias científicas têm como única finalidade exprimir a realidade, as teorias pedagógicas têm por objetivo imediato orientar a conduta. Não sendo a própria ação, elas preparam-na e situam-se muito próxima dela. É na ação que reside a sua razão de ser. É essa natureza mista que Durkheim procurava exprimir quando disse que ela era uma teoria prática. Ela não é a prática; por conseqüência, não pode dispensá-la. Mas pode esclarecê-la. É portanto útil, na medida em que a reflexão é útil à experiência profissional.

Durkheim afirma que não se existe um único caso na história onde se tenha visto o ideal proposto por um pedagogo passar inteiro e sem modificações básicas para a prática. (DURKHEIM, 1995, p. 213)

Uma teoria prática é possível e legítima sempre que se pode apoiar numa ciência constituída e incontestada, da qual ela nada mais é do que a aplicação. Neste caso as noções teóricas de onde são deduzidas as conseqüências práticas, possuem um valor científico que se transmite às conclusões que delas se extraem. A pedagogia, no entanto, afirmou Durkheim, não teria ciências em que se apoiar. Há ramos da sociologia que poderiam ser de grande utilidade para a determinação pormenorizada dos processos pedagógicos. Mas a sociologia na época de Durkheim não passa de uma ciência que estava despontando; ela contava com um reduzidíssimo número de proposições. A psicologia, apesar de haver sido constituída mais cedo do que as ciências sociais, era o objeto de todo o gênero de controvérsias na época. Não havia questões psicológicas sobre as quais não se verificassem ainda as teses mais

divergentes. Assim, nada podem valer as conclusões práticas que se fundamentam em dados científicos, simultaneamente tão incertos e tão incompletos.

Deveria, segundo Durkheim, existir a ciência da educação. Isto porque, para sabermos aquilo que a educação deveria ser, teríamos que saber, antes do mais, qual a sua natureza, quais as condições diversas de que dependeria, as leis segundo as quais ela evoluiu na história. Mas a ciência da educação apenas existe como projeto.

Durkheim reflete que se fosse permitido a pedagogia aguardar, seria prudente e metódico esperar pacientemente até que essas ciências tivessem progredido e pudessem ser utilizadas mais seguramente. Mas dá-se o caso de, precisamente, a paciência não ser permitida. Não poder-se-ia adiar o problema. O problema era imposto, pelos próprios fatos e pelas necessidades do dia-a-dia. Em muitos pontos, o sistema tradicional de educação na época de Durkheim já se não harmonizava com os ideais e as necessidades do cotidiano.

Não há dúvida de que na época Durkheim não se tinha todos os elementos que seriam de desejar para a resolução do problema. Mas, dizia Durkheim, que isso não era razão para que não se procurasse resolvê-lo, já que era necessário que ele fosse resolvido. Nada mais restava, segundo Durkheim, do que meter corajosamente mãos à obra e procurar as modificações que se impõem e realizá-las. Recolher o maior número de elementos instrutivos que se podia, e interpretá-los o mais metodicamente possível, a fim de reduzir ao mínimo as possibilidades de erro. Só a consciência refletida é capaz de suprir as lacunas da tradição, quando esta vem a faltar. A pedagogia é, segundo Durkheim, a reflexão aplicada, o mais metodicamente possível, às coisas da educação, com vista a regularizar-lhes o desenvolvimento.

Durkheim alerta que não há dúvida de que, ao atuar-se nestas condições, corre-se riscos. Mas a ação nunca é isenta de riscos. A ciência, por muito avançada que possa estar, não pode suprimi-los. Tudo o que pode ser exigido, é que, na medida das possibilidades, coloque-se

toda a ciência, por muito imperfeita que ela seja, e toda a consciência que se tem, na prevenção desses riscos. É precisamente nisto que consistiria o papel da pedagogia. (DURKHEIM, 2001)

Hoje em dia, a pedagogia transformou-se num auxiliar constantemente indispensável da educação. Os fins da educação variam com os estados sociais, com as diversas espécies de sociedade, com os diferentes tempos e situações históricas. Eles estão diretamente relacionados com as necessidades sociais de um tempo e lugar. Assim, é a coletividade que impõe os fins da ação educativa. Ela que exerce sobre os educadores uma pressão moral no sentido de desenvolver nos educandos as qualidades comuns do grupo social e seus ideais coletivos. (TURA, 2004)

Não é o homem de um instante, o homem tal como o sentimos num momento do tempo, sob influência de paixões e necessidades momentâneas, que precisamos conhecer, afirmou Durkheim, mas sim o homem em sua totalidade. Pois o homem de hoje é o homem exigido pelas necessidades do dia, pelo gosto do dia, e a necessidade do dia é unilateral e será substituída por outra, amanhã. Daí o surgimento de todos os tipos de choques, de revoluções que não podem senão perturbar a seqüência regular da evolução. Assim nascem concepções pedagógicas exageradas, unilaterais e truncadas, que expressam apenas as necessidades do momento, aspirações passageiras; concepções que não podem manter-se por muito tempo, pois elas precisam logo ser corrigidas por outras que as completam, que retificam o que elas têm de excessivo. (DURKHEIM, 1995)

Ainda hoje a educação segundo Durkheim a descreveu nos ajuda a entender o papel dessa instituição social tão importante e indispensável. Para nós também, seu principal objeto não é dar à criança conhecimentos mais ou menos vultuosos, mas antes, construir nele um estado interior e profundo, uma espécie de polaridade da alma que a oriente numa direção definida não só durante a infância, mas sim para toda a vida. Para tornar-se homem, não basta

ver sua inteligência guarnecida com um certo número de idéias, mas é preciso antes de tudo ter adquirido uma maneira verdadeiramente humana de sentir e pensar.

O que hoje se exige da educação é criar simpatia e compreensão para os outros, capacidade de aceitar a mudança e consciência das possibilidades do gênero humano. A educação é, antes de tudo, afirma Durkheim, uma função social, solidária das outras funções, e, conseqüentemente, ela deve preparar a criança para ocupar seu lugar na sociedade e exercer um papel útil na vida.

O indivíduo não se encontra perante uma tabua rasa sobre a qual pode edificar aquilo que pretende, mas sim perante realidades existentes que não pode criar, nem destruir, nem transformar pela simples força da vontade. Ele apenas pode atuar sobre elas, na medida em que aprendeu a conhecê-las, em que sabe qual a sua natureza e quais as condições de que dependem. E somente conseguirá sabê-lo se freqüentar a escola. (DURKHEIM, 2001)

A educação é a ação exercida nas crianças por pais e professores. Esta ação é permanente e geral. Não existe qualquer período na vida social, não existe mesmo, por assim dizer, qualquer momento do dia, em que as gerações jovens não entrem em contato com as que são mais velhas do que elas, e em que, por conseqüência, elas não recebam destas últimas a influência educadora. “Existe uma educação inconsciente, que jamais cessa.” (DURKHEIM, 2001, p. 29)

3.4. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E O PAPEL DO PROFESSOR

Segundo a visão durkheimiana, um sistema escolar, seja ele qual for, é formado por duas espécies de elementos. Existe, por um lado, todo um conjunto de disposições definidas e estáveis, de métodos estabelecidos, em suma, de instituições; isto, porque existem instituições pedagógicas, tal como existem instituições jurídicas, religiosas ou políticas. Mas,

simultaneamente, no interior da máquina assim constituída, existem idéias que a trabalham e a incitam a transformar-se. Salvo, talvez, em raros momentos de apogeu e de estacionamento, verifica-se invariavelmente, até no mais acabado e mais bem definido sistema, movimentos em direção a algo diferente do que existe, uma tendência para um ideal mais ou menos claramente pressentido. Sob esta vida fixa, consolidada, existe uma vida em movimento que, pelo fato de se encontrar oculta, nem por isso é menos importante. “Sob o passado que perdura, há sempre algo de novo que se faz e que procura subsistir.” (DURKHEIM, 2001, p. 72)

O cristianismo medieval, afirmou Durkheim, desempenhou o papel fundamental na evolução do sistema escolar ocidental. O cristianismo alimentou a concepção de que há em cada um de nós um modo fundamental de ser, do qual derivam formas particulares de inteligência e sensibilidade, e em que estas encontram sua unidade; e que esse modo fundamental de ser precisa ser alcançado se alguém quiser pôr em prática a tarefa do educador com efeito duradouro. Para poder agir com tanta força sobre as profundezas da alma, é necessário, naturalmente, que as diversas influências às quais a criança é submetida, não se dispersem em direções divergentes, mas sim que sejam, ao contrário, energicamente concentradas para uma mesma meta. Chega-se a esse resultado somente fazendo as crianças viverem num mesmo meio moral, cuja presença permanece com elas; ambiente que as envolva por todas as partes, e a cuja ação, por assim dizer, elas não podem escapar. Assim se explica a concentração da educação e até de toda a vida da criança com a emergência da escola tal como foi organizada sob o regime do cristianismo.

O ensino é produto da concentração, afirmou Durkheim. Nesta visão, dispersão significa desastre total. Para Durkheim, uma escola nada mais é que a reunião de um certo número de pessoas com determinados conhecimentos reunidas para instruir outras. “É um

feixe de forças intelectuais, e o ensino dado é tanto mais elevado quanto esse feixe for mais concentrado.” (EVOLUÇÃO PEDAGÓGICA, p. 118)

A Escola, tal como a encontramos no início da Idade Média, constitui uma grande e importante novidade. Distingue-se por traços cortados de tudo quanto os Antigos chamavam com o mesmo nome. Ela retira da civilização pagã a matéria do ensino. Contudo, essa matéria foi elaborada de uma maneira inteiramente nova, e dessa elaboração nasceu algo inteiramente novo. Durkheim identifica esse momento como o nascimento da escola, no sentido próprio do termo. Pois a escola segundo Durkheim não é apenas um local onde um professor ensina; é um ser moral, um meio moral, impregnado de certas idéias, de certos sentimentos, um meio que envolve tanto o professor quanto os alunos. E, segundo Durkheim, a Antiguidade não conheceu nada semelhante. Teve professores, mas não teve escolas de verdade. Na pedagogia, pois, a Idade Média foi inovadora. (DURKHEIM, 1995)

A organização da Escola deve refletir a da sociedade, os métodos que são aplicados junto à criança não podem diferir em sua natureza dos que, mais tarde, são aplicados ao homem. Consequentemente, a causa da atividade, o que a conduz, não pode ser diferente numa e noutra. Podemos compará-la com uma sociedade. A sociedade escolar é um grupo social que tem sua unidade, sua própria fisionomia, sua organização, exatamente como a sociedade dos adultos. (DURKHEIM, 1995)

A aula é uma pequena sociedade organizada. É uma cidade da qual cada aluno é funcionário. Graças a essa divisão do trabalho entre o mestre e os alunos é, segundo Durkheim, que um professor podia dirigir sem maiores dificuldades aulas que alcançavam, às vezes, duzentos e trezentos alunos. O que supõe-se é que ela não seja meramente constituída, assim como na Antiguidade, por uma assembléia de alunos reunidos externamente num mesmo local.

Durkheim alerta que essa noção de escola, como sendo um meio moral organizado, tornou-se tão costumeira que somos levados a acreditar que sempre existiu. No entanto, ela só podia nascer quando se formaram povos para os quais a verdadeira marca da cultura humana consiste não na aquisição de certas práticas ou costumes mentais dados, mas sim numa orientação geral da mente e da vontade, isto é, quando povos tinham alcançado um grau suficiente de idealismo. Assim sendo, o objetivo da educação foi necessariamente o de dar à criança o impulso necessário na direção que convinha, e era preciso que ela fosse organizada de maneira a poder surtir o efeito profundo e durável que era esperado dela. (DURKHEIM, 1995)

Assim como existe uma sociologia religiosa, uma sociologia política, etc., existe, com efeito, uma sociologia pedagógica, que não é a menos importante, pois a educação é o meio mais eficiente à disposição de uma sociedade para formar seus membros à sua imagem.

Durkheim reconhecia que a estrutura familiar tem um lugar privilegiado nas primeiras aprendizagens, apesar disso, é a instituição pedagógica que representa para o autor um interesse especial por sua atuação mais coletiva. Basta pensar na revolução que se opera na criança, quando vai à escola pela primeira vez. Ela muda sua maneira de ser e, quase, sua natureza. A partir desse momento, existe nela uma verdadeira dualidade. Ao voltar para casa, os pais percebem que lhes pertence cada vez menos. Sujeita à disciplina do meio escolar, a criança, descobre progressivamente todo um mundo social externo à família, no qual conquistará seu lugar somente aceitando-o, incorporando-se a ele. A própria família vê-se gradativamente modificada.

A escola, na visão durkheimiana, é um grupo real, existente, do qual a criança faz naturalmente e necessariamente parte, e é um grupo de natureza diferente da família. Por conseguinte, através da escola, nós temos forma de introduzir a criança em uma vida coletiva

diferente da doméstica: nós podemos lhe propiciar hábitos que, uma vez contraídos, permanecerão incorporados para além do período escolar.

Na sociedade contemporânea, em que o processo de educação se estende cada vez mais, e a família perde parte do seu domínio sobre o desenvolvimento do filho, o caráter unificado da escola como ambiente social e moral de aprendizagem se torna até mais significativo.

Segundo Durkheim, como todas as grandes funções sociais, o ensino possui um espírito, expresso nos programas, nas matérias ensinadas, nos métodos, e um corpo, uma estrutura material que expressa, em parte, o espírito, mas que também age sobre ele, que lhe imprime, às vezes, sua marca e impõe temporariamente seus limites. (DURKHEIM, 1995)

Numa escola elementar ou primária, que corresponde ao primeiro ciclo do ensino fundamental atualmente empregado no Brasil, cada turma, pelo menos em princípio, está ao cuidado de um só e único professor; conseqüentemente, o ensino dado possui uma unidade toda natural, uma unidade muito simples, que não precisa ser cientificamente organizada: é a própria unidade da pessoa que ensina. Uma vez que lhe é submetida à apreciação a totalidade do ensino, torna-se-lhe relativamente fácil ter cada disciplina em devida conta, ajustá-las umas às outras e obrigá-las a contribuir para uma mesma finalidade.

Não é assim nas séries seguintes, onde os diversos ensinamentos recebidos simultaneamente por um mesmo aluno costumam ser dados por professores diferentes. Existe aí uma verdadeira divisão do trabalho. Existe um professor de letras, um professor de língua, outro de história, outro de matemática, etc. Dificilmente poderia a unidade nascer dessa diversidade, quando, na verdade, nada a prepara para isso.

Durkheim afirma que esses ensinamentos heterogêneos não se ajustam uns aos outros e não se completam de maneira a formar um todo, porque os que os ministram não têm a sensação desse todo. Não será possível ao professor desempenhar a função que lhe cabe, com a parte que lhe compete da obra total, quando ele nem sequer sabe qual é essa obra e como

seus diversos colaboradores devem entrosar-se com ele de maneira a integrar constantemente todo seu ensinamento. Raciocina-se, com muita frequência, alertou Durkheim, como se tudo fosse evidente, como se todo o mundo soubesse instintivamente o que é formar uma mente. (DURKHEIM, 1995)

E é quase sempre este espetáculo que nos é oferecido pelo ensino atual. Cada professor ministra a sua especialidade, como se esta fosse um fim em si, quando ela não passa de um meio tendo em vista uma finalidade com a qual ela deveria ser confrontada a todo instante. Durkheim já dizia, que não bastava ser um grande letrado ou um bom historiador, ou um matemático sutil para perceber os diversos elementos que formam uma inteligência, as noções fundamentais que a constituem, e como elas podem ser solicitadas pelas diversas disciplinas do ensino. Além disso, a palavra *ensino* muda de sentido conforme se trata de uma criança ou de um jovem, conforme se destina a determinado tipo de atividade. (DURKHEIM, 1995)

A escola, afirmou Durkheim, em todos os graus, deve ser um meio moralmente unido, que envolva a criança de perto e que aja sobre a totalidade de sua natureza. Ela não pode e não deve ser uma espécie de estalagem onde professores diferentes, estranhos uns aos outros, viriam ministrar ensinamentos heterogêneos para alunos provisoriamente reunidos e sem ligações entre ele. (DURKHEIM, 1995)

Segundo Durkheim, a única forma de evitar este estado de divisão, é levar todos esses colaboradores de amanhã a reunirem-se e a pensarem em comum na sua missão comum. Deve-se conscientizar os professores do ideal que ele tem por função realizar, e de que forma devem contribuir para essa meta final que o constituem. Necessário se torna que, num dado momento da sua separação, lhes sejam proporcionados os meios de abranger, em toda a sua extensão, o sistema escolar para a existência do qual eles serão chamados a participar.

Os professores encarregados de tornar esse programa uma realidade precisam querer fazê-lo, mostrar interesse nele; não basta prescrever-lhes com precisão o que terão que fazer, é

preciso também que estejam em condição de julgar, de avaliar essas prescrições, de ver sua razão de ser e as necessidades às quais respondem.

A partir das reflexões de Durkheim, entendeu-se que, ainda que fosse necessário determinar com discernimento as diversas matérias do ensino, dosá-las com sabedoria, ministrá-la com cuidado, é muito importante comunicar aos professores que serão chamados a ministrar esse ensino o espírito que deve animá-los.

Enfim, é preciso que eles estejam a par das questões às quais essas prescrições trazem soluções provisórias; quer dizer que é indispensável iniciá-los nos grandes problemas levantados pelo ensino que lhes é confiado, a maneira que se propõe para resolvê-los, a fim de que possam formar uma opinião com pleno conhecimento de causa.

Semelhante iniciação só pode ser o resultado de uma cultura pedagógica que, para surtir um efeito útil, deve ser dada no momento certo, isto é, quando o futuro professor se senta ainda como estudante nos bancos da Universidade.

O ideal não é decretado: deve ser entendido, amado, desejado por aqueles cuja tarefa é realizá-lo. Durkheim afirmava que nada seria mais urgente do que ajudar os futuros professores a formar coletivamente uma opinião sobre o que deve tornar-se o ensino que será de sua responsabilidade, os fins que deve procurar, os métodos que deve utilizar.

Essa importância dada por Durkheim a preparação do futuro professor era uma reação a visão da época que defendia que só o fato de possuir o conhecimento de uma dada ciência seria suficiente para ministrá-la com precisão. Segundo Durkheim, adquirir a ciência não é adquirir a arte de comunicá-la; nem sequer é adquirir as noções fundamentais sobre as quais essa arte se apóia. Dizer que o jovem professor nortear-se-á apenas com as lembranças de sua vida de estudante é grave erro, dizia Durkheim. Isso significaria decretar a perpetuidade da rotina. O inimigo, o antagonista da rotina, é a reflexão. E, segundo Durkheim, “somente ela pode impedir os hábitos a serem adquiridos sob aquela forma imutável, rígida, hierárquica;

somente ela pode mantê-los alertas, mantê-los nesse estado de flexibilidade e maleabilidade que lhes permite variar, evoluir, adaptar-se à diversidade das circunstâncias e dos meios.” (DURKHEIM, 1995, p. 13)

O retrato feito por Durkheim do caráter que há de assumir a atmosfera das salas de aulas é um retrato sombrio. As qualidades de autonomia moral que o sistema escolar moderno possui a fim de ajudar a produzir não devem ser aprendidas através de atividades lúdicas nem da auto-expressão livre. Por outro lado, defendia que a vida social não era vida militar. O respeito à disciplina não se origina do medo das sanções que reprimem as violações da regra.

Aplicam-se a sanções punitivas no cenário escolar as mesmas considerações aplicadas à lei repressiva na sociedade mais ampla: na escola, como no direito em geral, precisamos admitir que o castigo se ajuste ao crime. Segundo Durkheim, a escola em que se aplica com frequência e aspereza o castigo físico e outras formas de punição é precisamente aquela em que as autoridades perderam o respeito moral necessário à disciplina.

Na visão durkheimiana, não importa na disciplina educacional que o culpado venha a sofrer, senão que seja vigorosamente censurado, de um modo que apresenta e assimile a natureza intrínseca da superioridade das regras morais. O professor tem de poder combinar sanções punitivas por ser a personificação da autoridade moral e, pelo ato punitivo, mostra a própria fidelidade aos valores em apreço. Isso demonstra, contudo, que o castigo não é a fonte da disciplina na escola; as sanções punitivas servem para defendê-la contra o sufocamento dessa autoridade.

Desta maneira, o castigo corporal deve ser proibido nas escolas, concluía Durkheim. Não só porque não surte os efeitos proclamados pelos que acreditam ser ele um meio de dissuasão, mas também porque pode transgredir ativamente os ideais morais que se tornaram importantes na sociedade contemporânea: respeito pela liberdade e pela dignidade do indivíduo, tal como se manifesta no individualismo moral. (GIDDENS, 1978)

O receio do castigo é uma coisa muito diferente do respeito pela autoridade, afirmava Durkheim. Ela somente possui valor moral se o castigo for reconhecimento justo por parte daquele que lhe sofre as conseqüências, o que implica que a autoridade que pune já seja considerada legítima. (DURKHEIM, 2001)

Durkheim salientava que uma disciplina escolar implica, além de um sistema de punições, um sistema de recompensas. Notas boas, testemunhos solenes de satisfação, distribuição de prêmios, em graus variados, seriam o acompanhamento necessário de todo bom sistema de ensino.

As preleções de Durkheim sobre educação contêm extensa discussão da sociologia da escola moderna e das responsabilidades do mestre. Nessas preleções, a natureza da disciplina escolar e sua relação com as exigências da disciplina moral de um modo mais genérico, estão no centro das preocupações de Durkheim. Ele acreditava que o sistema educacional formal desempenhava um papel vital na inculcação das atitudes e capacidades morais que a sociedade. Segundo Durkheim o comportamento da criancinha é dominado pelos impulsos instáveis do egoísmo; as criancinhas exibem rápida flutuação da atenção e da emoção, um espírito que não se ajusta facilmente à regularidade de conduta requerida pela disciplina moral. Assim sendo, a educação precisa envolver a moderação dos desejos e o domínio de si mesmo, embora essas qualidades só se possam adquirir como parte de um processo gradual. (GIDDENS, 1978)

A disciplina, no sentido de controle interior dos próprios impulsos, é uma componente essencial de todas as regras morais. Do ponto de vista de Durkheim, a disciplina não seria a uma limitação da liberdade humana e da auto-realização do homem. Não há nenhuma forma de organização da vida, observa Durkheim, que não obedeça a princípios regulares e bem definidos; o mesmo acontece em relação à vida social. A sociedade é uma organização das relações sociais, implicando portanto uma regulamentação do comportamento de acordo com

princípios estabelecidos, que na sociedade são obrigatoriamente as regras morais. Só a aceitação da regulamentação moral torna possível a vida social, permitindo ao homem colher os benefícios que a sociedade lhe proporciona.

Constituiria, pois, na visão durkheimiana, um erro básico acreditar que a autoridade moral e a liberdade se opõem e excluem mutuamente. Na realidade, para Durkheim, estes dois termos, longe de se excluírem, têm implicações comuns. Uma vez que o homem só obtém a liberdade de que goza devido ao fato de ser membro da sociedade, tem de se sujeitar à autoridade moral que a existência da sociedade pressupõe. Em Durkheim, a autonomia da vontade só existe como obediência consentida, já que ser livre não é fazer aquilo que se deseja: é ser senhor de si próprio. Saber agir racionalmente e cumprir o seu dever. (DURKHEIM, 2001)

É precisamente em dotar a criança desse domínio sobre si mesma que a autoridade do professor deve ser utilizada. Essa autoridade é um aspecto da autoridade do dever e da razão. A criança deve ser exercitada a reconhecê-la na palavra do educador. É nesta condição que ela, segundo Durkheim, mais tarde, poderá reencontrá-la na sua consciência e difundi-la.

O processo educacional numa sociedade avançada recapitula os elementos do desenvolvimento da civilização como um todo. Em Durkheim, a educação moral da criança tem de valer-se de duas características de sua natureza: a vigorosa influência que o hábito tende a adquirir no comportamento das crianças, e os efeitos que se podem controlar através da autoridade adulta. O hábito pode ser modelado em disciplina moral. Mas o mestre precisa estabelecer-se também como exemplo moral, que condiciona o comportamento da criança através do seu modo de proceder e da instrução direta.

Para o sociólogo francês, a principal função do professor é formar cidadãos capazes de contribuir para a harmonia social. A superioridade moral e intelectual do professor, assim como sua missão de transmitir aos alunos os valores morais de seu tempo e o amor à

coletividade lhe conferem posição de autoridade, mas é necessário o cuidado de não abusar deste poder.

Segundo Durkheim, o professor deve sentir a autoridade que deve transmitir. Ela constitui uma força que ele só poderá manifestar se a possuir efetivamente. O professor tem de possuir vontade, já que a autoridade implica confiança, e a criança não pode confiar em alguém que ela vê hesitar, tergiversar, voltar atrás sobre as decisões tomadas.

Não é no exterior que o professor pode adquirir a sua autoridade; é dele próprio.

Ele tem de acreditar, não em si, nem, indubitavelmente, nas qualidades superiores da sua inteligência ou da sua coragem, mas sim na sua missão e na grandeza dessa mesma missão. E Durkheim dizia ainda que, “numa autoridade que deriva de um manancial tão impessoal, não poderiam caber, nem o orgulho, nem a vaidade, nem o pedantismo.” (DURKHEIM, 2001, p. 26)

O ideal pedagógico de uma época exprime, antes do mais, o estado da sociedade na época em questão. Mas, para que esse ideal se transforme numa realidade, torna-se ainda necessário que o mesmo seja adaptado a consciência da criança. Segundo Durkheim, para podermos estimular a atividade a desenvolver-se em determinado sentido, necessário se torna ainda sabermos quais as forças que a movem e qual que a sua natureza, já que só assim será possível aplicar-lhe, com conhecimento de causa, a ação adequada.

Pode-se modelar a sensibilidade moral dos alunos, em qualquer dos sentidos, quanto mais completas e precisas foram as noções que tivermos acerca do conjunto de fenômenos a que chamamos tendências, hábitos, desejos, emoções, etc., acerca das diversas condições de que os mesmos dependem, acerca da forma com que na criança se apresentam. Segundo Durkheim, é à psicologia, e mais especialmente à psicologia infantil, que deve-se recorrer para a resolução destas questões. Além disso, Durkheim reconhecia que como nenhum

método pode ser aplicado de igual modo às diferentes crianças, é ainda à psicologia que se deve pedir auxílio para reconhecer no meio da diversidade das inteligências e dos caracteres.

No entanto, Durkheim esclarecia que, mesmo no conjunto de problemas em que a psicologia pode eficazmente esclarecer o pedagogo, ela precisa da colaboração da sociologia. Uma vez que os fins da educação são sociais, os meios pelos quais esses fins podem ser atingidos, devem necessariamente possuir idêntico caráter. Dado que, uma turma é uma pequena sociedade, torna-se necessário não a orientar como se se tratasse de um simples aglomerado de sujeitos, independentes uns dos outros. As crianças de uma turma pensam, sentem e agem de uma forma diferente de que quando se encontram isoladas, afirmava Durkheim.

Por si só, a psicologia não poderia fornecer-nos os elementos necessários à elaboração de uma técnica que, por definição, tem o seu protótipo, não no indivíduo mas na coletividade. As regras que determinam os deveres do estudante, são comparáveis às que prescrevem a conduta na vida social. As sanções e as recompensas que se relacionam com as primeiras, não deixam de se assemelhar às sanções e recompensas que sancionam as segundas. Com efeito, uma vez que a vida escolar não passa de uma extensão da vida social, e dado que esta é tão somente a seqüência daquela, é impossível que os principais processos mediante os quais uma funciona, se não encontrem na outra. Podemos pois, como demonstrou Durkheim, esperar que a sociologia, ciência das instituições sociais, nos auxilie a compreender o que são, ou a prever o que devem ser as instituições pedagógicas. Segundo Durkheim, “quanto melhor conhecermos a sociedade, tanto melhor poderemos dar-nos conta de tudo o que se passa nesse micro-cosmo social que é a escola.” (DURKHEIM, 2001, p. 61)

Segundo Durkheim, só a sociologia pode auxiliar o educador a compreender o fim a que deve perseguir, relacionando-o com as condições sociais de que depende e que ele exprime. Ainda que a consciência individual não mais nos ocultasse qualquer mistério, ainda que a

psicologia fosse uma ciência acabada, a coletividade não poderia deixar de orientar o educador quanto ao fim que ele deve perseguir. Durkheim afirmava que, não só é a sociedade que indica ao indivíduo o ideal que deve realizar pela educação, como também, na natureza individual, não existem tendências determinadas, estados definidos que sejam como que uma primeira aspiração para esse ideal, que possam ser olhados como a sua forma interior e antecipada. (DURKHEIM, 2001, p. 59)

E, do mesmo modo que o trabalho é tanto mais necessário ao homem quanto mais civilizado este for, assim também, quanto mais elevada e complexa for a organização intelectual e moral das sociedades, mais necessário se torna que elas abasteçam de novos alimentos a sua atividade. Logo, é necessário que o professor prepare as crianças, que lhe são confiadas, para essas conquistas necessárias, e que portanto lhe não transmita a organização intelectual dos seus antepassados, como algo que já se encontra concluído. Pelo contrário, o professor deve despertar o desejo de acrescentar novas idéias, e o anseio para a satisfação desta legítima ambição. Uma sociedade como a nossa, insistia Durkheim, não pode pois contentar-se com o uso passivo de resultados morais que possam considerar-se adquiridos; há que ter em vista o desejo de conquistar outros mais.

Segundo Durkheim, uma vez que a personalidade individual se transformou num elemento essencial da cultura intelectual e moral da humanidade, o educador deve ter em conta o gênero de individualidade que existe em cada criança. Em vez de aplicar a todas elas, de uma forma invariável, a mesma regulamentação impessoal e uniforme, o educador terá, pelo contrário, de variar, de diversificar os métodos consoante o temperamento e a aptidão de cada inteligência. Mas, para poder adaptar com discernimento as práticas educativas às diversidades dos casos particulares, há que saber quais as suas tendências, quais as razões dos diferentes processos que as constituem, quais os efeitos que elas produzem nas diferentes

circunstâncias. Necessário se torna, numa palavra, “mantê-las submetidas à reflexão pedagógica.” (DURKHEIM, 2001, p. 39)

Durkheim tinha em conta que novas carências e novas idéias surgem incessantemente e para podermos responder às mudanças constantes que assim se verificam nas opiniões e nos costumes, é preciso que a própria educação se modifique e, por consequência, que se mantenha num estado de maleabilidade que permita a mudança. E, segundo ele, o único meio de impedir que ela caia sob o jugo do hábito e degenere em automatismo maquinal e imutável, consiste em mantê-la permanentemente apta por meio da reflexão. Na visão durkheimiana, quando o educador se apercebe dos métodos que utiliza, da sua finalidade e da sua razão de ser, encontra-se em condições de os julgar e, por consequência, está habilitado a modificá-los, se acaso se convencer que o fim a atingir não é o mesmo ou que os meios a utilizar devem ser diferentes. A reflexão é, dizia Durkheim, “a forma antagônica da rotina, e a rotina é o obstáculo aos progressos necessários.” (DURKHEIM, 2001, p. 39)

Para esta pedagogia do dia-a-dia, de que todo o professor carece para esclarecer e orientar a sua prática quotidiana, há que ter-se menos arrebatamento passional e unilateral e, pelo contrário, mais método, um sentimento mais presente da realidade e das dificuldades múltiplas a que é necessário fazer face. É este sentimento, dizia Durkheim, “que propiciará uma cultura história bem entendida.” (DURKHEIM, 2001, p. 43)

CONCLUSÃO

A existência dessas instituições pedagógicas não teve início no dia em que foram redigidos os regulamentos que as definem; elas têm um passado do qual são um prolongamento e do qual não podem ser separadas sem perder grande parte de seu significado.

Um assunto escolar não pode ser entendido, senão quando ligado à série histórica da qual é parte, à evolução da qual ele é uma mera culminação provisória.

Durkheim já dizia, que somente pelo estudo cuidadoso do passado é que poderemos conseguir antecipar o futuro e entender o presente e, portanto, que a melhor das escolas pedagógicas está na história do ensino. (DURKHEIM, 1995)

Segundo Durkheim, não só o estudo histórico do ensino nos permite prevenir muitos erros possíveis no futuro, como também podemos prever que ele nos fornecerá os meios de corrigir certos erros que foram cometidos no passado e cujas conseqüências ainda sofremos. O estudo histórico do ensino, ao mesmo tempo em que nos fará conhecer melhor o presente, proporcionará a oportunidade de revisar o próprio passado e pôr em evidência erros dos quais precisamos tomar consciência, pois somos seus herdeiros.

Não é apenas a organização do ensino, porém, que podemos entender através da história, mas também o ideal pedagógico que essa organização tem por missão realizar, o fim a que está visando que é sua razão de ser.

Já que o professor tem que viver nesse meio, deve pelo menos conhecê-lo. Para sabermos o que ele é na verdade e como nos comportaremos junto a ele, não basta que nos tenha sido ensinado o significado de sua organização aparente, que nos tenha sido descrita sua forma; é preciso saber qual é seu princípio, quais os ideais que aspiram, quais suas orientações.

O ideal não é imposto. Segundo Durkheim, é necessário que ele seja compreendido, amado, desejado por todos quantos têm o dever de o realizar. Necessário se torna, numa palavra, que o trabalho de reflexão e de reorganização que se impõe, seja a obra da própria corporação chamada a refazer-se e a reorganizar-se. É portanto indispensável que sejam fornecidos todos os meios necessários para que a educação possa consciencializar-se de si mesma, daquilo que é, dos motivos que a levam a alterar-se, daquilo que ela deve querer vir a

ser. Para se conseguir um tal resultado, não basta inculcar nos futuros professores a prática da sua disciplina; é preciso, acima de tudo, provocar-lhes um enérgico esforço de reflexão que eles deverão prosseguir ao longo de toda a sua carreira, mas que deve iniciar-se aqui, na Universidade, já que somente aqui encontrarão os elementos informativos, sem os quais as suas reflexões sobre a matéria não passariam de construções ideológicas e de devaneios ineficazes.

Na visão durkheimiana, só a história do ensino e da pedagogia permite determinar os fins que a educação deve perseguir, em cada momento do tempo. Mas, no que respeita aos meios necessários à concretização desses fins, é à psicologia que se torna necessário pedi-los.

Quer se trate dos fins que persiga ou dos meios que utilize, Durkheim adverte que é a carências sociais que a educação responde; são idéias e sentimentos coletivos que ela exprime. Assim, é sempre ao estudo da sociedade que é necessário voltar; é somente ali que os pedagogos podem encontrar os princípios da sua especialização. A psicologia pode perfeitamente indicar qual a melhor forma de se aplicar esses princípios às crianças, uma vez formulados; o que ela nunca conseguirá é fazer com que sejam descobertos.

É pois a sociedade que se torna necessário interrogar; são as suas carências que é preciso conhecer, já que são estas mesmas carências que há que satisfazer. E Durkheim afirmava que, limitar nosso olhar para dentro de nós mesmos, seria desviar o nosso olhar da realidade que temos que atingir. Apesar de a psicologia se encontrar ainda em processo de elaboração na época de Durkheim, suas opiniões sobre a posição da psicologia e da sociologia não deixam de representar argumentos perfeitamente aceitáveis nos dias de hoje.

Durkheim deixava claro que não é o caso de a sociologia poder nos oferecer os processos totalmente elaborados de que apenas teremos de servir-nos. Mas a sociologia pode fazer algo de mais e melhor. Ela pode ofertar-nos aquilo de que mais instantaneamente carecemos.

O relato feito por Durkheim da história da educação na França em *A Evolução Pedagógica* raras vezes tem recebido a atenção que merece nas discussões sobre seus escritos. Além de ser uma obra importante por si mesma, ajuda a esclarecer outros aspectos da sociologia durkheimiana. Funda-se nas perspectivas desenvolvidas em *A Divisão do Trabalho*, mas é mais concretamente histórica do que o estudo anterior.

A importância da história para a explanação sociológica, com efeito, é mais explicitamente acentuada em *A Evolução Pedagógica* do que em qualquer outra das principais obras de Durkheim. Tentou mostrar que a teoria e a prática da educação estavam passando por um processo de mudança que refletia o processo experimentado pela sociedade em geral.

Ademais, às razões que precedem, acrescentou-se outra, a não deixar esta obra desaparecer, como tantos manuscritos esquecidos. É que ela responde diretamente a questões que enfrentamos hoje com uma urgência maior de que nunca, e convinha portanto recolocá-la na corrente da vida atual, na atmosfera de debates e polemicas que é seu ambiente natural.

Durkheim não desenvolveu métodos pedagógicos, mas suas idéias ajudaram a compreender o significado social do trabalho do professor, tirando a educação escolar da perspectiva individualista, sempre limitada pelo psicologismo idealista ou pelo filosofismo normativo. Ele ampliou o foco conhecido até então, considerando e estimulando também o que concebeu como o outro lado dos alunos, algo formado por um sistema de idéias que exprimem, dentro das pessoas, a sociedade de que fazem parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo disciplinar da Sociologia é muito difícil encontrar um sociólogo que não faça referência a Durkheim, mesmo para o criticar ou para se opor à sua influência. É um iniciador indispensável e a filosofia presente em sua obra acentua esse papel de “despertador de vocações” (DUVIGNAUD, 1982, p.45). Mesmo aqueles que se ligam a outras escolas, recebem dele um eco mais ou menos vivo ainda que as preocupações da investigação contemporânea nos afastem frequentemente de Durkheim.

Em *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim define o método de pesquisa e um objeto de estudo à Sociologia e ao aplicar este método em suas pesquisas posteriores inaugura, assim, o campo dos estudos da sociedade com estatuto científico.

Ao definir a educação como sendo a ação exercida por uma geração de adultos sobre uma geração de jovens, Durkheim tira esta do campo filosófico e aproxima o pensar educacional das práticas voltadas a educação.

A grande tarefa que Durkheim tinha em mente era demonstrar que as ciências sociais podem examinar uma questão social importante, sobre a qual outras pessoas haviam filosofado por muito tempo, e pôde mostrar, mediante a apresentação sistemática de fatos existentes, que é possível chegar a conclusões úteis que instrumentalizem com proposições práticas as ações futuras.

Émile Durkheim como um dos fundadores da Sociologia, se preocupou em estabelecer regras e métodos para esse novo campo das ciências sociais e os buscou acreditando que fosse possível o pesquisador não emitir juízos de valor ou tomar posição a respeito.

Durkheim viveu numa época em que a ordem social e política estavam abaladas. Várias revoluções aconteciam por toda Europa. A burguesia surgia como classe dominante e o mundo se ocidentalizava. Nesse contexto, percebia-se um “culto ao individualismo”.

Durkheim acreditava que o Estado seria capaz de resolver os problemas e internalizar o conceito de coletividade necessário para dar coesão e unidade a nação.

O estudo de Durkheim sobre o Estado moderno e sobre o papel que as associações ocupacionais são chamadas a representar na sociedade contemporânea, reflete as deficiências (os limites) da sua teoria da divisão do trabalho. Para Durkheim, o Estado, primeiro que tudo, é um organismo moral, que concentra em si os valores da comunidade social mais ampla, focando-os com uma clareza que não pode ser conseguida pela comunidade em conjunto. Reconhecia Durkheim que o poder do Estado pode tornar-se autocrático; daí o destaque dado por ele às associações ocupacionais que intervêm entre o Estado e o indivíduo.

As sugestões de Durkheim no sentido da criação de associações profissionais que sirvam de intermediário entre o indivíduo e o Estado radicam na solidariedade dos socialistas-radicais. Durkheim está de acordo com o programa de solidariedade de criação de uma previdência social e de medidas de proteção aos desempregados, aos doentes e aos velhos. Insiste porém em que não são esses os principais problemas a resolver, afirmando que essas medidas têm de ser integradas numa regulamentação moral sistemática de toda a organização industrial.

A melhoria da situação dos trabalhadores, observou Durkheim, não é um objetivo especial; é apenas uma das conseqüências que há de produzir a vinculação das atividades econômicas aos agentes administradores da sociedade. Esse comentário ignora, porém, que a divisão capitalista do trabalho é um sistema de poder, em que o único meio de mudança são as lutas ativas da classe subordinada; e que a regulamentação econômica só produzirá sociedade justa e equitativa se as principais instituições da sociedade (incluindo a própria divisão do trabalho) forem completamente transformadas. No entender de Durkheim, as mudanças necessárias se verificariam por um processo de evolução social, assistido pela intervenção de um Estado beneficente.

Durkheim acreditava que a Sociologia podia e devia ajudar a compreender as instituições pedagógicas e a entender o que elas deveriam ser. As idéias, valores, costumes, regras, normas, conteúdos e sentimentos da educação são conteúdos distintos das pessoas que os internalizam. Possuem natureza própria, que se impõe sobre os indivíduos e podem ser observadas no interior de instituições pedagógicas. Na visão durkheimiana, o ser humano se constitui progressivamente no interior de organizações sociais. Atualmente, tem-se essas noções claramente comprovadas. Contudo, no momento em que foi enunciada, representou uma formulação que exigiu de Durkheim um esforço de investigação e conceituação.

A educação, na época de Durkheim, era conceituada numa perspectiva filosófica de um vir a ser. A criança era vista como um ser que precisa ser moldado para se tornar um adulto consciente. Durkheim vincula a educação ao Ser Social, às práticas desenvolvidas socialmente tendo em vista a manutenção, reforma ou mudança de ordens societárias.

A visão durkheimiana das instituições pedagógicas constitui um importante paradigma seguido atualmente. Segundo Durkheim, nas instituições pedagógicas podemos encontrar as características básicas de uma instituição social: regras socialmente partilhadas, as recompensas e os castigos, os deveres e os direitos daqueles que se beneficiam dela. As mudanças na educação não se dão sem resistências e, principalmente, ocorrem em conjunto com as transformações estruturais da sociedade.

Os fins da educação na concepção durkheimiana desenvolvida no século passado, são claramente observáveis hoje em dia. Os fins da educação estão diretamente relacionados com as necessidades de cada tempo e sociedade. A sociedade, segundo Durkheim, exerce sobre os educadores uma pressão moral no sentido de desenvolver nos educandos as qualidades comuns do grupo social e seus ideais coletivos impondo, assim, os fins da ação educativa.

Durkheim sempre se conservou mais afastado, a um nível pessoal, dos grandes acontecimentos políticos do seu tempo: as suas obras são quase todas de caráter acadêmico.

Mas mais ainda que uma definição ou conceitos operatórios, Durkheim trouxe uma vocação. Pelo menos, soube provocar um ímpeto de investigação que, por vezes, excede o quadro do seu próprio pensamento. A Sociologia passa ter o papel de ajudar a explicar e a examinar a vida coletiva das comunidades humanas modernas tomadas na totalidade dos seus aspectos, tendo assim um papel preciso a desempenhar na vida das sociedades ajudando à harmoniosa integração do homem nas sociedades modernas. A definição que propõe da Sociologia é testemunha de um grande passo em frente, relativamente às sugestões de Spencer ou de Comte.

Durkheim acreditava na neutralidade do pesquisador frente ao objeto pesquisado. Hoje admite-se que as ciências sociais são ciências da cultura ou seja, o pesquisador, enquanto um ser social imerso num ambiente cultural carrega valores, habitus, gostos, crenças, ideologias que participam de todo o processo de construção do conhecimento científico. Desde a escolha do objeto de pesquisa, a adoção do referencial teórico, a seleção das estratégias metodológicas, a indução da análise e da interpretação conta com as idéias de valor do pesquisador. A neutralidade absoluta do pesquisador é impossível. A objetividade de uma pesquisa está ligada mais diretamente ao método científico utilizado pelo pesquisador do que ao objeto escolhido.

Quanto a sua visão de educação, ao afirmar que esta é a ação exercida por uma geração de adultos sobre a uma geração mais jovem, Durkheim deixa claro sua visão adultocêntrica de educação, centrada na figura do adulto, do professor. Hoje defende-se a idéia de que a educação é a ação social exercida por todos os seres sociais em todos os espaços sociais. A educação está presente nas diversas relações que o seres sociais mantêm entre si: relação criança-criança, criança-adulto e adulto-criança.

Apesar das diversas críticas que se podem formular às concepções de Durkheim, elas não apagam o fato de Durkheim de ter fundado uma ciência. As críticas ao pensamento

durkheimiano são provas da vitalidade de uma obra cujas principais preocupações ainda são, frequentemente, as atuais.

A obra sociológica de Durkheim é um exemplo de obra imperecível, aberta a continuidades. Marca a etapa mais decisiva na consolidação acadêmica da Sociologia. Apesar de suas raízes no tempo em que viveu, a obra de Durkheim, mesmo respondendo a preocupações da sociedade e da Sociologia de sua época, constitui um modelo sociológico, cujo consumo não se esgota, mas continua a fruir nos produtos de seus discípulos e leitores. Apesar das lacunas que ela apresenta (a ausência das classes sociais é um exemplo), isto não diminui o seu valor específico.

BIBLIOGRAFIA

- ATISANO, Regiane Aparecida. A Educação sob o enfoque de Émile Durkheim. In: *Sociologia e Educação*. São Paulo: Avercamp, 2006. p. 27-37.
- BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de Sociologia*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 2007
- CASTRO, Anna Maria de e DIAS, Edmundo Fernandes. Durkheim. In: *Introdução ao pensamento sociológico*. 8ª Ed. Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca, 1981. p. 39-46
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a
- _____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999b
- _____. *O suicídio*. 6ª Ed. Lisboa: Presença, 1996.
- _____. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1995a.
- _____. *Sociologia, educação e moral*. 2ª Ed. Porto: Rés, 2001
- _____. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995b
- DUVIGNAUD, Jean. *Durkheim*. Lisboa: Edições 70, 1982
- GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Lisboa: Presença, 1971
- _____. *As idéias de Durkheim*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- ORTIZ, Renato. *Durkheim: Arquiteto e Herói Fundador*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº II, Vol. 4, out, 1989.
- RODRIGUES, José Albertino. *Durkheim*. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- SELL, Carlos Eduardo. Émile Durkheim. In: *Sociologia Clássica*. Itajaí: Edifurb, 2001. p.59-91

TURA, Maria de Lourdes Rangel. Durkheim e a Educação. In: *Sociologia para Educadores*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Quartet, 2004. p. 25-61.